



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
*Controladoria e Ouvidoria Geral
do Estado*

RELATÓRIO DO
CONTROLE INTERNO
SOBRE AS CONTAS
ANUAIS DE GOVERNO
Exercício de 2016



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
*Controladoria e Ouvidoria Geral
do Estado*

RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO SOBRE AS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO

Exercício de 2016

Fortaleza, março de 2017



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

*Controladoria e Ouvidoria Geral
do Estado*

GOVERNADOR
Camilo Sobreira de Santana

SECRETÁRIO DE ESTADO CHEFE DA CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL
José Flávio Barbosa Jucá de Araújo

SECRETÁRIO ADJUNTO DA CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL
Antônio Marconi Lemos da Silva

SECRETÁRIO EXECUTIVO DA CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL
Paulo Roberto de Carvalho Nunes

COORDENADORA DA ASSESSORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
Denise Andrade Araújo

COORDENADOR DA ASSESSORIA JURÍDICA
Lara de Oliveira Osório Ayres

COORDENADORA DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
Flávia Salcedo Coutinho

COORDENADOR DE AÇÕES ESTRATÉGICAS
Marcelo de Sousa Monteiro

COORDENADORA DE CONTROLE INTERNO PREVENTIVO
Kelly Cristina de Oliveira Barbosa

COORDENADOR DE AUDITORIA INTERNA
George Dantas Nunes

COORDENADOR DE FOMENTO AO CONTROLE SOCIAL
Ítalo José Brígido Coelho

COORDENADOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
Virgílio Crescêncio Grangeiro

COORDENADOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
Carlos Jorge Lima de Freitas

Missão Institucional

Assegurar a adequada aplicação dos recursos públicos, contribuindo para uma gestão ética e transparente e para oferta dos serviços públicos com qualidade.



EQUIPE TÉCNICA

Marcelo de Sousa Monteiro
Coordenador de Ações Estratégicas

Carlos Rubens Moreira da Silva
Orientador da Célula de Monitoramento da Gestão para Resultados e Gestão Fiscal

Kelly Darlane Nepomuceno Ramos
Articuladora da Assessoria de Desenvolvimento Institucional

Adriana Oliveira Nogueira
Auditora do Controle Interno – Assessora Técnica

Vitor Hugo Gaspar Pinto
Auditor do Controle Interno



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
1. ATUAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO	8
1.1. Ações Estratégicas	8
1.1.1. Inovação do Controle Interno	8
1.1.2. Orientações Técnicas	8
1.1.3. Informações de Controle	9
1.2. Controle Interno Preventivo	9
1.2.1. Gerenciamento de Riscos	9
1.2.2. Monitoramento dos Controles Internos	9
1.2.3. Acompanhamento da Gestão	10
1.3. Fomento ao Controle Social	11
1.3.1. Transparência e Ética	11
1.3.2. Ouvidoria	11
1.3.3. Acesso à Informação	13
1.4. Auditoria Interna Governamental	14
2. TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO TCE SOBRE AS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO DE 2015	15
2.1. Conjuntura Econômica	15
2.2. Planejamento e Execução Orçamentária	17
2.3. Demonstrações Contábeis	26
2.4. Determinações Constitucionais de Aplicação de Recursos	31
2.5. Gestão Fiscal	37
3. EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO	49
3.1. Alocação de Recursos do PPA 2016-2019	49
3.2. Execução dos Eixos, Áreas Temáticas e Programas de Governo	53
3.2.1. Recursos Aplicados por Eixo em relação à distribuição prevista no orçamento de 2016	53
3.2.2. Recursos Aplicados por Eixo, Áreas Temáticas e Programas de Governo em relação ao Orçamento de 2016	58
4. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	79
4.1. Resultado Orçamentário	79
4.1.1. Análise dos Indicadores da Execução Orçamentária	80
4.1.2. Análise da Previsão da Receita e Fixação da Despesa	82
4.2. Receitas	83
4.2.1. Categoria e Origem das Receitas Orçamentárias	83
4.3. Despesas	86
4.3.1. Categoria Econômica e Grupo de Natureza das Despesas	86
4.3.2. Comparativo das Despesas por Poder	87
4.3.3. Elementos de Despesa	88
4.3.3.1. Elementos de Despesa - Pessoal e Encargos Sociais	88



4.3.3.2. Elementos de Despesa - Outras Despesas Correntes	89
4.3.3.3. Elementos de Despesa - Investimentos	90
4.3.3.4. Elementos de Despesa - Amortização, Juros e Encargos da Dívida	91
4.3.4. Despesa por Função	92
4.3.5. Despesas de Exercícios Anteriores	94
4.3.6. Contratos de Gestão	96
4.3.7. Indicador de Rigidez das Despesas	98
5. GESTÃO FISCAL	100
5.1. Relatório Resumido da Execução Orçamentária e do Relatório de Gestão Fiscal	100
5.2. Despesas com Saúde	101
5.3. Despesas com Educação	103
5.3.1. Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	103
5.3.2. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB	106
5.4. Receita Corrente Líquida	108
5.4.1. Indicador de Independência Fiscal	109
5.4.2. Indicador de Dependência Fiscal	110
5.5. Despesas com Pessoal	111
5.6. Dívida Consolidada Líquida, Operações de Crédito, Serviços da Dívida e Garantias	114
5.6.1. Dívida Consolidada Líquida	115
5.6.2. Operações de Crédito	116
5.6.3. Serviços da Dívida	117
5.6.4. Garantias e Contragarantias	117
5.7. Receitas de Operações de Crédito em relação às Despesas de Capital	118
5.8. Receita de Alienação de Bens e Aplicação dos Recursos	119
5.9. Disponibilidades de Caixa	120
5.9.1. Indicador de Liquidez	123
5.10. Resultados Primário e Nominal	123
5.10.1. Resultado Primário	123
5.10.2. Resultado Nominal (Variação do Estoque da Dívida)	126
5.11. Investimentos Destinados ao Interior do Estado	127
CONCLUSÃO	130



APRESENTAÇÃO

A elaboração do Relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo está a cargo da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE). A Constituição Estadual no seu art. 68 determina que *“a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas será exercida pela Assembleia Legislativa, mediante o controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder”*.

O art. 88 da Constituição Estadual prevê a competência privativa do Governador do Estado do Ceará para *“prestar, anualmente, à Assembleia Legislativa, dentro de sessenta dias após abertura da sessão legislativa, contas referentes ao exercício anterior”*. Já a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE), n.º 12.509, de 06.12.1995, no seu artigo 42, estabelece que as Contas do Governo consistirão nos Balanços Gerais do Estado e no **Relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo**, sobre a execução dos orçamentos de que trata o § 3º do Art. 203 da Constituição do Estado, contendo informações relativas à execução dos respectivos programas incluídos no orçamento anual e respectivas inspeções e auditorias internas.

Assim, a Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado elaborou o presente Relatório do Controle Interno sobre as Contas Anuais de Governo referente ao exercício de 2016, com análises e considerações norteadas pelos mandamentos constitucionais, bem como pelas orientações e regras estabelecidas na Lei Complementar nº 101/00, na Lei Federal nº 4.320/1964 e legislação correlata.

O Relatório está estruturado em cinco capítulos, compreendendo:

- A apresentação da atuação do órgão central de controle interno, abrangendo os órgãos de execução programática responsáveis pelas atividades relativas às Ações Estratégicas, ao Controle Interno Preventivo, ao Fomento ao Controle Social e à Auditoria Interna;
- O tratamento às recomendações do Tribunal de Contas do Estado – TCE, por ocasião da análise das Contas Anuais de Governo relativas ao exercício de 2015;



- A análise da Execução dos Programas de Governo, buscando observar os aspectos relacionados ao perfil da execução orçamentária por Eixo, Área Temática, Programas e suas Metas Prioritárias;
- A análise do Resultado Orçamentário consolidado do Estado, envolvendo os órgãos da administração direta e indireta que integram os orçamentos fiscal e da seguridade social; e
- Os aspectos relativos à Gestão Fiscal, notadamente quanto ao cumprimento dos limites constitucionais e legais por parte do Estado.

O Relatório do Controle Interno sobre as Contas Anuais de Governo é resultado do trabalho técnico da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado e contou com a colaboração imprescindível dos gestores e profissionais que atuam nos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, que disponibilizaram as informações necessárias à conclusão deste produto.

José Flávio Barbosa Jucá de Araújo
SECRETÁRIO DE ESTADO CHEFE DA
CONTROLADORIA E OUVIDORA GERAL



1. ATUAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

As atividades realizadas pela Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE) visam cumprir a missão institucional de “assegurar a adequada aplicação dos recursos públicos, contribuindo para uma gestão ética e transparente e para a oferta dos serviços públicos com qualidade”. A CGE tem como órgãos de execução programática a Coordenadoria de Ações Estratégicas, a Coordenadoria de Controle Interno Preventivo, a Coordenadoria de Fomento ao Controle Social e a Coordenadoria de Auditoria Interna Governamental.

1.1. Ações Estratégicas

No âmbito das Ações Estratégicas, foram desenvolvidas atividades de orientações técnicas, de estudos com foco em inovação, sistematização e padronização do controle interno e de produção de informações de controle, conforme apresentado a seguir.

1.1.1. Inovação do Controle Interno

- Contratação de capacitação para o “Apoio à adoção das Normas Internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público” no âmbito da operação *PforR* com o Banco Mundial.
- Elaboração de relatório de informações dos fundos estaduais com análise da estrutura operacional e apresentação de sugestões de melhorias.
- Elaboração de modelo de controle de informações de convênios de receita e de contratos de financiamento.
- Elaboração de proposta de práticas de governança nas empresas públicas e sociedades de economia mista estaduais para regulamentação da Lei Federal nº 13.303/2016.

1.1.2. Orientações Técnicas

- Elaboração de 19 (dezenove) orientações técnicas aos gestores dos órgãos e entidades do Poder Executivo em resposta a consultas realizadas à CGE, abordando casos concretos e matérias afetas à área de controle interno, relativos à gestão de contratos, convênios e instrumentos congêneres, patrimônio, suprimento de fundos, fundos estaduais, despesas de exercícios anteriores e contratos de gestão.
- Publicação da cartilha de Orientações para o Conselheiro Fiscal de Organização Social, visando contribuir com a atuação dos membros de Conselhos Fiscais das



Organizações Sociais, entidades privadas sem fins lucrativos, qualificadas mediante decreto do Poder Executivo do Governo do Estado do Ceará, nos termos da Lei Estadual nº 12.781/1997.

1.1.3. Informações de Controle

- Contratação de consultoria e início das atividades para a definição das regras de negócio para o desenvolvimento do Sistema de Informações Estratégicas de Controle – SIEC, no âmbito da operação *PforR* com o Banco Mundial.
- Implantação e elaboração de estudo de compras no âmbito do Observatório da Despesa Pública – *ODP.Ceará*.

1.2. Controle Interno Preventivo

As atividades desempenhadas no âmbito do Controle Interno Preventivo visam proporcionar maior segurança administrativa na tomada de decisão pelos gestores estaduais. Nesse sentido, essas atividades foram estruturadas em vertentes que albergam ações relacionadas ao Gerenciamento de Riscos, ao Monitoramento dos Controles Internos e ao Acompanhamento da Gestão, com foco nas Contas de Governo.

1.2.1. Gerenciamento de Riscos

- Mapeamento e redesenho do processo de gestão de mão-de-obra terceirizada, em cooperação no Grupo de Trabalho com membros da CGE, SEPLAG e PGE.
- Elaboração da proposta de regulamentação da Lei Federal nº 13.019/2014.
- Apoio na implantação do Sistema de Controle Interno da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará.
- Atualização dos documentos de negócio do processo de transferência de recursos financeiros por meio de convênios e instrumentos congêneres.

1.2.2. Monitoramento dos Controles Internos

- Capacitação dos atores do processo de transferências de recursos financeiros por meio de convênios e instrumentos congêneres, com utilização do SICONV-CE, totalizando 30 (trinta) turmas.



- Monitoramento das etapas do Processo de Transferências de Recursos Financeiros por meio de Convênios e Instrumentos Congêneres através do SICONV/CE e de processos físicos;
- Verificação do cadastro das contas bancárias dos Convênios e Instrumentos Congêneres firmados e da veracidade dos comprovantes de abertura anexados ao Sistema de Acompanhamento de Contratos e Convênios – SACC.
- Elaboração do Procedimento das Atividades de Monitoramento do Controle Interno Preventivo no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade.
- Ações com vistas a garantir a integridade das informações disponibilizadas pelo Portal da Transparência do Estado, por meio de monitoramento e verificação dos arquivos de contratos, convênios e instrumentos congêneres celebrados disponíveis para consulta pública.
- Avaliação dos Articuladores do Controle Interno Preventivo.

1.2.3. Acompanhamento da Gestão

- Monitoramento das ações da Comissão do PASF Intersetorial, a partir das recomendações emitidas pelo TCE, no âmbito da análise das Contas Anuais de Governo;
- Elaboração do Relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo de 2015;
- Elaboração de 11 (sete) Relatórios de Acompanhamento dos Indicadores da Gestão Fiscal, sendo 03 (três) referentes aos indicadores quadrimestrais e 08 (oito) relatórios de acompanhamento da despesa com pessoal do Poder Executivo.
- Monitoramento do Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias – CAUC, com o seguinte resultado: de um total de 246 relatórios emitidos, 110 relatórios estavam sem inscrição da Administração Direta no CAUC, gerando um percentual de 44,72%. Na Administração Indireta foram 48 relatórios sem inscrição no CAUC, representando 19,51% dos relatórios emitidos.
- Análise de 386 processos, sob a coordenação do Grupo Técnico de Gestão de Contas (GTC), relacionados a solicitações de limite financeiro, Contratos de Gestão e MAPP Gestão.

- Apoio ao Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal (COGERF), em assuntos relacionados à gestão fiscal, à gestão de gastos e aos limites financeiros.

1.3. Fomento ao Controle Social

No Fomento ao Controle Social são gerenciados os sistemas de ouvidoria, transparência e ética e de acesso à informação. O objetivo é assegurar a disponibilização de instrumentos para participação do cidadão e da sociedade civil organizada, por meio de ações de educação social e ferramentas de interação entre o cidadão e o Estado, contribuindo para que as políticas públicas reflitam os anseios da sociedade.

1.3.1. Transparência e Ética

- Gerenciamento do Portal da Transparência do Poder Executivo Estadual. Em 2016, o Portal atingiu a marca de 286.874 acessos, superando em 21% a quantidade do ano anterior. Em agosto de 2016, o Portal da Transparência atingiu 1 milhão de acessos, se contados os 8 anos de existência.
- Realização de 02 (duas) turmas de capacitação em Gestão da Ética Pública, destinada aos servidores indicados para composição dos Comitês Setoriais de Ética Pública nos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual. Até o final de 2016, dos 67 órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, 61 formaram suas comissões setoriais de ética pública.
- Contratação de empresa para desenvolver o projeto de “Reformulação do Sistema Público de Relacionamento com o Cidadão”, no âmbito da operação PforR com o Banco Mundial.

1.3.2. Ouvidoria

- A CGE realiza o gerenciamento do Sistema Estadual de Ouvidoria, formado por 67 Ouvidorias Setoriais (Órgãos e Entidades) e 59 unidades de ouvidoria ligadas à Secretaria de Saúde (Sub-Rede da Sesa). Em 2016, foram registradas 69.640 manifestações de ouvidoria, representando um crescimento de cerca de 10% em relação ao número de registros no ano anterior.
- Como parte da gestão da Rede de Ouvidoria, a CGE realizou 06 (seis) Reuniões Técnicas com a Rede de Fomento ao Controle Social, além da realização de visitas



técnicas aos órgãos e entidades, no intuito de verificar as condições de funcionamento das ouvidorias setoriais e oferecimento de orientações técnicas.

- Quanto às manifestações registradas no Sistema de Ouvidoria – SOU, que representa 2/3 das manifestações recebidas pelo Governo do Estado, a CGE realiza o monitoramento das manifestações, verificando classificação e prazo de resposta, além da avaliação da qualidade das respostas às manifestações de ouvidoria.
- A CGE realiza anualmente a avaliação das ouvidorias setoriais da Rede com base em critérios de resolutividade, participação em ações da Rede, elaboração e entrega de relatório setorial e ações inovadoras buscando o aperfeiçoamento das políticas e serviços públicos oferecidos. Resultado da Avaliação divulgado no DOE de 17/03/2017, por meio da Portaria de nº 25/2017.
- Na Central de Atendimento 155, localizada em Canindé, a CGE recebe demandas de ouvidoria e de acesso à informação de cidadãos de todo o Estado, por meio de ligações gratuitas, sejam elas originadas de telefone fixo ou móvel. Em 2016, a Central 155 recebeu quase 120 mil ligações entre novos registros, acompanhamento de manifestações de ouvidoria e solicitações de informação e oferecimento de respostas ao cidadão.
- Foram realizadas 03 (três) turmas de capacitação para a Rede de Ouvidorias, do Curso Básico para Formação de Ouvidores. Realização de 02 Cursos de Libras para profissionais de Ouvidoria, Acesso à Informação e áreas afins.
- Elaboração de Relatórios de Gestão e encaminhamento de Sumários Executivos ao Gabgov, Casa Civil e Seplag, nos quais são propostas recomendações de acordo com os “7 Cearás”, visando contribuir para que as políticas públicas reflitam os anseios da sociedade.
- Em dezembro de 2016, foi assinado o Protocolo de Intenções para constituição da Rede Ouvir, na qual participam as ouvidorias do Governo do Estado, Tribunal de Justiça, Assembleia Legislativa, Ministério Público Estadual, Defensoria Pública, Tribunal de Contas do Estado, Tribunal de Contas dos Municípios, Prefeitura de Fortaleza, Câmara Municipal de Fortaleza, Associação dos Municípios do Estado do Ceará, União de Vereadores e Câmaras Municipais do Estado do Ceará, Associação Brasileira de Ouvidoria e Ordem dos Advogados do Brasil, seccionais do Ceará, com o propósito realizar eventos e cursos na área de ouvidoria, além de troca de



experiências e encaminhamento de manifestações entre os integrantes, no intuito de desenvolver a ouvidoria no Estado e oferecer um atendimento mais qualificado ao cidadão.

1.3.3. Acesso à Informação

- A CGE realiza o gerenciamento do Sistema de Acesso à Informação, formado por representantes do Serviço de Informação ao Cidadão de 67 Setoriais (Órgãos e Entidades). Em 2016, foram registradas 32.304 solicitações de informação por meio dos diversos canais de recebimento.
- A Rede de Acesso à Informação, juntamente com a Rede de Ouvidores, compõe a Rede de Fomento ao Controle Social do Governo do Estado, com a qual a CGE realizou 06 (seis) Reuniões Técnicas durante o ano, além da realização de visitas aos órgãos e entidades, no intuito de verificar as condições de funcionamento dos SICs setoriais e oferecimento de orientações técnicas.
- Acompanhamento das solicitações de informação registradas em sistemas informatizados gerenciados por outros órgãos e entidades e que ainda não foram integrados ao Sistema de Ouvidoria – SOU, quais sejam: Sistema Ouvidor SUS (Sesa) e Sistema de Ouvidoria da Arce - SOA, respectivamente com 3.465 e 604 registros em 2016.
- A CGE oferece apoio ao Comitê Gestor de Acesso à Informação – CGAI, instância recursal para solicitações de informação e classificação de informações sigilosas. O apoio se dá na realização de estudos, pesquisas e sugestões de regulamentos relacionados a recursos e solicitação de classificação e desclassificação de informações sigilosas apresentadas ao CGAI, além de emissão de pareceres sobre o assunto. Dessa forma, em 2016 foram emitidos 74 pareceres técnicos pelo Grupo Técnico de Apoio ao Comitê Gestor de Acesso à Informação – GTA/CGAI quanto a recursos e solicitação de classificação e desclassificação de informações sigilosas apresentadas ao CGAI.
- Em 2016, foi emitida a Portaria nº 01/2016 do Comitê Gestor de Acesso à Informação (CGAI) que dispõe sobre a uniformização na classificação de informação sigilosa de matéria comum a todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual.



- Na área de educação social, a CGE realizou, em 2016, 7 (sete) palestras do Projeto Caminhos da Cidadania sobre Controle Social, em escolas da Rede Pública Estadual para alunos e professores.
- Foi realizada, ainda, a contratação de empresa para execução de Projetos de Educação Social, na modalidade a distância, a ser encartado em jornal de grande circulação e disponível em plataforma online, o qual deverá contemplar 40 mil inscritos em todo o Estado.
- Foram realizados 5 cursos "Básico de Acesso à Informação", voltados para membros dos Comitês Setoriais de Acesso à Informação de todos os órgãos e entidades do Estado.
- Elaboração e publicação do Relatório de Gestão da Transparência, referente ao ano de 2015.

1.4. Auditoria Interna Governamental

As atividades de auditoria interna em 2016 contemplaram contas de gestão, instrução de processos de Tomada de Contas Especial, Planos de Ação para Sanar Fragilidades (PASF), conforme a Tabela 01. Destaque-se a divulgação do Manual de Obras Públicas e Serviços de Engenharia, elaborado com o objetivo de orientar os órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual quanto aos procedimentos a adotar para a execução e fiscalização de obras e serviços de engenharia contratados com recursos públicos.

TABELA 1 – SÍNTESE DAS ATIVIDADES DE AUDITORIA

ATIVIDADES REALIZADAS	QUANTIDADE
Auditoria de Contas de Gestão	95
Auditoria de Tomada de Contas Especial	152
Cadastramento de Recomendações dos Planos de Ação para Sanar Fragilidades	33
Auditoria Especializada de Obras e Serviços de Engenharia	3
Auditoria em Projetos Financiados com Recursos Externos	2
Auditoria Técnica de Indicadores	2
Auditoria de Apuração de Denúncia	2
Manual de Obras Públicas e Serviços de Engenharia	1
TOTAL	291



2. TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO TCE SOBRE AS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO DE 2015

Anualmente, o Governador do Estado encaminha a prestação de contas de governo ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE), em cumprimento ao estabelecido no art. 76, inciso I, da Constituição Estadual de 1989, e no art. 42 da Lei Estadual nº12.509/1997. Em 2016, o TCE/CE elaborou o Relatório Técnico da análise das contas do Governo do Estado Ceará de 2015, sob a ótica das gestões orçamentária, financeira e patrimonial, referentes ao exercício anterior, sendo expedidas 36 (trinta e seis) recomendações.

A Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado do Ceará (CGE), na condição de Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, é responsável pela coordenação da Comissão Gestora Intersetorial para Aplicação do Plano de Ação para Sanar Fragilidades das Contas de Governo (PASF Contas de Governo), nos termos do art. 6º do Decreto nº 29.388, de 27 de agosto de 2008, que instituiu a Auditoria Preventiva com Foco em Riscos. A Comissão é composta ainda por representantes da Casa Civil, da Procuradoria Geral do Estado (PGE), da Secretaria da Fazenda (SEFAZ) e da Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG).

A Comissão do PASF Contas de Governo realizou o processo de consolidação das informações apresentadas pelos órgãos e entidades responsáveis pela definição de ações a serem adotadas em função das recomendações emitidas pelo TCE nas Contas Anuais de Governo relativas ao exercício de 2015. As recomendações foram analisadas em função da pertinência, cujas ações estão apresentadas a seguir.

2.1. Conjuntura Econômica

Recomendação 01: Às Secretarias beneficiadas do FECOP que, diante da existência de saldo bancário líquido na conta do FECOP, efetuem ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, saneamento básico, reforço de renda familiar e outros programas de relevante interesse social, voltados para a melhoria da qualidade de vida das populações carentes.

Segundo a SEFAZ, no ano de 2016, a execução financeira e orçamentária do FECOP aumentou consideravelmente com ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, saneamento básico, reforço de renda familiar e outros programas de relevante interesse



social. Isso se mostra claramente na sua Disponibilidade Financeira que encerrou o exercício de 2016 com R\$ 48.926.936,13, em comparação com o exercício anterior reduziu 159,07%. Registre-se, por oportuno, que o Conselho Consultivo de Políticas de Combate à Pobreza – CCPIS, instância máxima de decisão acerca do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, vem envidando todos os esforços possíveis, no sentido de que os recursos oriundos do Fundo sejam, na sua totalidade, rigorosamente aplicados em ações voltadas ao combate estratégico da pobreza no Estado do Ceará.

Recomendação 29: Ao Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social que não autorize a utilização dos recursos vinculados do FECOP com despesas não previstas no art. 1º da Lei Complementar n.º 37/2003, alterado pela Lei Complementar n.º 89/2010.

De acordo com a SEPLAG, esta recomendação tem como fundamento o posicionamento adotado pelo Ministério Público de Contas – MPC, acolhido pelo Tribunal de Contas do Estado – TCE, no sentido que não mais caberia ao Conselho autorizar a alocação e o uso de recursos do FECOP para impactar nas obras do Veículo Leve sobre Trilhos - VLT (Parangaba/Mucuripe). Tão logo conhecida esta diretriz, foram prontamente adotadas, por parte do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS, e pela Gerência Executiva do FECOP – GEF, todas as providências administrativas necessárias, no sentido de cumprir a referida determinação. Com efeito, sustou-se o repasse de recursos junto ao Projeto Mapp 285 – Desapropriação de Faixa de Domínio e Estações para implantação do VLT Parangaba/Mucuripe, oriundo da Secretaria da Infraestrutura – SEINFRA.

Contudo, cumpre registrar que a Lei Complementar nº166, de 14/12/2016, publicada no Diário Oficial do Estado - DOE, de 15/12/2016, dá nova interpretação ao caput do art. 1º da Lei Complementar nº 37, de 26 de novembro de 2003, autorizando a alocação de recursos do Fundo para o referido Projeto, uma vez que o art. 1º, da mencionada lei, estabeleceu que: *"para efeito de interpretação do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 37, de 26 de novembro de 2003, consideram-se também programas de relevante interesse social os investimentos destinados à melhoria dos transportes públicos e de sua infraestrutura, inclusive o pagamento das desapropriações destinadas à viabilização das respectivas obras e serviços correlatos, bem como os gastos com a realocação e a indenização de famílias pobres que ocupem irregularmente imóveis ou equipamentos públicos"*. Assim, a execução do Projeto foi restabelecida.



Recomendação 30: Ao Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social que observe, quando da utilização dos recursos do FECOP, a proporcionalidade da distribuição da pobreza por macrorregião, a fim de abranger um maior quantitativo de pessoas pobres.

Conforme a SEPLAG, os recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, aplicados por região, guardam coerência com a distribuição da população em situação de pobreza no Estado do Ceará. De acordo com as informações produzidas no Censo do IBGE de 2010, o Estado do Ceará possui 8.452.381 habitantes. Deste total, 4.479.349 habitantes possuem renda domiciliar *per capita* inferior a meio salário mínimo, ou seja, mais da metade da população cearense (53%). A Região Metropolitana de Fortaleza – RMF, embora apresente a menor proporção de pessoas nestas condições (38,75%), concentra o maior número de pobres do Estado, (31,28%). No exercício de 2016, foram realizados estudos pela Secretaria do Planejamento – SEPLAG e pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE, para fins de elaboração e implantação do Plano Estadual de Combate à Pobreza, que servirá como instrumento estratégico, capaz de priorizar a realização de ações mais direcionadas, e, assim, corrigir as distorções acaso existentes.

2.2. Planejamento e Execução Orçamentária

Recomendação 02: À Secretaria do Planejamento e Gestão que elabore o Anexo de Metas e Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias com transparência, clareza, fidedignidade e representatividade, possibilitando, assim, o acompanhamento e a apresentação dos resultados físicos estabelecidos como prioritários para a gestão.

Segundo a SEPLAG, a referida recomendação foi atendida na elaboração das Metas e Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício 2017, onde foram ajustadas para atender à recomendação do TCE no que tange à transparência, clareza, fidedignidade e representatividade, sendo disponibilizado em Anexo próprio, com informações prestadas pelos órgãos setoriais a partir do conteúdo existente no PPA.

Recomendação 03: À Secretaria de Planejamento e Gestão que aprimore o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de forma descrever as normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos do orçamento, conforme prevê o art. 4o., I, e, da Lei de Responsabilidade Fiscal.



A Metodologia de Custos do Estado do Ceará encontra-se em fase de desenvolvimento pelo Grupo Técnico de Custos (GTCustos), composto por representantes da SEPLAG, SEFAZ, CGE e SEDUC. Está em implantação uma ferramenta para identificação dos custos incorridos pelos serviços/produtos entregues à sociedade, possibilitando a verificação de espaços para a melhoria organizacional do Setor Público, bem como proporcionando instrumentos de análise para a eficácia, a eficiência, a economicidade e a avaliação dos resultados do uso racional dos recursos públicos disponíveis.

Sua implantação atende a um comando específico da Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 50, § 3º), que determina à Administração Pública a necessidade de manutenção de sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Portanto, a implantação do Sistema de Custos Aplicado ao Setor Público é uma política de governo, sendo responsabilidade do governo do Estado do Ceará seu desenvolvimento e aplicação.

Considerando o grande volume de ações desencadeadas para dar integral cumprimento às NBCASP, e no sentido de priorizar os procedimentos cuja necessidade de implantação era imediata, a STN determinou, por meio da Portaria nº 634/2013, a revogação dos prazos constantes no cronograma de ações para implantação integral das NBCASP. No art. 13 da referida Portaria, determinou que os demais procedimentos contábeis, inclusive o Sistema de Custos, terão prazos finais de implantação estabelecidos de forma gradual por meio de ato normativo da STN. Cabe destacar, inclusive, que nem mesmo a União conseguiu implantar seu Sistema de Custos até o presente momento.

O desenvolvimento das ferramentas tecnológicas de suporte para o sistema de custos será fundamentado no trabalho desenvolvido por consultoria contratada no âmbito do *PforR* com o Banco Mundial, cujo acompanhamento e gerenciamento será feito pelo GTCustos.

Recomendação 04: À Secretaria da Fazenda que dê continuidade ao processo de implantação do sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, em atendimento às exigências contidas no art. 50, VI, § 3º da LRF.

Segundo a SEFAZ, é necessário destacar que os prazos estabelecidos na Portaria SEFAZ nº981/2012, que tratava do cronograma de ações a serem adotadas para implantação integral das Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), foi revogada pela Portaria SEFAZ nº 297/2014, publicada no DOE de 19.05.2014. A revogação se deu porque



os prazos em nível nacional também foram alterados, em virtude do estabelecimento de novas estratégias de implantação das NBCASP. Nesse primeiro momento, o foco se deu na implantação do PCASP e das DCASP. A implantação desses dois procedimentos é fundamental para dar prosseguimento à transição para o novo padrão de contabilidade pública nacional.

O Governo do Estado do Ceará aguarda a orientação em nível nacional para restabelecer os prazos de implantação para esses procedimentos, dentre os quais se inclui a implantação do sistema de custos. Essa situação não impede o desenvolvimento de metodologia própria de gestão de custos por parte do Estado, mas exige maior atenção futura, já que os entes federados precisam seguir as orientações emanadas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). O sentido de aguardar a orientação é manter a contabilidade do Estado alinhada ao padrão nacional, evitando ajustar os procedimentos a um padrão diverso do que será instituído futuramente. Até o momento, a STN não redefiniu o cronograma de implantação dos demais procedimentos contábeis.

Mesmo diante desse cenário de indefinições em nível nacional, a SEFAZ, SEPLAG e CGE constituíram um grupo de trabalho para o desenvolvimento de metodologia para a implantação do sistema de custos no Estado do Ceará, cujo projeto piloto será executado na SEDUC. O grupo foi instituído por meio da Portaria nº 480/2015, publicada no DOE do dia 24/07/2015. O referido grupo atualmente está trabalhando no desenvolvimento do modelo de negócio. A expectativa é de que o projeto piloto seja iniciado até o final de 2017 com base no cronograma de trabalho de implantação elaborado pelo grupo.

Recomendação 05: À Secretaria da Fazenda que evidencie, periodicamente, em notas explicativas, na sua página eletrônica, conciliação financeira entre o Sistema Saturno e Sistema Contábil do Estado sobre os repasses constitucionais aos municípios do Estado do Ceará.

Segundo a SEFAZ, atualmente, as Portarias informativas da distribuição da arrecadação aos municípios, disponibilizadas no site da SEFAZ, contêm o repasse bruto e o líquido do FUNDEB. Portanto, os valores informados já representam a arrecadação real de cada mês, de acordo com o regime de competência. Sob o enfoque da promoção da transparência, destaca-se que informar ao público geral os repasses constitucionais aos municípios, calculados com base na arrecadação real de cada mês, é mais esclarecedor do que informar valores



contabilizados a título de despesa. Tal fato ocorre devido aos repasses referentes à arrecadação de um determinado mês serem empenhados no mesmo mês por estimativa, isto em razão de o fechamento da arrecadação só ocorrer no mês seguinte, quando então são realizados os ajustes dos empenhos. Considerando que o empenho não pode retroagir, os ajustes são registrados como despesa do mês seguinte. Esta situação impede que os valores da despesa empenhada, mês a mês, sejam exatamente iguais aos valores dos repasses calculados a partir da arrecadação real, em virtude dos empenhos serem feitos por estimativa.

Recomendação 06: À Secretaria da Fazenda – SEFAZ que divulgue, em sua página eletrônica, os valores correspondentes às transferências constitucionais repassadas para cada município do Estado do Ceará relacionados à CIDE (Contribuição Intervenção do Domínio Econômico).

Segundo a SEFAZ, esta recomendação será atendida no exercício de 2017. Ressalta-se que as informações correspondentes às transferências constitucionais repassadas para cada município do Estado do Ceará relacionados à CIDE encontram-se disponíveis no site do Banco do Brasil, que é o gestor responsável pelo crédito.

Recomendação 07: À Secretaria de Planejamento e Gestão que adote as medidas necessárias para que o layout do relatório que contém as metas bimestrais de arrecadação seja similar ao do Balanço Orçamentário, contido no RREO, com o objetivo de possibilitar a comparação entre os referidos demonstrativos.

Recomendação atendida por ocasião da elaboração das metas bimestrais do exercício de 2016, conforme publicação no DOE em 27/01/2016.

Recomendação 08: À Secretaria de Planejamento e Gestão que implante para as despesas com publicidade estruturas de classificação orçamentárias que segregue os gastos conforme o objetivo da política pública envolvida.

De acordo com a SEPLAG, após recomendação do Tribunal de Contas do Estado, passou a analisar a viabilidade de segregar os gastos com publicidade na estrutura de classificação orçamentária, conforme o objetivo da política envolvida.

Dessa forma, a partir do exercício de 2016, no projeto de Lei Orçamentária Anual – 2017, o Estado passou a segregar a publicidade oficial por meio das ações orçamentárias. Assim na



LOA 2017, Lei Estadual nº16.199, de 29/12/2016, é possível identificar as ações segregadas nas mais diversas áreas, destacando-se a educação, segurança, infraestrutura, saúde, convivência social, turismo e cultura, conforme se verifica no volume II, tomo II, página 1065, disponível no endereço eletrônico da SEPLAG <http://www.seplag.ce.gov.br/images/stories/Planejamento/LOA/2017/LOA%202017%20-%20VOLUME%20II%20-%20TOMO%20II.pdf>.

Portanto, em 2017, há a possibilidade, inclusive, de acompanhamento diário por meio da Consulta da Execução Orçamentária, no sítio da SEPLAG, por toda a sociedade da aplicação dos recursos do estado em publicidade, conforme o objetivo da política pública.

Recomendação 09: À Administração Pública Estadual que envide esforços no sentido de dar fiel cumprimento às diretrizes do art. 3º da Lei de Licitações no que toca às chamadas “licitações sustentáveis”, de modo a elaborar marco regulatório estadual visando à sua implantação e utilização.

Está sendo elaborado um projeto de lei a ser encaminhado ao Poder Legislativo, estabelecendo práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento sustentável nas contratações realizadas pela administração pública estadual. O referido projeto já se encontra na Procuradoria Geral do Estado e prevê a criação de uma Comissão Estadual de Sustentabilidade da Administração Pública - CSAPE, que será responsável pelo estabelecimento de critérios, práticas e diretrizes gerais para a promoção do desenvolvimento sustentável por meio das contratações realizadas pela administração pública estadual direta, autárquica, fundacional e pelas empresas estatais dependentes.

Recomendação 31: Ao Governo do Estado que incremente as despesas correspondentes a investimentos, equipamentos e obras destinadas à melhoria da segurança pública, principalmente aplicando recursos para aquisição de equipamentos de última geração a fim de facilitar a realização de perícias criminalísticas e serviços de identificação de criminosos, objetivando a redução da violência.

Os recursos aplicados no grupo Investimentos pela Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) no período de 2014 a 2016, apresentam percentuais de execução superiores a 70%.



Especificamente quanto aos investimentos em obras e instalações, no ano de 2016, apesar do cenário de restrição econômica que vive o país, foram realizadas as seguintes implantações na área de segurança:

- 01 Delegacia de Repressão ao Crime Organizado;
- 02 unidades do Corpo de Bombeiros (municípios de Itapipoca e Canindé);
- 03 Companhias do Batalhão de Divisas (municípios de Chaval, Crateús e Limueiro do Norte);
- 05 Companhias do BPRaio (municípios de Russas, Quixadá, Itapipoca, Crateús e Iguatu).

Destaque-se que o elemento de despesa Equipamentos e Material Permanente vem apresentando uma execução acima de 80% em todos os períodos analisados.

Recomendação 35: Ao Poder Executivo que, em relação aos investimentos voltados a direitos sociais, associados às fontes de recursos próprios do Estado, envide esforços no sentido de elevar o nível de execução orçamentária dessas despesas.

O nível de execução orçamentária dos investimentos voltados a direitos sociais no ano de 2015, conforme evidenciado pelo TCE, apresentou 69,35% de execução em relação à autorização orçamentária, conforme a Tabela 2.



TABELA 2 - DOS INVESTIMENTOS PREVISTOS E REALIZADOS POR FUNÇÕES QUE IMPLEMENTAM DIREITOS SOCIAIS EM 2015

R\$ 1.000,00

FUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EXECUTADO	PERCENTUAL DE REALIZAÇÃO
Assistência Social	3.372,49	3.461,72	2.753,69	79,55%
Desporto e lazer	9.413,28	19.562,35	15.276,68	78,09%
Educação	46.669,52	27.313,12	16.033,42	58,70%
Habitação	2.042,00	437,49	124,57	28,47%
Saúde	140.979,39	38.777,53	26.323,37	67,88%
Segurança Pública	50.711,67	40.403,81	30.876,87	76,42%
Trabalho	351,75	1.831,49	-	0,00%
Total Geral	253.540,10	131.787,52	91.388,61	69,35%

Fonte: Consulta da Execução Orçamentária 2015

De acordo com a avaliação da SEPLAG, o TCE, sob a perspectiva das fontes próprias, considerou o desempenho orçamentário da Tabela 2 razoável. Assim, entende-se que o nível de execução dos recursos próprios arrecadados diretamente pelo Estado, pertinente às funções destacadas, alcançou um patamar de aproximadamente 95% de realização.

Na nota de rodapé do Relatório Anual de Contas 2015 foram destacadas as fontes que consideradas próprias do Estado. Dentre elas destacam-se, por exemplo, os Recursos do SUS (Fonte 91), o Repasse fundo a fundo – FNAS (Fonte 92) e a Cota-parte do Salário Educação (Fonte 07). Essas fontes não são, em sua essência, fontes próprias, mas recursos decorrentes de repasses realizados pelo Governo Federal. Outro aspecto na seleção dessas fontes é a não inclusão dos recursos do FECOP, fonte de recurso eminentemente decorrente da arrecadação própria do ICMS.

Além disso, em 2015 ocorreu queda do PIB nacional, superior a 3%, e a queda no PIB estadual superior a 4%. Tal situação afetou sobremaneira a arrecadação tributária do tesouro estadual. Some-se a isso a necessidade de se manter o pagamento do serviço da dívida, o pagamento da folha de pessoal, além de honrar com a manutenção dos equipamentos que foram inaugurados ao longo de 2015.

Outra questão importante é a análise restrita ao grupo de natureza de despesa Investimentos (GND 44). Algumas das funções sociais, como é o caso da função **Trabalho**, apresenta direcionamento em dispêndios relacionadas a Outras Despesas Correntes (GND -



33), como: Qualificação profissional de jovens e adolescentes para inserção no trabalho; Orientação de jovens e adolescentes no mundo do trabalho; Qualificação de trabalhadores cearenses; Fomento à produção artesanal e centro de artesanato, dentre outros. No caso específico das funções Trabalho e Habitação, considerando o custeio, por exemplo, percebe-se que houve execução razoável em despesas que são de fundamental relevância para garantia dos direitos fundamentais. Na Tabela 3 observa-se o nível de execução das despesas de custeio dessas funções:

TABELA 3 - DO CUSTEIO PREVISTO E REALIZADO NAS FUNÇÕES HABITAÇÃO E TRABALHO - ANO 2015

R\$ 1.000,00

FUNÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EXECUTADO	PERCENTUAL DE REALIZAÇÃO
Habitação	8.174	5.885	72,00%
Trabalho	35.719	25.683	71,90%
Total Geral	43.893	31.568	71,92%

Fonte: Consulta da Execução Orçamentária 2015

Outro aspecto importante é que além das fontes próprias, o Estado também dispõe de recursos oriundos de convênios e operações de crédito que também poderão ser aplicados nesses investimentos específicos que tanto carece a sociedade cearense.

Além disso, observa-se também que até o exercício de 2015 diversos equipamentos foram construídos e colocados em funcionamento, o que requer, por parte do Estado, a garantia de manutenção dos mesmos. Nesse sentido há naturalmente a elevação dos recursos próprios destinados a esse custeio, inclusive nas áreas sociais.

Ademais, a retomada da atividade econômica nos exercícios subsequentes poderá propiciar a elevação dos recursos próprios que o Estado dispõe, aplicando-os em suas mais diversas áreas, com foco no investimento associado aos direitos sociais.

Recomendação 36: Ao Poder Executivo que, para cada Programa de Governo, divulgue os critérios utilizados para a seleção dos municípios que receberão recursos mediante a celebração de Convênios, Acordos, Ajustes, Termos de Responsabilidade e outros instrumentos similares.



Segundo a Casa Civil, com base nos estudos e dados produzidos pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE, o Governo do Estado identifica uma diversidade de problemas e interesses que afetam em alguma medida a população cearense, especificando as áreas que cobram maior intervenção estatal. Com base nesses estudos, observa-se que comumente as áreas que demandam maiores recursos são educação, saúde, esporte, saneamento, construção e recuperação de estradas, abastecimento de água, habitação e energia urbana e rural.

A partir da identificação dessas necessidades, a administração pública estadual seleciona aquelas que demandam ações mais urgentes e eficazes, formando a sua agenda com as prioridades do poder público.

Especificadas as necessidades a serem atendidas, são formatadas as políticas com o fito de solucionar os problemas levantados, que são executadas por intermédio das ações que permitirão o alcance dos resultados planejados.

Como é cediço, o conjunto de ações voltadas para a solução de determinada necessidade social é denominado de programa governamental, o qual é elaborado de forma regionalizada, levando em consideração as diferenças de atuação e de necessidades das diferentes regiões cearenses com o intuito de reduzir as desigualdades, já que o território do Estado possui diferentes realidades. Desta feita, a transferência voluntária de recursos estaduais para entes municipais, por meio de convênios e quaisquer instrumentos congêneres, constituem instrumentos de ação primordiais para a execução dos programas governamentais, regidos basicamente pela Lei Complementar estadual nº 119 de 28 de dezembro de 2012, e suas alterações, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente na data da celebração do instrumento e pelo Decreto estadual nº 31.406, de 29 de janeiro de 2014, e suas alterações, e demais decretos regulamentadores.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) disciplina os aspectos relativos à operacionalização das transferências voluntárias, em especial os percentuais de contrapartida devidos pelos interessados, devendo as informações referentes aos convênios e congêneres ser disponibilizadas no Sistema de Convênios e Congêneres do Ceará – SINCONV-CE, ferramenta informatizada criada para dar suporte ao processo de transferência de recursos financeiros por meio de convênios e congêneres.



O SINCONV-CE é o sistema informatizado do governo estadual no qual são registrados todos os atos relativos ao processo de operacionalização das transferências de recursos por meio de convênios e congêneres, desde o registro do plano de trabalho, passando pela celebração, liberação de recursos e acompanhamento da execução, até a prestação de contas.

O acesso às parcerias para transferência voluntária de recursos pelo interessado dá-se de duas formas, por decisão do Estado ou por recebimento de propostas ou projetos.

Na primeira hipótese, a secretaria ou a entidade estadual responsável pela execução da ação podem detectar de ofício as necessidades locais ou ter a intenção de implementar programas estaduais na região por intermédio de parcerias. Os municípios são, então, contatados para que efetivem sua participação no programa.

Na segunda hipótese, o acesso também pode ocorrer por intermédio de propostas ou projetos formulados pelo próprio município interessado diretamente à secretaria ou à entidade que disponha de recursos aplicáveis ao objeto pretendido. Após análise da necessidade e da viabilidade do objeto proposto, das informações cadastrais do proponente e da sua regularidade, a secretaria ou a entidade poderá aprovar o convênio e liberar os recursos.

Este último caso é o mais comum, pois o município tem maior capacidade de identificar as necessidades locais. O processo de requerimento de verbas estaduais por parte de entidades municipais tem início na identificação das necessidades existentes na comunidade. A ciência acerca da realidade socioeconômica local permite identificar as áreas mais carentes que demandam maior atenção e ação mais imediata do Poder Público Estadual.

2.3. Demonstrações Contábeis

Recomendação 10: À Secretaria do Planejamento e Gestão que dê prosseguimento aos trabalhos de reavaliação dos bens móveis e imóveis do Estado e aperfeiçoe os sistemas de controle desses bens de forma a atender aos novos padrões da contabilidade aplicada ao setor público, a fim de evidenciar o valor real do patrimônio do Estado.

Segundo a SEPLAG, o Sistema de Gestão de Bens Imóveis – SGBI já contempla as disposições contidas no Decreto nº.31.340/2013, no que diz respeito à depreciação das edificações dos imóveis cadastrados em seu banco de dados.



Encontra-se em curso a integração do SGBI com o S2GPR, trabalho este que está sendo desenvolvido entre as equipes da SEPLAG e da SEFAZ, com reflexos na contabilidade dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

A SEPLAG pretende também incluir imóveis que ainda não foram avaliados no SGBI. Para atender essa demanda foi providenciada uma licitação com o objetivo de avaliação desses imóveis.

Com relação aos bens móveis, o Sistema de Gestão de Bens Móveis (SGBM) ainda está em desenvolvimento. É necessário realizar o inventário e a avaliação dos bens móveis pertencentes ao Estado. Em seguida, será realizada a correlação com os registros da contabilidade e efetuados os devidos ajustes, além de identificadas as inconsistências de classificação entre a execução orçamentária e a existência física dos bens. Deve-se ainda atentar para o fato de que, atualmente, a base para o registro contábil do patrimônio público é exclusivamente a execução orçamentária, sendo necessário o ajuste da informação com base no sistema de patrimônio.

Recomendação 11: À Secretaria do Planejamento e Gestão que inclua no Orçamento Fiscal do Estado, em observância o disposto na Portaria STN nº 589/2001, as empresas Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará S/A – ADECE e Companhia Cearense de Transp. Metropolitanos – METROFOR, por caracterizarem-se como Empresas Estatais Dependentes, nos termos do art. 2º, Inciso III da LRF e Resolução nº 43 do Senado Federal.

Com o devido acatamento e respeito a orientação desta Colenda Corte de Contas, considerando as dissensões de opinião existentes acerca da complexa matéria, roga-se por uma reanálise do caso em questão, considerando ques recursos repassados para aumento de capital das empresas em que o Estado detém participação acionária já fazem parte do orçamento fiscal do Estado, em rubrica própria, já se computando assim, o seu inteiro impacto nos demonstrativos fiscais do Estado.

Dessa forma, o enquadramento das Companhias em questão como empresa estatal dependente não traria ganhos do ponto de vista da gestão fiscal, mas de outra forma, traria embaraços do ponto de vista administrativo, uma vez que teriam que observar, além do regramento contábil-financeiro estabelecido para as empresas estatais, também o regramento



contábil-financeiro aplicado ao setor público, gerando dificuldades e custos operacionais, com o risco de levá-las a uma situação de estagnação e confinamento, não condizentes com a natureza e com as expectativas de criação das mesmas.

Nesse contexto, os integrantes da Comissão Intersetorial do Plano de Ação para Sanar Fragilidades, que fomenta e monitora o tratamento das Recomendações do TCE emanadas no âmbito das Contas Anuais de Governo, estão à disposição para juntamente com os técnicos deste Tribunal discutir a matéria em busca de uma melhor solução para a presente questão.

Recomendação 12: À Secretaria da Fazenda que elabore os Demonstrativos Contábeis observando integralmente a metodologia contida no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público editado pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16).

Segundo a SEFAZ, essa recomendação está subdividida em 03 ocorrências, descritas e comentadas a seguir:

Ocorrência 12: A dívida com precatório não foi devidamente segregada em curto e longo prazos.

Não há separação entre curto e longo prazos no saldo dos precatórios a pagar por causa da sistemática atual adotada para pagamento dos precatórios. Além disso, há atualmente alguns entraves à contabilidade que impedem a separação em curto e longo prazo (por exemplo, não se sabe exatamente qual CPF/Credor será pago em curto ou longo prazo e os Tribunais de Justiça e do Trabalho não informam para esta SEFAZ quais são as dívidas que serão executadas em curto e longo prazo, a não ser quando é encaminhada a relação dos precatórios que foram pagos durante o exercício financeiro, ao final de cada exercício).

Cabe ressaltar que é possível controlar a execução dos precatórios dentro do sistema de contabilidade discriminando por CPF/Credor. Porém, a gestão do pagamento dos precatórios feita pelos Tribunais dificulta sua individualização, uma vez que é utilizado o método de “um cabeça para vários beneficiários” quando da realização do empenho da despesa. A SEFAZ toma conhecimento do precatório que foi efetivamente pago somente quando da prestação de contas feita pelo respectivo Tribunal.

Ocorrência 13: No Balanço Financeiro Consolidado o total das “Transferências Concedidas” não correspondem ao total das “Transferências Recebidas”.

Atendida no exercício de 2016.



Ocorrência 14: Não foi evidenciado no Balanço Patrimonial as deduções para perda dos Créditos da Dívida Ativa.

No tocante aos valores relativos às perdas dos créditos da Dívida Ativa não é possível estabelecer estes valores, haja vista a inexistência de critérios e métodos eficientes que possa fornecer satisfatoriamente o levantamento deste percentual.

Recomendação 13: Ao Sistema Único de Previdência Social do Estado do Ceará – SUPSEC que contabilize o valor das provisões matemáticas previdenciárias dos Regimes de Previdência, conforme estabelece a Lei Complementar Estadual nº 123/2013.

Segundo a SEFAZ, a Lei Complementar nº 123/2013, em seu o Art. 19, refere-se à contabilidade dos fundos PREVID, FUNAPREV e PREVMILITAR, no âmbito das demonstrações do Sistema Único de Previdência Social do Estado do Ceará - SUPSEC, Regime Próprio de Previdência Social - RPPS administrado pela Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará - SEPLAG, não se confundindo com a contabilidade a ser registrada pelo ente federado, o Estado do Ceará.

Cumprir esclarecer, que, de acordo com o Art. 19. da Lei Complementar nº 123/2013, o PREVID, o FUNAPREV e o PREVMILITAR terão contabilidade própria, cujo plano de contas discriminará as receitas realizadas, as despesas incorridas e as respectivas provisões matemáticas previdenciárias, conforme o caso, de forma a possibilitar o acompanhamento da sua situação financeira e atuarial.

Os Demonstrativos Contábeis do PREVID, FUNAPREV e PREVMILITAR, apresentados na Prestação de Contas de 2016, foram também enviados à Secretaria de Políticas de Previdência Social – SPPS, órgão regulador e fiscalizador do Ministério da Previdência Social – MPS, para fins de renovação do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP do Governo do Estado. Este documento é emitido semestralmente pela SPPS e atesta o cumprimento pelo RPPS do ente federado aos critérios e exigências estabelecidos na Legislação Federal.

Desse modo, a contabilidade do SUPSEC encontra-se devidamente registrada, de acordo com as disposições previstas na Lei Complementar nº 123/2013 e na Legislação Federal Previdenciária.

Vale lembrar que, em obediência aos ditames da Lei Complementar nº 123/2013, em 01/01/2014, o Estado do Ceará, visando a equacionar o déficit atuarial existente, implementou



a "segregação de massa" no SUPSEC, resultando na criação de três fundos contábeis-financeiros:

a) Fundo Financeiro FUNAPREV, abrigando segurados civis ingressos no Estado até 31/12/2013;

b) Fundo Financeiro PREVMILITAR, abrigando segurados militares ingressos no Estado em qualquer época; e

c) Fundo Previdenciário PREVID, para abrigar segurados civis que ingressarem no Estado a partir de 01/01/2014.

Destaque-se que déficit atuarial do RPPS, apurado até 31/12/2013, foi equacionado contabilmente, mediante a "segregação de massa" instituída pela Lei Complementar nº123/2013, sob efeito do Estado assumir o compromisso legal de aportar as insuficiências financeiras dos fundos FUNAPREV e PREVMILITAR, a fim de honrar os pagamentos dos benefícios previdenciários.

Em decorrência do equacionamento do déficit atuarial do SUPSEC, por meio da "segregação de massa", e em conformidade com as instruções emitidas pelo MPS, apenas o Fundo Previdenciário PREVID, estruturado sob o regime de capitalização de recursos, está sujeito à apuração de resultados sob os conceitos de déficit ou superávit atuarial. Quanto aos Fundos Financeiros, FUNAPREV e PREVMILITAR, estruturados em regime de "repartição simples", sem capitalização de recursos, seus resultados não devem ser considerados como déficit e sim como "insuficiência financeira".

Os apontamentos do Tribunal de Contas do Estado direcionam suas "Ocorrências" e "Recomendações" para o Balanço Patrimonial Consolidado do Estado, atribuição da Secretaria da Fazenda – SEFAZ. A CPREV/SEPLAG é responsável por providenciar quaisquer ajustes nos procedimentos, exceto em eventuais disciplinamentos oriundos do Ministério da Previdência Social no que concerne às Demonstrações Financeiras que são encaminhadas semestralmente aquele Ministério. Com a segregação de massa, efetivada em 01/01/2014, considera-se como equacionado contabilmente o déficit atuarial preexistente, mediante o registro desse valor em contas redutoras e anuladoras dos efeitos do registro desse déficit atuarial.



Recomendação 14: À Secretaria da Fazenda que adote as providências necessárias para que o Quadro do Superávit/Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial seja gerado diretamente por meio de relatório de saída do S2GPR.

Segundo a SEFAZ, foi elaborada uma Tabela no Relatório Contábil do Balanço Geral do Estado de 2016, referente ao Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial. Este relatório faz parte da prestação de contas, conforme estabelecido no art.42, §2º, da Lei Orgânica do TCE. O Quadro do Superávit/Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial não está disponível para ser gerado diretamente por meio de relatório de saída do S2GPR. Ressalte-se que o referido Sistema está em fase de aperfeiçoamento para a construção de quadros parametrizados.

Recomendação 15: À Secretaria da Fazenda que elabore os quadros complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa, conforme exposto no MCASP.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa visa à análise do desempenho financeiro do setor público, permitindo ter uma visão da situação das finanças públicas, possibilitando efetuar comparações entre ingressos e desembolsos por tipos de atividades (operacionais, de investimento e de financiamento), e avaliar as decisões de investimento e financiamento público.

De acordo com a SEFAZ, tendo em vista as demonstrações atuais se apresentarem bastante detalhadas, os quadros complementares da Demonstração dos Fluxos de Caixa do Balanço do Estado não são necessários.

2.4. Determinações Constitucionais de Aplicação de Recursos

Recomendação 16: Ao Poder Executivo que promova a operacionalização do FCE com vistas ao cumprimento do Art. 209 da Constituição Estadual.

Conforme a SEPLAG, após a avaliação feita pelo Estado em relação à operacionalização do FCE, foi iniciado o processo de extinção do respectivo fundo com o encaminhamento à PGE de minutas de PLC e de PEC alterando o Art.209. Essas ações foram definidas visando garantir mais eficiência na gestão pública estadual, visto que a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS já executa, por meio do programa “*Empreendedorismo e Economia Solidária*” ações concomitantes às atividades exercidas pelo FCE, não havendo, portanto, justificativa para o funcionamento do referido fundo.



Recomendação 17: Ao Poder Executivo que cumpra o percentual de recursos direcionados à FUNCAP, conforme estabelece o art. 258 da Constituição Estadual.

A Constituição Estadual de 1989 estabelece no art. 258, que:

CE, Art. 258. O Estado manterá uma fundação de amparo à pesquisa, para o fomento das atividades de pesquisa científica e tecnológica, atribuindo-lhe dotação mínima, correspondente a dois por cento da receita tributária como renda de sua administração privada.

A previsão constitucional em comento datada de 1989, trata em seu mérito do apoio do Estado na manutenção de uma fundação de amparo a pesquisa científica e tecnológica, pelo que foi criada a Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP, nos termos da Lei Estadual nº.11.752, de 12 de novembro de 1990. Em 2016, foram aplicados recursos na FUNCAP, no valor de R\$ 46.670.150,52.

Nesse diapasão, cabe ressaltar que além da FUNCAP, a SECITECE, o NUTEC e as três Universidades Estaduais (URCA, FUNECE e UVA) também realizam o fomento das atividades de pesquisa científica e tecnológica. Considerando então a execução orçamentária na FUNCAP e na função Ciência e Tecnologia, em 2016 foram aplicados na FUNCAP, no NUTEC, na SECITECE e na URCA o valor de R\$ 77.609.124,52, conforme a Tabela 4. Considerando o montante desses recursos aplicados em relação à Receita Tributária Líquida, obtém-se o percentual de 0,90% de recursos aplicados pelo Estado com esta função.

TABELA 4 - PERCENTUAL DE RECURSOS APLICADOS NA FUNCAP E NA FUNÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

R\$ 1,00	
ESPECIFICAÇÃO	ANO 2016
RECEITA TRIBUTÁRIA LÍQUIDA	8.623.975.818,27
FUNCAP	46.670.150,52
NUTEC	14.554.478,97
SECITECE	13.789.563,15
URCA	2.594.931,88
TOTAL DE RECURSOS APLICADOS NA FUNCAP E NA FUNÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	77.609.124,52
PERCENTUAL DE RECURSOS APLICADOS	0,900%

Fonte: S2GPR-SEFAZ



Considerados os recursos aplicados na função Educação, subfunção ensino superior, que importou no montante de R\$ 351.877.108,40, quando comparado com a Receita Tributária Líquida de 2016, obtém-se o percentual de recursos aplicados de 4,08%, conforme a Tabela 5.

TABELA 5 - PERCENTUAL DE RECURSOS APLICADOS NA FUNÇÃO EDUCAÇÃO COM ENSINO SUPERIOR

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ANO 2016
RECEITA TRIBUTÁRIA LÍQUIDA	8.623.975.818,27
FUNECE	227.335.201,80
SECITECE	25.909.790,19
URCA	98.632.116,41
UVA	70.138.285,23
TOTAL DE RECURSOS APLICADOS NA FUNÇÃO EDUCAÇÃO	351.877.108,40
PERCENTUAL DE RECURSOS APLICADOS	4,080%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

A Tabela 6 apresenta alguns indicadores dos recursos consumidos pela função de Educação na subfunção Ensino Superior e Inovação Tecnológica.

TABELA 6 - INDICADORES TEMÁTICOS - 2012-2016

INDICADOR	UNIDADE	2012	2013	2014	2015	2016
Número de grupos de pesquisa desenvolvidos nas instituições de ensino superior	Nº	429	525	769	758	251
Número de Pós-Graduação Stricto Sensu	Nº	405	366	400	1611	2784
Produção Acadêmica (publicações)	Nº	6722	7527	7309	8363	8374
Número de Empresas atendidas com serviços e inovações	Nº	341	1042	1024	248	859
Número de Empresas incubadas	Nº	37	28	25	28	20

Fonte: Mensagem à Assembleia 2017



Assim, considerando os recursos aplicados pelos órgãos de nível superior (SECITECE, URCA, NUTEC, FUNECE e UVA), que contribuem para o fomento das atividades de pesquisa científica e tecnológica, totalizam 4,98% (0,90% + 4,08%) da Receita Tributária Líquida, estando acima do limite de 2,00% da Receita Tributária estabelecido no art. 258 da Constituição Estadual.

Recomendação 18: Ao Poder Executivo que cumpra o percentual previsto no art. 205, § 2º, da Constituição Estadual, o qual estabelece que o Estado deve aplicar no mínimo 20% (vinte por cento) da sua arrecadação tributária com investimentos.

Em 2016, a Receita Tributária Líquida realizada foi de R\$ 8.623.975.818,27 (oito bilhões, seiscentos e vinte e três milhões, novecentos e setenta e cinco mil, oitocentos e dezoito reais e vinte e sete centavos), conforme a Tabela 7.

TABELA 7 - DO VALOR DA RECEITA TRIBUTÁRIA LÍQUIDA

R\$ 1,00	
ESPECIFICAÇÃO	ANO 2016
RECEITA TRIBUTÁRIA BRUTA	13.171.436.881,29
DEDUÇÕES	-4.547.461.063,02
TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	-2.861.888.467,56
TRANSFERÊNCIA FUNDEB	-1.671.730.832,01
RESTITUIÇÕES	-13.841.763,45
RECEITA TRIBUTÁRIA LÍQUIDA	8.623.975.818,27

Fonte: S2GPR-SEFAZ

O total das despesas de capital empenhadas na Fonte Tesouro foi de R\$1.525.762.449,24 (um bilhão, quinhentos e vinte e cinco milhões, setecentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e vinte e quatro centavos). O percentual da Despesa de Capital (Fonte Tesouro) em relação à Receita Tributária Líquida em 2016 foi de 17,69%. Comparando o volume de despesas de capital na Fonte Tesouro com as operações de crédito e outras fontes em 2016, verifica-se que os recursos do tesouro representaram 47,49% do total das despesas, conforme a Tabela 8.



TABELA 8 - DESPESA DE CAPITAL POR FONTE DE RECURSOS

R\$ 1,00

GRUPO DE DESPESA / FONTE	ANO 2016	
	VALORES EMPENHADOS	DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS POR FONTE
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	3.212.833.922,50	100,00%
TESOURO	1.525.762.449,24	47,49%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.105.481.747,97	34,41%
OUTRAS FONTES	581.589.725,29	18,10%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Assim, considerando o volume de recursos próprios investidos pelo Estado nas despesas de capital,, aliado ao contexto econômico restritivo em 2016, que sofreu a 2ª queda anual seguida do PIB, constituindo um cenário razoavelmente adverso do momento da criação do texto constitucional, vislumbre-se que o volume de recursos de tesouro aplicados em 2016 em despesas de capital, alcançando o percentual de 17,69%, pode ser considerado bastante representativo e cumpridor dos ditames de uma gestão fiscal responsável.

Recomendação 19: À Secretaria do Planejamento e Gestão que providencie a criação de fontes de recursos específicas para evidenciar as despesas custeadas com o superávit financeiro, do exercício anterior, de recursos de impostos vinculados ao ensino.

Segundo a SEPLAG, a recomendação foi atendida desde o exercício de 2016, quando o Estado expandiu para 05 (dígitos) a codificação da fonte, para um maior controle no uso dos recursos em nível contábil e gerencial. Há, agora, mediante o uso dessa nova codificação a separação dos recursos que são originários do exercício corrente ou do superávit do exercício anterior. Além disso, em caso de necessidade, o 4º e 5º dígitos correspondem à subfonte, que detalha a fonte se assim for necessário.

Recomendação 20: À Secretaria da Fazenda que preencha o Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASP) de acordo com as orientações contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Segundo a SEFAZ, o processo de elaboração do Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos da Saúde (ASPS) segue rigorosamente a todos os requisitos



apresentados pelo Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) da STN, 5ª Edição. O valor obtido da despesa aplicada em ações e serviços de saúde toma por base a execução orçamentária por função de governo (no caso em tela, a Função Saúde – 10).

Como acontece em todo processo de registro descentralizado e automatizado de informações, existe a possibilidade de, eventualmente, algumas despesas executadas na Função Saúde terem objetos não diretamente associados à saúde, mas que contribuem para a gestão de saúde pública do Estado. Em outros casos isolados, algumas despesas podem não possuir relação evidente, mas foram classificadas na Função Saúde por terem sido executadas pela Secretaria de Saúde (SESA) e entidades vinculadas (Fundos, Hospitais etc). Para se chegar a esse nível de detalhe da informação, é preciso analisar as despesas até o item de despesa. Em outros casos, só é possível verificar a autenticidade da classificação efetuada analisando a descrição do empenho. Entretanto, como o demonstrativo é elaborado em nível de função, não é possível se antecipar a todas essas eventuais ocorrências, o que poderia até inviabilizar a elaboração do demonstrativo.

Mesmo assim, ao comparar os valores apresentados pelo TCE como gastos incompatíveis com a Função Saúde com o total computado como gasto elegível pelo governo, é possível perceber a proporção irrelevante desses valores sobre o total do recurso aplicado em saúde, o que corrobora a ideia de que o método de elaboração do demonstrativo segue às orientações apresentadas no MDF e que esses eventuais ajustes devem ser feitos, de fato, apenas quando identificados em verificação posterior. Não é razoável modificar substancialmente um processo de geração de um complexo demonstrativo porque foram identificadas algumas ocorrências. Mesmo que sejam procedentes, elas não alteram em nada a qualidade de informação produzida, nem comprometem o adequado cumprimento do limite constitucional de aplicação de recursos próprios do Estado em ações e serviços públicos de saúde.

Quanto à questão da não elaboração de demonstrativo destinado a evidenciar, destacada e separadamente, as informações da execução da despesa com ASPS nos consórcios públicos de que o Estado participa, constata-se sua não elaboração até 2014, conforme alerta emitido por esta Corte de Contas. A partir de 2015, o demonstrativo foi elaborado com o Demonstrativo das Receitas e Despesas com ASPS, atendendo à referida recomendação.

Recomendação 34: Aos órgãos e entidades estaduais que celebrarem contratos de gestão com Organizações Sociais que remetam ao TCE-CE, quando das suas Contas Anuais, a prestação



de contas dos referidos contratos, devidamente acompanhados de documentos, informações e demonstrativos de natureza contábil, para a devida análise pela área competente deste Tribunal, nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal.

Em 10/03/2015, por ocasião da XXXV edição do Fórum Permanente de Controle Interno, a CGE apresentou orientações aos órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado do Ceará sobre a apresentação da Contas Anuais de Gestão.

Especificamente em relação aos contratos de gestão, foi orientado que os órgãos/entidades/fundos responsáveis pelos referidos instrumentos inserissem no Sistema *E-Contas* as seguintes peças e informações:

- Rol de Responsáveis pela Organização Social;
- Prestação de contas do contrato de gestão, incluindo a cópia do contrato de gestão, os relatórios gerencial e de atividades e respectivos demonstrativos financeiros e contábeis, acompanhada dos pareceres do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da auditoria externa e o resultado da análise realizada pela Comissão de Avaliação, de que tratam os incisos IX e X do art.4º, III do art.6º e §2º do art.10 da Lei Estadual nº12.781/97; e
- Parecer do dirigente máximo do órgão/entidade/fundo supervisor sobre os resultados da apreciação e supervisão que lhe competem.

Para a apresentação das Contas Anuais de 2016, com base na Recomendação 34 do TCE, a CGE reiterou as orientações aos órgãos e entidades do Poder Executivo que sejam responsáveis pela execução de Contratos de Gestão com Organizações Sociais.

2.5. Gestão Fiscal

Recomendação 21: À Secretaria da Fazenda que divulgue o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre, bem como o de Gestão Fiscal do terceiro quadrimestre, com os dados definitivos no período determinado pela LRF, ou seja, até 30 de janeiro do ano subsequente.

Segundo a SEFAZ, o art. 52 da LRF determina que o Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público, sendo publicado pelo Poder Executivo até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, conforme determina a Constituição Federal, em seu § 3º do art. 165, sendo composto de duas peças básicas e de alguns demonstrativos de suporte. As peças básicas são: o Balanço Orçamentário,



cuja função é especificar, por categoria econômica, as receitas e as despesas, e o Demonstrativo de Execução das Receitas (por categoria econômica e fonte) e das despesas (por categoria econômica, grupo de natureza, função e subfunção).

O art. 54 da LRF define que, ao final de cada quadrimestre, será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no seu art. 20, o Relatório de Gestão Fiscal - RGF, abrangendo todas as variáveis imprescindíveis à consecução das metas fiscais e à observância dos limites fixados para despesas e dívida. O § 2º do art. 55 estabelece que o relatório será publicado até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.

Em 2016, os demonstrativos do RREO e do RGF foram publicados no Diário Oficial do Estado (DOE) do dia 29/01/2016. Para atender ao prazo estabelecido na LRF, a SEFAZ suspende as atividades e conferências e se debruça nos relatórios do RREO e do RGF. Depois desse período se inicia a conferência para a elaboração do Balanço Geral do Estado e, caso sejam identificadas diferenças que afetem os relatórios já publicados, estes são republicados. No entanto, conforme o histórico, eventuais diferenças não têm sido relevantes.

Recomendação 22: À Secretaria da Fazenda que disponibilize no S2GPR um relatório que informe a disponibilidade de caixa bruta por fonte de recursos e por Poder.

Segundo a SEFAZ, no Relatório Contábil do Balanço Geral de 2015 existem demonstrativos com o saldo das disponibilidades de caixa por fonte / destinação de recurso.

Ressalte-se que o S2GPR está em fase de aperfeiçoamento para a construção de relatórios e quadros parametrizados.

Recomendação 23: À Secretaria da Saúde que, na elaboração dos contratos de rateio, especifique os elementos econômicos de despesa, de forma a discriminar o que será transferido para pagamento de pessoal, de custeio e de investimento.

Segundo a SEFAZ, o consórcio público, dentro da natureza jurídica que lhe foi autorizada em lei, detém a competência de executar suas despesas e se submeter aos limites respectivos definidos na LRF, cabendo informar aos entes consorciados a execução de despesas com pessoal e com saúde decorrente das transferências feitas por via dos contratos de rateio, para meros fins de contabilização e prestação de contas. O art. 12 da Portaria STN nº 72/2012 estabelece que “Os consórcios públicos encaminharão aos Poderes Executivos de cada ente da



Federação consorciado as informações necessárias à elaboração dos demonstrativos referidos no artigo anterior até quinze dias após o encerramento do período de referência, salvo prazo diverso estabelecido por legislação específica de cada ente consorciado”. A ausência do cumprimento dessa regra importará a não contabilização dos gastos do consórcio em termos de cômputo com gastos de pessoal e de saúde, nos termos do §1º do retro citado dispositivo.

Assim sendo, não há norma legal que imponha o dever de qualquer ente consorciado interferir ou investir-se na autonomia administrativa do Consórcio, cabendo-lhe tão somente estipular medidas no sentido de impor ao consórcio público o cumprimento de suas obrigações legais e regulamentares, sem que para tanto haja malferimento da autonomia administrativa de tal Entidade. Neste sentido, a SESA editou a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01, de 01 de junho de 2015, a qual disciplina os procedimentos de gestão administrativa, orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal realizados pelos consórcios públicos da saúde em relação ao Estado do Ceará. Desta forma, a SESA vem cumprindo com a recomendação, imputando, inclusive, às Entidades inadimplentes com os Relatórios Fiscais em questão, a suspensão dos repasses de recursos decorrentes dos Contratos de Rateio, conforme deduzido nos Ofícios Circulares nºs 4162/2015 e 5364/2015.

Ademais, a SESA já evidenciou esforços necessários no sentido de subsidiar o Orçamento do Estado do Ceará a ser executado no exercício de 2016, no que toca à classificação da despesa dirigida às transferências aos Consórcios Públicos da Saúde, de acordo com a Portaria Interministerial Nº 163, de 4 de maio de 2001.

Recomendação 24: À Secretaria da Fazenda que evidencie em notas explicativas, no Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio (anexo 4) do RREO, o valor do aporte financeiro, distinguindo os valores aportados para o FUNAPREV e para o PREVMILITAR, em atendimento à Lei Complementar nº 123/2013.

Segundo a SEFAZ, esta recomendação será atendida no Balanço Geral do Estado de 2016.

Recomendação 25: Ao Sistema Único de Previdência Social do Estado do Ceará – SUPSEC que registre as receitas do FUNAPREV e PREVID em código orçamentário de receitas distintos, em atendimento à Lei Complementar nº 123/2013.



Segundo a SEPLAG, as receitas do FUNAPREV e PREVID, relativas à Contribuição do Servidor Ativo Civil e à Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil estão registradas no sistema S2GPR sobre o código orçamentário a seguir:

- Receitas do PREVID e FUNAPREV, relativas à Contribuição do Servidor Ativo Civil (código 12102907); e
- Receitas sobre à Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil (código 72102901).

Em função da LC nº 123/2013, as referidas receitas devem ser detalhadas de forma que seja possível distinguir as receitas de cada fundo previdenciário, a Tabela 9 apresenta as receitas registradas em 2016 em contas distintas.

Tabela 9 - ARRECADAÇÃO DAS RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES

					R\$ 1.000,00	
R\$					SUBDOC	
CATEGORIA	ORIGEM	PODER	GESTOR	PREVISTO	REALIZADO	
RECEITAS CORRENTES				572.071	593.368	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES				572.071	593.368	
EXECUTIVO				568.353	589.215	
PREVID				14.242	32.524	
PREVMILIT				103.798	110.098	
SUPSEC				450.312	446.592	
LEGISLATIVO				3.719	4.153	
FPP				3.719	4.153	
Total geral				572.071	593.368	

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Vale ressaltar que as receitas do FUNAPREV estão registradas no SUPSEC.

Recomendação 26: À Secretaria da Fazenda que ao inscrever restos a pagar, processados e não processados, verifique se há disponibilidade financeira suficiente nas fontes de recursos vinculadas e não vinculadas.

No Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar de 2016 são apresentados na coluna (f) a disponibilidade financeira líquida antes dos restos a pagar separada por recursos vinculados e não vinculados e na coluna seguinte são demonstrados os



valores dos restos a pagar também discriminados por recursos vinculados e não vinculados, conforme a Tabela 10.

Tabela 10 - DISPONIBILIDADE DE CAIXA E RESTOS A PAGAR

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE BRUTA DO CAIXA	RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS E NÃO PAGOS		RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	DISPONIBILIDADE E DE CAIXA LÍQUIDA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO
		DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DO EXERCÍCIO				
Total dos Recursos Vinculados	1.257.679.506,13	357.213,57	70.625.259,57	30.541.564,20	8.446.938,05	1.147.708.530,74	218.446.070,34
Total dos Recursos Não Vinculados	2.093.825.801,54	594.926,06	109.539.204,79	18.740.476,67	617.154.311,57	1.347.796.882,45	182.580.371,20
Total	3.351.505.307,67	952.139,63	180.164.464,36	49.282.040,87	625.601.249,62	2.495.505.413,19	401.026.441,54

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Recomendação 27: À Secretaria de Planejamento e Gestão que, nos futuros Projetos da LDO, observe a metodologia de apuração o resultado primário definida no Manual de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional.

A metodologia de apuração do resultado primário que acompanha o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias é elaborada em observância às orientações emanadas da Constituição, da Lei de Responsabilidade Fiscal e do Manual de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Com o intuito de esclarecer os procedimentos adotados para o cálculo do resultado primário explicitamos a seguir os principais conceitos e fundamentos para a elaboração do anexo de metas fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Como instrumento normativo de orientação para o cálculo do resultado primário, o Manual de Demonstrativos Fiscais da STN abre um capítulo para tratar da Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP), o qual aborda amplamente a metodologia consagrada internacionalmente para a avaliação de políticas fiscais, consistindo na soma entre o resultado primário do setor público não financeiro e a apropriação de juros nominais por competência. O resultado primário de um determinado ente, por sua vez, como mencionado no citado manual, diz respeito à diferença entre receitas e despesas primárias em um período de tempo.

O levantamento da NFSP evidencia o montante de receitas primárias, assim como de despesas primárias, obrigatórias e discricionárias. A partir das metas de resultado, do montante de receita previsto e da estimativa das despesas obrigatórias primárias, chega-se ao



valor das chamadas despesas discricionárias, ou seja, aquelas despesas em que há, efetivamente, margem de decisão alocativa. Assim, apresentam-se as metodologias das principais receitas e despesas primárias constantes do PLOA, em valores correntes, e, em seguida, os principais indicadores econômicos utilizados para as estimativas.

As receitas não primárias são aquelas que não contribuem para o resultado primário ou não alteram o endividamento líquido do setor público não financeiro no exercício correspondente, visto que criam uma obrigação ou extinguem um direito, ambos de natureza financeira, junto aos agentes financeiros, públicos ou privados, no país ou no exterior.

As receitas primárias referem-se, predominantemente, as receitas correntes e lhes são atribuída um identificador específico para a determinação de sua natureza – primária ou não primária.

Incluem os impostos, as receitas provenientes da participação do Estado na arrecadação da União, transferências voluntárias da União, correntes e de capital, e outras receitas correntes arrecadadas pelo Estado. As estimativas dessas receitas são influenciadas por indicadores de preço, como inflação, taxa de câmbio, taxa de juros; indicadores de quantidade, como variação no Produto Interno Bruto (PIB) e efeitos decorrentes de alterações na legislação tributária e de medidas de caráter administrativo.

No que diz respeito às despesas, a apuração do resultado primário é realizada considerando-se apenas os gastos primários, que excluem as despesas não primárias. Estas não pressionam o resultado primário nem alteram o endividamento líquido do setor público não financeiro no exercício e correspondem, principalmente, ao pagamento de juros e à amortização de dívidas, à concessão de empréstimos e financiamentos, à aquisição de títulos de crédito e representativos de capital integralizado e às reservas de contingência.

Vale ressaltar que, nas Lei Orçamentárias, os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social discriminam a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação, em seu menor nível, especificando, entre outros atributos, o identificador de resultado primário, a fim de facilitar a respectiva apuração.

Cumprindo esclarecer que a metodologia empregada para mensuração do resultado primário requer que as despesas sejam estimadas pelo regime contábil de caixa, diferentemente das



constantes do orçamento, as quais são programadas considerando o regime orçamentário, em que as despesas públicas são reconhecidas quando da emissão do empenho.

As despesas primárias correspondem à oferta de serviços públicos à sociedade. Tais despesas são classificadas como obrigatórias, discricionárias ou destinadas a financiar os investimentos estruturantes.

Neste conjunto de dispêndios destacamos que as despesas discricionárias poderão ser deduzidas em razão da exponencial importância econômica, autorizadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, no seu artigo 19, §1º:

“§1º Os programas, projetos e atividades identificados na Lei Orçamentária Anual, que estejam qualificados pelo identificador de resultado primário RP 2, RP 3, RP 4 e RP 5, de que trata o §12, do art.10 desta Lei, não serão computados para efeito do cálculo do resultado primário”.

Apesar de compor o valor total de despesas discricionárias do Poder Executivo, parte das despesas de investimento possui tratamento diferenciado na apuração do resultado primário. Tais despesas, embora tenham impacto sobre o resultado primário, têm por característica a constituição de ativos que contribuirão para gerar resultados positivos no futuro para o setor público e para a economia como um todo, superiores ao aumento do endividamento deles decorrentes. Por conseguinte, conforme dispositivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias, tais despesas poderão ser abatidas da meta de superávit primário.

Esta dedução refere-se a Projetos de Investimentos Estruturantes do Estado, tais como Ampliação da Malha Rodoviária, do Porto do Pecém e do Sistema Metro-ferroviário, conforme identificados pelos indicadores de resultado primário (RP 2, RP 3, RP 4 e RP 5) na Lei Orçamentária Anual. Estes projetos são extremamente importantes para o desenvolvimento do Estado do Ceará, para a formação da infraestrutura necessária ao desenvolvimento, contribuindo para o dinamismo da economia e a integração regional do Estado. Além disso, referem-se a projetos financiados, principalmente, com fontes externas, a exemplo das Operações de Crédito e Transferências Voluntárias do Governo Federal.

Procedimento análogo ao Estado do Ceará é utilizado pelo Governo Federal quando deduz as despesas do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.



Recomendação 28: À Secretaria da Fazenda que cumpra o disposto art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal sempre que realizar benefícios fiscais que sejam considerados como renúncia de receita.

O mandamento legal sob exame estabelece o seguinte:

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições: (Vide Medida Provisória nº 2.159, de 2001) (Vide Lei nº 10.276, de 2001)

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

Segundo a SEFAZ, existem duas leis que tratam de renúncias de receitas, quais sejam, a Lei nº 15.826/2015 e a Lei nº 15.892/2015, e que atendem às exigências estabelecidas no art. 14 da LRF.

Em análise ao Anexo de Metas Fiscais da LDO 2015, há uma previsão de “renúncia de receitas” na ordem de R\$ 967.262.960,00 (novecentos e sessenta e sete milhões, duzentos e sessenta e dois mil, novecentos e sessenta reais), estando previstas explicitamente as seguintes medidas de compensação, embora outras tenham sido adotadas: expansão na base econômica, modernização da administração fazendária e controle de operações interestaduais.

Todavia, o Estado do Ceará, além dessas medidas, tomou uma série de outras providências fundamentais para o incremento da receita tributária e manutenção do equilíbrio fiscal do Estado, dentre as quais merecem destaque a implantação do regime de substituição tributária, com ampliação da base de cálculo, especialmente para os setores têxtil e de confecções, material de construção, produtos de informática, etc, e a majoração de alíquotas dos tributos.



Registre-se, antes de tudo, que a alegada renúncia de receitas não significa necessariamente um impacto negativo na arrecadação, como o próprio TCE já deixou bem explícito na Resolução nº 4510/2015, Processo nº 01486/2010-8, quando da análise dos programas de recuperação de débitos fiscais.

As renúncias previstas na LDO/2015 não representaram qualquer ameaça às finanças públicas, não havendo qualquer lastro de prejuízo às metas fiscais previstas na LDO de 2015, em consonância, portanto, com o que estabelece o artigo 14, inciso I da LRF.

Como é cediço, as Metas de Resultados Fiscais são projetadas na Lei Orçamentária Anual para o exercício, neste caso na de 2015.

Recomendação 32: Ao Governo do Estado que, quando possível, busque contrair empréstimos no mercado interno para evitar a volatilidade da taxa de câmbio.

Segundo a SEPLAG, considerando o histórico de 1994 até hoje, nos últimos 22 anos, o câmbio cresceu na mesma proporção que a inflação. Considerando que as taxas de juros com instituições financeiras internacionais, em geral, são inferiores às taxas de juros nacionais, muitas vezes é mais atrativo para o Estado contratar com instituições internacionais. A exceção pode ocorrer quando há incentivo deliberado pelo Conselho Monetário Nacional ou quando a operação é amparada pelo FGTS e TJLP, por exemplo.

Assim sendo, buscar empréstimos no mercado interno não necessariamente é a melhor e mais barata alternativa para captação de recursos. Cada instituição tem linhas específicas de financiamentos, a exemplo da área de segurança pública.

Para melhor exemplificar, apresentamos abaixo um estudo realizado por técnicos da SEFAZ, quando da elaboração de Carta Consulta e Parecer Técnico a ser apresentado à Secretaria de Assuntos Internacionais e Secretaria do Tesouro Nacional, no pleito de contratação de empréstimo para Amortização da Dívida.

“Justificativas de captação de recursos externos:

A fonte de financiamento externo é, portanto, a melhor alternativa diante do cenário macroeconômico encontrado e pelos seguintes aspectos que interferem diretamente o crédito:

a. A taxa de juros no mercado interno está bastante elevada, a SELIC que é uma ferramenta de política monetária utilizada pelo Banco Central do Brasil para atingir a meta das taxas de juros estabelecida pelo Comitê de Política Monetária (Copom), na data de



01/04/2016 estava como meta 14,25% ao ano para 2016 e com projeção de 12,50% para o ano de 2017, conforme Relatório FOCUS do BCB;

b. A inflação oficial do país, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fechou o ano de 2015 em 10,67%, ficando acima do teto da meta em 4,16%, fixada pelo Banco Central em 6,5% ao ano. A expectativa de mercado é que em 2016 o IPCA fique em 7,28% ao ano, conforme Relatório FOCUS do BCB de 01/04/2016;

c. A cotação do dólar fechou em R\$3,9048 na data 31/12/2015 e em 31/12/2014, R\$2,6562/US\$. Considerando essa variação, verifica-se um aumento do dólar de 47% no período. De igual forma, a Taxa de câmbio prevista para o fim do período de 2016 (R\$/US\$) é de R\$4,00, conforme Relatório FOCUS do BCB de 01/04/2016."

Enfoque do Câmbio

Ao tratarmos do papel Global 2026 do Governo Federal como referência à nossa captação de empréstimo, esta emissão enfoca o câmbio na moeda do dólar, o qual fora emitido em um momento que o dólar vem apresentando nos últimos meses seu pico de valorização ante ao real, porém, com tendência de queda, embora não demonstrado nas expectativas de mercado publicado no relatório Focus do Banco Central do Brasil – BCB.

Observa-se na Tabela 11, que a taxa nominal do câmbio R\$/US\$, média entre compra e venda em momentos de forte elevação, foram ocasionados por fatores macroeconômicos e/ou políticos que são instantaneamente incorporados à taxa de câmbio, trazendo uma excessiva volatilidade da taxa em um curto prazo.

TABELA 11 - TAXA DE CÂMBIO NOMINAL

DATA	TAXA NOMINAL	VARIAÇÃO A BASE INICIAL	VARIAÇÃO COM O PERÍODO ANTERIOR
22/10/2002	3,9548%	-	-
16/10/2007	1,8238%	-54%	-54%
19/10/2012	2,0269%	-49%	11%
02/03/2016	3,9113%	-1%	93%
30/04/2016	3,4508%	-13%	-12%

FONTE: BACEN



Contudo, verifica-se, também, que referidas elevações e volatilidade das taxas de câmbio tendem em curto prazo a se estabilizar na situação encontrada antes desses impactos na economia e que, em suas idas e vindas, o câmbio se adapta a nova realidade do mercado.

Como exemplo, pode-se observar no Gráfico 1 o comportamento da taxa de câmbio nominal. Em momentos que antecederam fatos impactantes o câmbio R\$/US\$ começa a se valorizar, como no período que antecedeu as eleições de 2002, e que recuou após a estabilização política ocorrida no novo governo.

GRÁFICO 1 - TAXA DE CÂMBIO NOMINAL 1999-2016



Da mesma forma observa-se, entre 2008 e 2009, com os efeitos da crise econômica mundial, após o colapso da bolha especulativa no mercado imobiliário alimentada pela enorme expansão de crédito bancário e potencializada pelo uso de novos instrumentos financeiros.

De igual modo, é o que estamos vivenciando no período recente de 2013 a abril de 2016, neste caso, os fatores políticos e a retração da economia brasileira fizeram que o câmbio disparasse. Entretanto, baseado nos fatores evidenciados acima, referido histórico nos faz crer que o câmbio irá retornar a um patamar de taxa vista anteriormente, antes desse colapso.

Enfatiza-se também que, de modo algum, pode-se afirmar que é uma garantia que isso venha acontecer, contudo baseado no histórico e em fatos atuais, vemos que o câmbio vem sendo fortemente afetado por esses fatores, gerando inclusive neste momento um recuo da taxa de câmbio R\$/US\$, porém, ainda se mantendo elevado.



Considerando-se que ao longo do tempo a taxa de câmbio teve altos e baixos, conforme apresentado, é bem possível que o Estado venha a ter ganhos com a desvalorização do câmbio nos próximos meses ou anos.

Recomendação 33: A todas as Secretarias do Estado que se abstenham de contratar terceirizados para a realização de atividades inerentes a servidores públicos (atividade-fim), sob pena de ofensa ao art. 37, inciso II, CF/88.

Segundo a SEPLAG, foi concluída a licitação para contratação de uma empresa especializada para realizar o redimensionamento da força de trabalho do Poder Executivo (Órgãos/Entidades da Administração Direta, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas, excetuando-se as Sociedades de Economia Mista), propondo ainda os ajustes e as medidas a serem adotadas visando à adequada composição das pessoas dos Órgãos/Entidades do Governo do Estado do Ceará.

Será objeto do referido trabalho a proposição de diretrizes para a reposição da força de trabalho (concursos públicos, seleção interna, movimentação de pessoas e etc), nos Órgãos/Entidades para o curto prazo (0 a 2 anos), médio prazo (3 a 5 anos) e longo prazo (6 a 10 anos), considerando sempre as mudanças de processo, desenvolvimento tecnológico, projetos prioritários de governo, capacidade financeira e mudança de modelo de gestão. Também fará parte do trabalho, a elaboração do Plano Estratégico de Dimensionamento das Carreiras, com a avaliação de quais atividades funcionais deverão ser exercidas por quadros próprios e como será o planejamento para atividades terceirizadas.

O Termo de Homologação e Adjudicação foi publicado no Diário Oficial de 02 de Fevereiro de 2017. O trabalho terá a duração de 10 meses, com início previsto para março de 2017.



3. Execução dos Programas de Governo

Na análise dos principais programas incluídos no orçamento anual de 2016, verificou-se os aspectos relacionados ao perfil da execução orçamentária por Eixo, Área Temática, principais Programas e suas Metas Prioritárias.

3.1. Alocação de Recursos do PPA – 2016-2019

A Lei nº 15.929, de 29 de dezembro de 2015, dispõe sobre o Plano Plurianual (PPA) 2016-2019, em cumprimento ao que preconiza a Constituição Federal, no §1º do Artigo 165, e a Constituição do Estado do Ceará, no §1º do Artigo 203.

O PPA 2016-2019, apoia-se em três dimensões e sete Eixos Estratégicos (7 Cearás):

- Dimensão Estratégica
- Dimensão Tática
- Dimensão Operacional

Eixos Estratégicos (7 Cearás):

- Ceará da Gestão Democrática por Resultados
- Ceará Acolhedor
- Ceará de Oportunidades
- Ceará Sustentável
- Ceará do Conhecimento
- Ceará Saudável
- Ceará Pacífico

O documento do PPA 2016-2019 é composto por cinco anexos, com informações sobre as destinações dos recursos:

- ✓ Anexo I – Demonstrativo de Temas Estratégicos e Programas
- ✓ Anexo II – Demonstrativo Consolidado dos Programas por Eixo e Tema
- ✓ Anexo III – Demonstrativo de Programas por Região de Planejamento
- ✓ Anexo IV – Demonstrativo de Diretrizes Regionais e Programas
- ✓ Anexo V – Agendas Transversais

Na Dimensão Estratégica se encontram os sete eixos identificados como “7 Cearás”. Os Programas de Governo fazem parte da Dimensão Tática, e as Ações Orçamentárias na Dimensão Operacional, visualizadas mais especificamente na LOA.

Cada Eixo foi construído de modo a priorizar temas estratégicos, sendo representados pelas diversas áreas de atuação do governo na implementação das políticas públicas. A base estratégica do PPA 2016-2019 é definida a partir do Eixo Governamental de Atuação Intersetorial, que representa o elemento de planejamento que organiza a atuação governamental, de forma integrada, articulada e sistêmica, com o propósito de atender à complexidade da missão de tornar o Ceará um Estado com desenvolvimento sustentável e qualidade de vida.

O Tema Estratégico consiste em desdobramento do Eixo, sendo representado pelas diversas áreas de atuação do governo, na implementação das políticas públicas. Estes Temas podem ser classificados em Setorial ou Intersetorial, conforme o envolvimento de uma ou mais setoriais na concretização de seus programas.

Tanto os Eixos, quanto os temas estratégicos possuem os seguintes elementos:

- Resultados: declaram os efeitos de curto e de médio prazos dos programas sobre a melhoria dos indicadores econômicos e sociais; e
- Indicadores: instrumentos que permitem aferir o desempenho do PPA no âmbito de cada eixo e tema, o que gera subsídios para seu monitoramento e avaliação a partir da observação do comportamento de uma determinada realidade ao longo do período do Plano.

Os Programas são instrumentos de organização da ação governamental visando ao alcance dos resultados desejados, tanto no nível dos temas, quanto dos eixos. Os programas visam solucionar ou amenizar problemas, atender demandas ou criar/aproveitar oportunidades de desenvolvimento para a população cearense e devem ter a abrangência necessária para representar os desafios, a territorialidade e permitir o monitoramento e a avaliação. Podem ser classificados em: Finalísticos, Administrativos ou Especiais.

A Tabela 12 apresenta a divisão dos recursos destinados aos 7 Eixos do PPA 2016-2019, assim como a execução orçamentária dos Eixos no exercício de 2016:



TABELA 12 - PERCENTUAL DE RECURSOS A SER GASTO POR EIXO NO PERÍODO DO PPA 2016-2019

EIXOS	PARTICIPAÇÃO DOS EIXOS NO PPA 2016-2019	EXECUÇÃO DOS EIXOS EM 2016
CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA POR RESULTADOS	67,82%	70,65%
CEARÁ ACOLHEDOR	1,68%	1,40%
CEARÁ DE OPORTUNIDADES	9,11%	6,78%
CEARÁ SUSTENTÁVEL	2,83%	2,51%
CEARÁ DO CONHECIMENTO	5,03%	5,11%
CEARÁ SAUDÁVEL	11,62%	11,26%
CEARÁ PACÍFICO	1,91%	2,29%
TOTAL	100,0%	100,0%

FONTE: SIOF-SEPLAG

O Eixo Ceará da Gestão Democrática por Resultados recebeu o maior volume de recursos no PPA, totalizando 67,82%. O objetivo do Eixo, em suas 04 Áreas Temáticas e 56 Programas Temáticos, é buscar o crescimento constante, o equilíbrio financeiro, fiscal e orçamentário e a redução persistente das desigualdades. Em 2016 a execução superou em 2,83% a medida do PPA para esse Eixo. O objetivo, para alcançar o resultado estratégico esperado, é que os serviços públicos estaduais sejam planejados e geridos de forma eficiente, eficaz e efetiva, e que as atenções sejam direcionadas às necessidades dos cidadãos, referenciadas na transparência e no equilíbrio fiscal.

Logo a seguir, o Ceará Saudável, com 11,62% dos recursos do PPA 2016-2019 e 11,26% dos recursos totais empenhados em 2016, enfatiza em suas 03 Áreas Temáticas e 08 Programas Temáticos os pressupostos da cidadania, garantia de direitos, promoção da saúde, fortalecimento das ações comunitárias, criação de ambientes favoráveis, do desenvolvimento de habilidades pessoais e mudança de estilos de vida. Com isso, busca favorecer a vigência de um Estado que fomenta a cultura de paz e compreende ações articuladas e compartilhadas no espectro das políticas públicas de saúde, esporte e lazer, saneamento básico, educação, habitação, e programas relacionados.

Com 9,11% do volume de recursos do PPA e 6,78% dos recursos totais empenhados em 2016, o Eixo Ceará de Oportunidades se delinea, em suas 08 Áreas Temáticas e 15 Programas Temáticos, na integração dos temas representativos dos fundamentos de sustentação econômica do desenvolvimento, os quais respondem aos desafios da economia estadual mediante duas formulações de inspiração estratégica: (1) fomento ao crescimento



econômico com desenvolvimento territorial; e (2) geração e reprodução do emprego, trabalho emancipado, renda e riqueza. Em 2016, a execução foi 2,33% menor que a medida do PPA para esse Eixo.

O Eixo Ceará do Conhecimento ficou com 5,03% do volume de recursos do PPA e 5,11% dos recursos totais empenhados em 2016. Caracteriza-se por prover os alicerces da construção de uma sociedade esclarecida, nos quais se sustentam os pilares de uma economia mais avançada, numa especial estratégia de estímulo a um salto de qualidade no perfil socioeconômico do Ceará. Ergue-se neste eixo a determinação de proporcionar à população uma formação integral de qualidade com ênfase na equidade e protagonismo na inovação - uma revolução na política de desenvolvimento econômico e social, na democratização da produção científica e tecnológica, da educação superior, da cultura para todas as classes e camadas sociais.

O Eixo Ceará Sustentável, com 2,83% do volume de recursos do PPA e 2,51% dos recursos totais empenhados em 2016, valoriza em abrangência e contempla a implementação de uma Política Ambiental pautada na preservação e utilização econômica criativa dos recursos naturais.

O Eixo Ceará Pacífico, com 1,91% do volume de recursos do PPA e 2,29% dos recursos empenhados em 2016, visa uma Sociedade Justa, Solidária e Pacífica, ancorada na compreensão do direito universal à proteção, amparo, defesa e justiça, na qual o Estado, protagonista e fiador desses direitos, conta com a participação da sociedade, como coadjuvante na conquista de uma cultura de paz. Neste eixo, não há fronteiras restritivas aos esforços que visam assegurar a toda a sociedade, de forma ampla, qualificada e igualitária, a efetiva segurança cidadã e a justiça dignas de um Estado que aspira a um novo padrão civilizatório.

O Eixo Ceará Acolhedor com 1,68% do volume de recursos do PPA e 1,40% dos recursos empenhados, em 2016, sustenta-se no respeito à pluralidade e à liberdade individual de escolhas, bem como no respeito aos direitos humanos. Almeja assegurar a inclusão das pessoas, priorizando a prevenção e o combate à vulnerabilidade social.



3.2. Execução dos Eixos, Áreas Temáticas e Programas de Governo

Neste item será analisada a execução dos principais programas de Governo organizada por Eixo, por Área Temática e por Programas.

3.2.1. Recursos Aplicados por Eixo em relação à distribuição prevista no orçamento de 2016

Conforme a Tabela 13, no exercício de 2016, os recursos orçamentários previstos para o Estado do Ceará totalizaram um montante de R\$26.134.199 mil, que foram distribuídos nos Eixos do PPA 2016-2019 da seguinte forma:

TABELA 13 - RECURSOS AUTORIZADOS E EMPENHADOS POR EIXO

(R\$ 1.000)

EIXOS	ANO 2016			
	VALOR AUTORIZADO (R\$)	VALOR EMPENHADO (R\$)	PERCENTUAL EMPENHADO (%)	PARTICIPAÇÃO NO VALOR TOTAL EMPENHADO (%)
CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA POR RESULTADOS	16.120.665	15.602.840	96,79%	70,65%
CEARÁ A COLHEDOR	411.246	308.654	75,05%	1,40%
CEARÁ DE OPORTUNIDADES	3.131.254	1.497.324	47,82%	6,78%
CEARÁ SUSTENTÁVEL	1.048.693	554.010	52,83%	2,51%
CEARÁ DO CONHECIMENTO	1.590.262	1.129.040	71,00%	5,11%
CEARÁ SAUDÁVEL	3.211.180	2.486.380	77,43%	11,26%
CEARÁ PACÍFICO	620.899	506.564	81,59%	2,29%
TOTAL	26.134.199	22.084.811	84,51%	100,00%

FONTE: SIOF-SEPLAG

Observa-se que houve contenção nos gastos em diversos Eixos do PPA de 2016, terminando o ano com 84,51% de execução do total previsto para o ano. A redução de execução se concentrou nos eixos Ceará de Oportunidades e Ceará Sustentável, ambos com empenho inferior a 60% do orçamento anual.

Tendo executado 96,79% do seu orçamento anual, o Eixo Ceará da Gestão Democrática por Resultados concentra os gastos com Gestão e Manutenção das Secretarias e Encargos Gerais do Estado, tendo sido o único que executou mais de 90% do orçamento previsto para o ano.

Os Eixos Ceará do Conhecimento e Ceará Pacífico executaram, respectivamente, 71,00% e 81,59% do seu orçamento anual. Já o Eixo Ceará Saudável possui o segundo maior orçamento do Ceará, apresentando 77,43 % do total de despesas realizadas em 2016.

Os 7 Eixos do PPA 2016-2019 foram divididos em 31 Áreas Temáticas e 87 Programas. Segue Tabela 14 com a quantidade de Áreas Temáticas divididas por faixa percentual de execução orçamentária.



TABELA 14 - PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DAS ÁREAS TEMÁTICAS

Indicador de Execução das Áreas Temáticas	
Percentual de Execução	Quantidade
de 00% a 25%	5
de 25% a 50%	2
de 50% a 75%	14
de 75% a 100%	10
Total	31

FONTE: SIOF-SEPLAG

Observa-se que 5 das 31 Áreas Temáticas executaram menos de 25% de seu orçamento previsto, enquanto 2 executaram entre 25% e 50%, 14 executaram entre 50% e 75% e 10 executaram entre 75% e 100%.

Ao todo 24 das 31 Áreas Temáticas terminaram o ano com execução orçamentária acima de 50%, sendo a maior parte (14) na faixa de execução entre 50% e 75%. Espera-se que nos próximos anos a faixa majoritária seja a de execução orçamentária entre 75% e 100%.

Considerando que, para efeito de análise, os 36 programas de Gestão e Manutenção das Secretarias foram agrupados em apenas um, a Tabela 15 divide 87 Programas dos 7 Eixos do PPA 2016-2019 por faixa percentual de execução orçamentária.

TABELA 15 - PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO

Indicador de Execução dos Programas	
Percentual de Execução	Quantidade
de 00% a 25%	20
de 25% a 50%	8
de 50% a 75%	30
de 75% a 100%	29
Total	87

FONTE: SIOF-SEPLAG

Observa-se que 20 dos 87 Programas de Governo executaram menos de 25% de seu orçamento previsto, 8 executaram entre 25% e 50%, 30 executaram entre 50% e 75% e 29 executaram entre 75% e 100%.

Ao todo 59 dos 87 Programas de Governo terminaram o ano com execução orçamentária acima de 50%, sendo a maior parte (30) na faixa de execução entre 50% e 75%. Espera-se que, nos próximos anos, a faixa majoritária seja a de execução orçamentária entre 75% e 100%.

Entre as 5 Áreas Temáticas que empenharam entre 75% e 100% do orçamento anual, os seguintes podem ser destacados:

TABELA 16 – ÁREAS TEMÁTICAS COM EMPENHO ENTRE 75% E 100% DO ORÇAMENTO ANUAL

(R\$ 1.000)

Descrição	Lei + Cred.	Empenhado	%
ADMINISTRAÇÃO GERAL	15.673.363	15.236.506	97,21%
SEGURANÇA PÚBLICA	316.012	281.396	89,05%
TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL	102.891	90.355	87,82%
SAÚDE	2.638.527	2.286.782	86,67%
INDÚSTRIA	85.508	74.061	86,61%

FONTE: SIOF-SEPLAG

As 5 Áreas Temáticas dispostas na Tabela 16 tiveram um alto nível de execução orçamentária em relação à dotação orçamentária disponível, contribuindo para o alcance das metas propostas no PPA 2016-2019 para o ano de 2016.

Entre as 5 Áreas Temáticas que empenharam entre 0% e 25% do orçamento anual, os seguintes podem ser destacados:

TABELA 17 – ÁREAS TEMÁTICAS COM EMPENHO ENTRE 0% E 25% DO ORÇAMENTO ANUAL

(R\$ 1.000)

Descrição	Lei + Cred.	Empenhado	%
SERVIÇOS	10	0	0,00%
ENERGIAS	36.770	4.175	11,35%
EMPREENDEDORISMO	3.267	606	18,56%
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	277.488	55.736	20,09%
TURISMO	503.003	123.822	24,62%

FONTE: SIOF-SEPLAG

As 5 Áreas Temáticas dispostas na Tabela 17 tiveram um reduzido nível de execução orçamentária em relação à dotação orçamentária disponível, podendo prejudicar o alcance das metas propostas no PPA 2016-2019 para o ano de 2016.

Entre essas 5 Áreas Temáticas há algumas com orçamento elevado, como Ciência, Tecnologia e Inovação e Turismo, significando que muitas atividades estavam dependendo da execução orçamentária e não puderam ser realizadas.



É necessário que haja rigorosa avaliação da necessidade ou vontade política de realização das metas referentes a essas Áreas Temáticas nos anos seguintes.

Entre os Programas de Governo que tiveram quase 100% de execução do orçamento previsto, podem ser destacados:

TABELA 18 – PROGRAMAS DE GOVERNO COM EMPENHO PRÓXIMO DE 100% DO PREVISTO

(R\$ 1.000)

Descrição	Lei + Cred.	Empenhado	%
GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO	530	530	100,00%
DESENVOLVIMENTO DA AÇÃO PARLAMENTAR	79.824	78.702	98,60%
COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E APOIO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS	129.411	127.136	98,24%
ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	4.989.531	4.859.384	97,39%
PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	17.304	16.846	97,35%

FONTES: SIOF-SEPLAG

Os 5 Programas de Governo dispostos na Tabela 18 tiveram um alto nível de execução orçamentária em relação à dotação orçamentária disponível, contribuindo para o alcance das metas propostas no PPA 2016-2019 para o ano de 2016.

No total são 9 Programas de Governo que não tiveram qualquer execução do orçamento previsto, entre os quais podem ser destacados:

TABELA 19 – PROGRAMAS DE GOVERNO COM EMPENHO PRÓXIMO DE 0% DO PREVISTO

(R\$ 1.000)

Descrição	Lei + Cred.	Empenhado	%
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO	903	0	0,00%
PROMOÇÃO DA INDÚSTRIA MINERAL	333	0	0,00%
RESÍDUOS SÓLIDOS	26.041	1.383	5,31%
GESTÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	600	66	11,05%
MATRIZ ENERGÉTICA DO ESTADO DO CEARÁ	36.770	4.175	11,35%

FONTES: SIOF-SEPLAG

Os 5 Programas de Governo dispostos na Tabela 19 tiveram um reduzido nível de execução orçamentária em relação à dotação orçamentária disponível, podendo prejudicar o alcance das metas propostas no PPA 2016-2019 para o ano de 2016.



Na Tabela 20 foram selecionados alguns casos que podem significar descompassos entre o planejamento e execução dos Programas de Governo. A coluna “Empenhado %” demonstra o percentual empenhado em relação à despesa autorizada por lei + créditos.

TABELA 20 – PROGRAMAS DE GOVERNO COM ORÇAMENTO AMPLIADO X BAIXO EMPENHO NO EXERCÍCIO

(R\$ 1.000)

Descrição	Lei	Lei + Cred.	Empenhado	Empenhado %	Diferença Lei + Cred e Empenho
MOBILIDADE URBANA	576.860	611.497	80.069	13%	- 531.428
DESENVOLVIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DO DESTINO TURÍSTICO CEARÁ	470.910	503.003	123.822	25%	- 379.181
ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO	160.080	200.513	93.839	47%	- 106.674
MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL	40.550	46.526	24.610	53%	- 21.917
MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA ESTADUAL	2.114	5.057	703	14%	- 4.354

FONTE: SIOF-SEPLAG

A Tabela 20 indica que créditos orçamentários ampliaram a dotação inicial da despesa, ao mesmo passo que a despesa empenhada não apresentava necessidade de orçamento extra para execução.

No Programa Mobilidade Urbana, antes da abertura dos créditos orçamentários já havia uma diferença de R\$ 496.791 mil entre a despesa fixada e a despesa executada, após a abertura, a diferença se ampliou para R\$ 531.428. Ou seja, a princípio, a dotação inicial já se apresentava muito acima do potencial de gasto do Programa, e, ainda sim, a dotação foi ampliada no decorrer do ano.

O mesmo procedimento se observa nos demais programas da tabela que, somente nessa seleção de Programas, apresenta uma distorção de R\$ 1.043.554 mil entre o planejado e o executado.

A seguir será realizada uma análise da execução de cada Eixo com suas Áreas Temáticas específicas, seus principais Programas Temáticos, Programas de Gestão e Manutenção e Programas de Serviços ao Estado.



3.2.2. Recursos Aplicados por Eixo, Áreas Temáticas e Programas de Governo em relação ao orçamento de 2016

EIXO CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA POR RESULTADOS

Conforme Tabela 21, o Eixo Ceará da Gestão Democrática por Resultados possui recursos orçamentários no montante de R\$ 16.120.665 mil (Lei + Crédito), tendo sido executados 96,79% desse valor autorizado.

TABELA 21 - EXECUÇÃO DO EIXO CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA POR RESULTADOS COM SUAS ÁREAS TEMÁTICAS E SEUS PRINCIPAIS PROGRAMAS

(R\$ 1.000)

ÁREA DE ATUAÇÃO E PRINCIPAIS PROGRAMAS	2016			
	VALOR AUTORIZADO (R\$)	VALOR EMPENHADO (R\$)	PERCENTUAL EMPENHADO (%)	PARTICIPAÇÃO NO VALOR TOTAL EMPENHADO (%)
CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA POR RESULTADOS	16.120.665	15.602.840	96,79%	100,00%
GESTÃO FISCAL	78.750	51.110	64,90%	0,33%
MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL	46.526	24.610	52,89%	0,16%
GESTÃO FISCAL E FINANCEIRA	32.223	26.500	82,24%	0,17%
EDUCAÇÃO FISCAL E CIDADANIA	0	0	0,00%	0,00%
PLANEJAMENTO E GESTÃO	265.661	224.869	84,65%	1,44%
COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E APOIO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS	129.411	127.136	98,24%	0,81%
GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS	96.754	86.076	88,96%	0,55%
FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DOS MUNICÍPIOS	17.933	3.625	20,21%	0,02%
FORTALECIMENTO DO SISTEMA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO	13.046	4.078	31,26%	0,03%
GOVERNANÇA DO PACTO POR UM CEARÁ PACÍFICO	3.400	3.252	95,63%	0,02%
FORTALECIMENTO DAS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DO PODER EXECUTIVO	60	0	0,00%	0,00%
MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA ESTADUAL	5.057	703	13,90%	0,00%
TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL	102.891	90.355	87,82%	0,58%
DESENVOLVIMENTO DA AÇÃO PARLAMENTAR	79.824	78.702	98,60%	0,50%
PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL	8.675	2.914	33,60%	0,02%
CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL	5.705	3.090	54,16%	0,02%
CONTROLADORIA GOVERNAMENTAL	4.203	2.906	69,14%	0,02%
CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	597	502	84,12%	0,00%
REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS	3.822	2.199	57,54%	0,01%
AUDITORIA GOVERNAMENTAL	66	41	62,64%	0,00%
ADMINISTRAÇÃO GERAL	15.673.363	15.236.506	97,21%	97,65%
ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	4.989.531	4.859.384	97,39%	31,14%
PREVIDÊNCIA ESTADUAL	2.992.900	2.896.226	96,77%	18,56%
GESTÃO E MANUTENÇÃO SECRETARIAS	7.688.518	7.480.896	97,30%	47,95%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.414	0	0,00%	0,00%

Fonte: SOF-SEPLAG

Excluindo da análise os programas vinculados ao programa Gestão e Manutenção das Secretarias, o Eixo Ceará da Gestão Democrática por Resultados possui 4 Áreas Temáticas e 21 Programas de Governo.

Apenas a Área Temática de Gestão Fiscal executou menos que 75% do valor autorizado, tendo os programas de Modernização da Gestão Fiscal e Gestão Fiscal e Financeira executado, respectivamente, 52,89% e 82,24% do previsto para o ano.

Dos 21 Programas de Governo, 9 executaram mais de 75% do valor autorizado, enquanto 5 executaram menos de 25%.

Apesar dos 87,82% de execução do orçamento previsto na Área Temática de Transparência, Controle e Participação, dos 8 Programas que compõem essa Área Temática, somente o Programa de Desenvolvimento da Ação Parlamentar obteve execução orçamentária acima dessa porcentagem, chegando a 98,60% no ano.

Contemplando três dos maiores valores autorizados no orçamento (Encargos Gerais, Previdência Estadual e o Gestão e Manutenção das Secretarias), a Área Temática de Administração Geral possui 60% do orçamento total do Estado do Ceará. O valor executado dessa Área Temática alcançou 97,21% do valor autorizado.

Os Programas de Governo Fortalecimento das Relações Institucionais do Poder Executivo e Educação Fiscal e Cidadania não tiveram execução orçamentária no ano.

A Tabela 22 apresenta o desempenho dos indicadores das principais Áreas Temáticas do Eixo Ceará da Gestão Democrática por Resultados.

TABELA 22 – INDICADORES DAS PRINCIPAIS ÁREAS TEMÁTICAS

ÁREA TEMÁTICA - GESTÃO FISCAL			
METAS PRIORITÁRIAS 2016 - 2019	UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO 2016	REALIZADO 2016 (*)
Capacidade de investimento do Tesouro.	R\$ milhão	547,50	1.263,80
Crescimento nominal do ICMS.	%	5,80	5,45
Resultado Primário / PIB Estadual.	%	0,40	1,09
ÁREA TEMÁTICA - PLANEJAMENTO E GESTÃO			
Percentual da despesa executada em relação a despesa autorizada	%	95,37	96,22
Percentual da despesa finalística empenhada em relação à despesa total	%	33,71	30,97
Percentual do valor de ordem de compras emitidas em relação ao valor total da ata de registro de preço do Estado	%	22,50	40,25
ÁREA TEMÁTICA - TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL			
Índice de satisfação do usuário com as ferramentas de ouvidoria e transparência	%	77,00	79,69 (a)
Percentual de implementação de ações propostas para sanar fragilidades	%	7,00	- (b)
Percentual de utilização das ferramentas de transparência e de participação social	%	4,04	3,44 (a)

Fonte: Mensagem à Assembléia Legislativa 2017.

* dados parciais sujeitos a revisão

(a) Valores até outubro/2016

(b) Os resultados dos indicadores serão apurados após o encerramento do exercício



Com 96,79% de execução do orçamento do Eixo Ceará da Gestão Democrática por Resultados, observa-se um bom nível de realização das metas propostas nas Áreas Temáticas, onde a maioria dos indicadores alcançaram ou se aproximaram do alcance das metas propostas.

A Tabela 23 apresenta o desempenho dos indicadores dos principais Programas de Governo do Eixo Ceará da Gestão Democrática por Resultados.

TABELA 23 –INDICADORES DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS

ÁREA TEMÁTICA -GESTÃO FISCAL				
METAS PRIORITÁRIAS 2016 - 2019	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO 2016	REALIZADO 2016 (*)
PROGRAMA 053 - GESTÃO FISCAL E FINANCEIRA				
Aparelhamento e manutenção dos postos fiscais e células de execução tributárias.	Unidade fazendária estruturada	Unidade	4	0
PROGRAMA 060 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL				
Atendimento de excelência ao cidadão buscando o aperfeiçoamento dos processos e serviços fazendários.	Unidade Fiscal Modernizada	Unidade	3	3
ÁREA TEMÁTICA -PLANEJAMENTO E GESTÃO				
PROGRAMA 021 - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DOS MUNICÍPIOS				
Formação e capacitação em gestão pública.	Pessoa capacitada	Unidade	350	230
Formação e capacitação em gestão pública nos municípios dos Vales do Jaguaribe e do Acaraú.	Pessoa capacitada	Unidade	40	40
Apoio à execução de equipamentos e espaços públicos nos Vales do Jaguaribe e do Acaraú.	Pessoa capacitada	Unidade	12	0
PROGRAMA 070 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS				
Promoção da prestação de assistência a portadores de necessidades especiais.	Pessoa assistida	Unidade	2.664	1.951
Promoção da prestação de serviços de assistência médica, hospitalar, odontológica, exames especializados e laboratoriais e complementar de saúde aos Servidores Públicos Estaduais e Beneficiários.	Pessoa assistida	Unidade	581.074	391.385
PROGRAMA 081 - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E APOIO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS				
Realização de campanhas e informativos e divulgação em mídias diversas.	Ação publicitárias realizadas	Unidade	28	31
Organização, promoção e mobilidade de eventos e viagens governamentais.	Evento Realizado	Unidade	420	585
Apoio a instituições e organizações da Sociedade Civil para implementação de políticas públicas.	Instituição apoiada	Unidade	100	72
ÁREA TEMÁTICA -TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL				
PROGRAMA 026 - REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS				
Assistência técnica e estudos regulatórios do serviço de saneamento básico.	Estudo elaborado	Unidade	1	0
PROGRAMA 047 - AUDITORIA GOVERNAMENTAL				
Aperfeiçoamento de métodos em auditoria governamental e qualificação dos servidores.	Capacitação realizada	Unidade	1	4
PROGRAMA 048 - CONTROLADORIA GOVERNAMENTAL				
Aperfeiçoamento de métodos em controladoria governamental e qualificação dos servidores.	Capacitação realizada	Unidade	1	2

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2017.

* dados parciais sujeitos a revisão

Observa-se um nível mediano de realização das metas propostas nos Programas. Alguns indicam iniciativas prioritárias sem qualquer realização e outras que superam o programado para o ano.



Na prática, alguns Programas podem ter sido mal planejados no tocante às metas e prioridades para o ano de 2016. Algumas metas que obtiveram reduzida execução podem não ser realmente necessárias para o ano, enquanto outras foram calculadas abaixo do necessário, o que justificaria terem sido superadas.

EIXO CEARÁ ACOLHEDOR

Conforme a Tabela 24, O Eixo Ceará Acolhedor teve recursos orçamentários no montante de R\$ 411.246 mil e execução orçamentária de 75,05% do valor autorizado.

TABELA 24 - EXECUÇÃO DO EIXO CEARÁ ACOLHEDOR COM SUAS ÁREAS TEMÁTICAS E PRINCIPAIS PROGRAMAS

(R\$ 1.000)

ÁREA DE ATUAÇÃO E PRINCIPAIS PROGRAMAS	ANO 2016			
	VALOR AUTORIZADO (R\$)	VALOR EMPENHADO (R\$)	PERCENTUAL EMPENHADO (%)	PARTICIPAÇÃO NO VALOR TOTAL EMPENHADO (%)
CEARÁ ACOLHEDOR	411.246	308.654	75,05%	100,00%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	97.357	72.753	74,73%	23,57%
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	53.402	37.269	69,79%	12,07%
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	38.054	34.712	91,22%	11,25%
IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	5.901	773	13,09%	0,25%
HABITAÇÃO	48.245	34.945	72,43%	11,32%
HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	48.245	34.945	72,43%	11,32%
INCLUSÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	195.050	151.880	77,87%	49,21%
PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE ADOLESCENTES EM ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO	85.580	68.523	80,07%	22,20%
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO	35.535	20.678	58,19%	6,70%
GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	44.228	42.596	96,31%	13,80%
PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	17.304	16.846	97,35%	5,46%
PROMOÇÃO E UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA	12.403	3.237	26,10%	1,05%
SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	0	0	0,00%	0,00%
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	70.593	49.076	69,52%	15,90%
PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	69.993	49.010	70,02%	15,88%
GESTÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	600	66	11,05%	0,02%

FONTE: SIOF-SEPLAG

O Eixo Ceará Acolhedor possui 4 Áreas Temáticas e 12 Programas de Governo. Todas as Áreas Temáticas executaram mais de 50% do valor autorizado, apenas 1 com execução maior que 75%. Dos 12 Programas de Governo, 4 executaram mais de 75% do valor autorizado, enquanto 3 executaram menos de 25%.

Com 77,87% de empenho do valor autorizado e maior orçamento entre as Áreas Temáticas do Eixo Ceará Acolhedor, a Inclusão Social e Direitos Humanos apresentou maior execução no Eixo, enquanto a Área Temática de Segurança Nutricional e Alimentar teve menor execução, com 69,52% do valor autorizado no ano.



O Programa Promoção e Defesa dos Direitos Humanos obteve a maior execução orçamentária entre os demais, com 97,35% de empenho do valor autorizado, enquanto Programas como Implementação do Sistema Único de Assistência Social e Gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional executaram menos de 20% do seu orçamento autorizado.

A Tabela 25 apresenta o desempenho dos indicadores das principais Áreas Temáticas do Eixo Ceará Acolhedor.

TABELA 25 – INDICADORES DAS PRINCIPAIS ÁREAS TEMÁTICAS

ÁREA TEMÁTICA -ASSISTÊNCIA SOCIAL			
METAS PRIORITÁRIAS 2016 - 2019	UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO 2016	REALIZADO 2016 (*)
Percentual de municípios com serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica cofinanciados.	%	86,41	86,41
Percentual de municípios com Benefícios Eventuais cofinanciados.	%	90,21	90,22
Percentual de municípios com serviços socioassistenciais da Proteção Social Especial cofinanciados	%	50,54	21,20
ÁREA TEMÁTICA -INCLUSÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS			
Percentual de imóveis rurais com regularização fundiária realizada	%	69,06	65,31
Número de pessoas com direitos humanos sociais violados acolhidos	Nº	2.687	5.899
Percentual de unidades de medidas socioeducativas funcionando em conformidade com o SINASE	%	60,00	61,00
ÁREA TEMÁTICA -SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL			
Percentual de pessoas em segurança alimentar e nutricional que são atendidas pelo PAA (programa de aquisição de alimentos) no Ceará	%	1,60	1,20
Número de municípios com o SISAN implementado	Nº	7	6
Número de pessoas capacitadas em Educação Alimentar e Nutricional	Nº	620	834

Fonte: Mensagem a Assembléia Legislativa 2017.

* Dados até novembro de 2016

Com uma execução de 75,05% do orçamento do Eixo Ceará Acolhedor, observa-se um bom nível de realização das metas propostas nas Áreas Temáticas. A maioria dos indicadores das Área Temáticas se aproximam ou atingem as metas propostas

A Tabela 26 apresenta o desempenho dos indicadores dos principais Programas de Governo do Eixo Ceará Acolhedor.



TABELA 26 – INDICADORES DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS

ÁREA TEMÁTICA - ASSISTÊNCIA SOCIAL				
METAS PRIORITÁRIAS 2016 - 2019	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO 2016	REALIZADO 2016 (*)
PROGRAMA 072 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL				
Ampliação de oferta de serviços especializados de média complexidade.	Centro de Referência Implantado	Unidade	6	0
Apoio a entidades sociais na prestação do atendimento a pessoas em situação de risco pessoal e social.	Pessoa atendida	Unidade	968	1.472
PROGRAMA 073 - IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
Assessoramento à gestão municipal na Política de Assistência Social	Município assessorado	Unidade	184	172
PROGRAMA 080 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA				
Apoio ao atendimento as crianças, adolescentes, jovens e suas famílias em situação de risco pessoal e social.	Família atendida	Unidade	1.391.000	683.175
Apoio ao atendimento a pessoas idosas em situação de risco pessoal e social	Pessoa atendida	Unidade	7.600	0
ÁREA TEMÁTICA - HABITAÇÃO				
METAS PRIORITÁRIAS 2016 - 2019	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO 2016	REALIZADO 2016 (*)
PROGRAMA 022 - HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL				
Ampliação da oferta de moradia de interesse social na área urbana	Unidade de habitação entregue	Unidade	15.500	7.101
Oferta de moradia de interesse social - Dendê.	Unidade de habitação entregue	Unidade	600	0
Melhoria das condições físicas das unidades habitacionais - Dendê.	Unidade de habitação reformada	Unidade	1.200	0
Melhoria das condições ambientais das unidades habitacionais no meio rural.	Fogão sustentável instalado	Unidade	3.000	3.139
Ampliação da oferta de moradia de interesse social na área rural.	Unidade de habitação entregue	Unidade	2.750	470
ÁREA TEMÁTICA - INCLUSÃO SOCIAL E DIREITO HUMANOS				
METAS PRIORITÁRIAS 2016 - 2019	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO 2016	REALIZADO 2016 (*)
PROGRAMA 005 - GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA				
Realização de ações para promoção da cidadania.	Evento realizado	Unidade	30	105
PROGRAMA 030 - DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO				
Apoio a ações de desenvolvimento fundiário e agrário.	Família beneficiada	Unidade	8.522	9.109
PROGRAMA 075 - PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE ADOLESCENTES EM ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO				
Melhoria da estrutura das unidades de atendimento a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.	Unidade de internação reformada	Unidade	14	8
ÁREA TEMÁTICA - SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL				
METAS PRIORITÁRIAS 2016 - 2019	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO 2016	REALIZADO 2016 (*)
PROGRAMA 033 - PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL				
Apoio à cadeia produtiva da pecuária leiteira de base familiar com aquisição de sua produção.	Produtor beneficiado	Unidade	2.036	1.444
Distribuição de alimentos para pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional	Pessoa beneficiada	Unidade	324.940	203.140
PROGRAMA 084 - GESTÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL				
Apoio à implementação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN e seus mecanismos de gestão no Estado	Município apoiado	Unidade	184	32
Promoção de ações de Educação Alimentar e Nutricional e Direito Humano à Alimentação Adequada	Pessoa capacitada	Unidade	3.877	498

Fonte: Mensagem à Assembléia Legislativa 2017.

* dados parciais sujeitos a revisão

Observa-se uma reduzida realização das metas propostas nos Programas. Muitos indicam iniciativas prioritárias sem qualquer realização e a maior parte com realização muito abaixo do programado, como observado em Proteção Social Básica, Habitação de Interesse Social,

Promoção da Segurança Alimentar Nutricional e Gestão da Política de Segurança Alimentar Nutricional.

Na prática, alguns Programas podem ter sido mal planejados no tocante às metas e prioridades para o ano de 2016. Algumas metas que obtiveram reduzida execução podem não ser realmente necessárias para o ano, enquanto outras foram calculadas abaixo do necessário, o que justificaria terem sido superadas.

EIXO CEARÁ DE OPORTUNIDADES

Conforme a Tabela 27, O Eixo Ceará de Oportunidades possui recursos orçamentários no montante de R\$ 3.131.254 mil, tendo sido executados 47,82% desse valor autorizado.

TABELA 27 - EXECUÇÃO DOS RECURSOS DO EIXO CEARÁ DE OPORTUNIDADES

(R\$ 1.000)

ÁREA DE ATUAÇÃO E PRINCIPAIS PROGRAMAS	ANO 2016			
	VALOR AUTORIZADO (R\$)	VALOR EMPENHADO (R\$)	PERCENTUAL EMPENHADO (%)	PARTICIPAÇÃO NO VALOR TOTAL EMPENHADO (%)
CEARÁ DE OPORTUNIDADES	3.131.254	1.497.324	47,82%	100,00%
AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO	62.350	35.316	56,64%	2,36%
DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA FAMILIAR	60.034	33.951	56,55%	2,27%
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO	333	0	0,00%	0,00%
DEFESA AGROPECUÁRIA ATUANTE NO ESTADO DO CEARÁ	1.982	1.366	68,88%	0,09%
INDÚSTRIA	85.508	74.061	86,61%	4,95%
PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA CEARENSE	85.358	74.061	86,77%	4,95%
PROMOÇÃO DA INDÚSTRIA MINERAL	150	0	0,00%	0,00%
SERVIÇOS	10	0	0,00%	0,00%
FORTEALECIMENTO DO SETOR DE SERVIÇOS	10	0	0,00%	0,00%
INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE	2.230.495	1.104.336	49,51%	73,75%
INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	1.409.134	842.741	59,81%	56,28%
MOBILIDADE URBANA	611.497	80.069	13,09%	5,35%
GESTÃO E DISCIPLINAMENTO DO TRÂNSITO	209.864	181.526	86,50%	12,12%
TURISMO	503.003	123.822	24,62%	8,27%
DESENVOLVIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DO DESTINO TURÍSTICO CEARÁ	503.003	123.822	24,62%	8,27%
TRABALHO E RENDA	159.363	113.991	71,53%	7,61%
INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO DO TRABALHADOR	74.253	55.788	75,13%	3,73%
INCLUSÃO ECONÔMICA E ENFRENTAMENTO À POBREZA RURAL	77.278	51.966	67,24%	3,47%
DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO	7.832	6.238	79,65%	0,42%
EMPREENDEDORISMO	3.267	606	18,56%	0,04%
EMPREENDEDORISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA	2.364	606	25,65%	0,04%
EMPREENDEDORISMO E PROTAGONISMO JUVENIL	903	0	0,00%	0,00%
PESCA E AQUICULTURA	3.581	1.969	55,00%	0,13%
DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA PESCA E AQUICULTURA	3.581	1.969	55,00%	0,13%
REQUALIFICAÇÃO URBANA	83.677	43.220	51,65%	2,89%
MELHORIA DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS	83.677	43.220	51,65%	2,89%

Fonte: SIOF-SEPLAG

O Eixo Ceará de Oportunidades possui 9 Áreas Temáticas e 17 Programas de Governo. Das 5 Áreas Temáticas, apenas 1 executou mais de 75% do valor autorizado, enquanto 3



executaram menos de 25%. Dos 17 Programas de Governo, 4 executaram mais de 75% do valor autorizado, enquanto 6 executaram menos de 25%.

As Áreas Temáticas que obtiveram maior execução orçamentária foram Indústria (86,61%) e Trabalho e Renda (71,53%). As demais Áreas Temáticas executaram menos de 60% do valor autorizado para o ano. A Área Temática Turismo, com orçamento previsto para o ano de R\$ 503.003 mil, executou apenas 24,62% do previsto.

O empenho da Área Temática de Infraestrutura e Mobilidade representou 73,75% do empenho total do Eixo, mesmo tendo executado apenas 49,51% do autorizado para o ano.

O Programa Promoção e Desenvolvimento da Indústria Cearense obteve a maior execução orçamentária entre os demais, com 86,77% de empenho do valor autorizado,

A Tabela 28 apresenta o desempenho dos indicadores das principais Áreas Temáticas do Eixo Ceará de Oportunidades.

TABELA 28 – INDICADORES DAS PRINCIPAIS ÁREAS TEMÁTICAS

ÁREA TEMÁTICA -INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE			
METAS PRIORITÁRIAS 2016 - 2019	UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO 2016	REALIZADO 2016 (*)
Número de vítimas fatais por 10.000 veículos	unidade	9,23	9,05
Participação do número de passageiros transportados por sistema Metroferroviário na Matriz de Transporte Público da RMF	%	3,10	1,65
Percentual da malha viária em condições "BOA"	%	74,20	72,63
ÁREA TEMÁTICA -TURISMO			
Fluxo Turístico para o Ceará via Fortaleza	Nº	3.360.000	3.243.501 (a)
Gasto per capita diário do turista no Estado	R\$	210,00	231,04 (a)
Número de empregos nas características do turismo	Nº	65.000	64.437 (a)
ÁREA TEMÁTICA -TRABALHO E RENDA			
Participação do Sistema Público de Emprego na movimentação do emprego	%	15,30	16,50 (a)
Taxa de colocação de jovens (16 a 29 anos) pelo Sistema Público de Emprego	%	60,00	63,20 (a)
Variação do rendimento médio real dos trabalhadores	%	1,80	1,10 (a)

Fonte: Mensagem a Assembléia Legislativa 2017.

* dados parciais sujeitos a revisão

(a) Dados até novembro/2016

Com uma execução de apenas 47,82% do orçamento do Eixo Ceará de Oportunidades, observa-se um bom nível de realização das metas propostas nas Áreas Temáticas. A maioria dos indicadores se aproxima ou atinge as metas propostas



A Tabela 29 apresenta o desempenho dos indicadores dos principais Programas de Governo do Eixo Ceará de Oportunidades.

TABELA 29 – INDICADORES DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS

ÁREA TEMÁTICA - AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO				
METAS PRIORITÁRIAS 2016 - 2019	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO 2016	REALIZADO 2016 (*)
PROGRAMA 029 - DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA FAMILIAR				
Incentivo ao aumento da produção das principais culturas da agricultura familiar.	Semente distribuída	Ton	3.123	3.150
Apoio à implantação de área de produção em quintal produtivo.	Unidade de produção implantada	Unidade	363	17
Apoio à implantação de projetos produtivos de irrigação.	Projeto apoiado	Unidade	2.192	254
ÁREA TEMÁTICA - INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE				
METAS PRIORITÁRIAS 2016 - 2019	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO 2016	REALIZADO 2016 (*)
PROGRAMA 010 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA				
Promoção de melhorias na infraestrutura de transporte rodoviário estadual.	Rodovia restaurada	Km	302,50	70,26
Ampliação da infraestrutura de transporte rodoviário estadual.	rodovia pavimentada	Km	270,70	263,93
Melhoria da infraestrutura viária urbana.	Via estruturada	Unidade	233,00	53,87
PROGRAMA 019 - MOBILIDADE URBANA				
Expansão da oferta de serviços de transporte ferroviário de passageiros - Linha Parangaba / Mucuripe.	Linha de trem de passageiros implantada	Unidade	1	0
Gerenciamento e fiscalização do transporte intermunicipal de passageiros.	Gerenciamento de trânsito e transporte realizado	Unidade	1	1
PROGRAMA 037 - GESTÃO E DISCIPLINAMENTO DO TRÂNSITO				
Cadastramento e habilitação de condutores de veículos automotores do Estado do Ceará.	Habilitação concedida	Unidade	625.000	535.992
Ampliação da oferta de serviços de fiscalização do trânsito e transporte.	Unidade operacional implantada	Unidade	11	4
Ampliação da oferta de serviços de registro de veículos e habilitação de condutores.	Unidade operacional implantada	unidade	15	4
ÁREA TEMÁTICA - TURISMO				
METAS PRIORITÁRIAS 2016 - 2019	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO 2016	REALIZADO 2016 (*)
PROGRAMA 028 - DESENVOLVIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DO DESTINO TURÍSTICO CEARÁ				
Ampliação da infraestrutura de acesso rodoviário a destinos e localidades turísticas.	Rodovia construída	Km	81,00	50,00
Realização de ações de valorização dos destinos turísticos.	Área urbanizada	Unidade	5	2
Formação e qualificação profissional nos serviços turísticos.	Pessoa capacitada	Unidade	5.068	0
ÁREA TEMÁTICA - TRABALHO E RENDA				
METAS PRIORITÁRIAS 2016 - 2019	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO 2016	REALIZADO 2016 (*)
PROGRAMA 031 - INCLUSÃO ECONÔMICA E ENFRENTAMENTO À POBREZA RURAL				
Promoção da inserção produtiva de agricultores familiares com financiamento de projetos.	Projeto produtivo implantado	Unidade	340	0
Implantação de projetos produtivos em assentamentos e reassentamentos estaduais, comunidades tradicionais e áreas especiais.	Projeto implantado	Unidade	23	8
Desenvolvimento de capacidade para famílias da agricultura familiar.	Família beneficiada	Unidade	23.000	2.373

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2017.

* dados parciais sujeitos a revisão

Observa-se reduzida realização das metas propostas nos Programas. Alguns Programas indicam iniciativas prioritárias sem qualquer realização e a maior parte com realização muito

abaixo do programado, como observado em Desenvolvimento e Consolidação do Destino Turístico Ceará, e Inclusão Econômica e Enfrentamento da Pobreza Rural.

Na prática, alguns Programas podem ter sido mal planejados no tocante às metas e prioridades para o ano de 2016. Algumas metas que obtiveram reduzida execução podem não ser realmente necessárias para o ano, enquanto outras foram calculadas abaixo do necessário, o que justificaria terem sido superadas.

EIXO CEARÁ SUSTENTÁVEL

Conforme a Tabela 30, O Eixo Ceará Sustentável possui recursos orçamentários no montante de R\$ 1.048.693 mil, tendo sido executados 52,83% desse valor autorizado.

TABELA 30 - EXECUÇÃO DOS RECURSOS DO EIXO CEARÁ SUSTENTÁVEL

(R\$ 1.000)

ÁREA DE ATUAÇÃO E PRINCIPAIS PROGRAMAS	ANO 2016			
	VALOR AUTORIZADO (R\$)	VALOR EMPENHADO (R\$)	PERCENTUAL EMPENHADO (%)	PARTICIPAÇÃO NO VALOR TOTAL EMPENHADO (%)
CEARÁ SUSTENTÁVEL	1.048.693	554.010	52,83%	100,00%
RECURSOS HÍDRICOS	714.713	367.912	51,48%	66,41%
OFERTA HÍDRICA PARA MÚLTIPLOS USOS	701.190	362.238	51,66%	65,38%
GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS	8.874	1.797	20,25%	0,32%
CLIMATOLOGIA, MEIO AMBIENTE E ENERGIAS RENOVÁVEIS	4.650	3.877	83,37%	0,70%
MEIO AMBIENTE	297.210	181.923	61,21%	32,84%
REVITALIZAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	181.886	114.948	63,20%	20,75%
CEARÁ MAIS VERDE	76.305	59.743	78,29%	10,78%
RESÍDUOS SÓLIDOS	26.041	1.383	5,31%	0,25%
OUTROS PROGRAMAS	12.978	5.849	45,06%	1,06%
ENERGIA	36.770	4.175	11,35%	0,75%
MATRIZ ENERGÉTICA DO ESTADO DO CEARÁ	36.770	4.175	11,35%	0,75%

FONT E: SIOF-SEPLAG

O Eixo Ceará de Sustentável possui 3 Áreas Temáticas e 9 Programas de Governo. Duas Áreas Temáticas empenharam entre 50% e 75% do valor autorizado, enquanto uma executou menos de 25%. Dos 9 Programas de Governo, apenas 2 executaram mais de 75% do valor autorizado, enquanto 3 executaram menos de 25%.

A Área Temática Meio Ambiente apresentou a maior execução orçamentária entre as demais (61,21%), seguida de Recursos Hídricos (51,48%) e Energia (11,35%).

Com 65,38% da execução orçamentária do Eixo e previsão de Despesa de R\$ 701.190 mil, o Programa Oferta Hídrica para Múltiplos Usos executou apenas 51,66% do valor autorizado no ano. Com empenho de 83,37% do valor autorizado, o Programa Climatologia,

Meio Ambiente e Energias Renováveis apresentou a maior execução do valor autorizado no Eixo.

A Tabela 31 apresenta o desempenho dos indicadores das principais Áreas Temáticas do Eixo Ceará Sustentável.

TABELA 31 – INDICADORES DAS PRINCIPAIS ÁREAS TEMÁTICAS

ÁREA TEMÁTICA -RECURSOS HÍDRICOS			
METAS PRIORITÁRIAS 2016 - 2019	UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO 2016	REALIZADO 2016 (*)
Capacidade de transferência hídrica	m ³ /s	30,65	30,73
Capacidade hídrica dos açudes estaduais	m ³ /s	3.171	3.174
Famílias rurais beneficiadas com abastecimento de água	Nº	30.236	89.352
ÁREA TEMÁTICA -MEIO AMBIENTE			
Área de solos degradados recuperada	ha	1.000,00	5,00
Índice de qualidade da água bruta	%	80,00	79,59
Municípios certificados com Selo Município Verde	Nº	30	19
ÁREA TEMÁTICA -ENERGIAS			
Participação de fontes alternativas renováveis de energia na matriz energética do Estado	%	40,49	41,58
Participação do gás natural na matriz energética do Estado	%	18,00	20,00(a)
Percentual de incremento da produção interna de energia	%	13,00	15,00

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2017.

* dados parciais sujeitos a revisão

(a) Considerando as duas termelétricas

Com uma execução de apenas 52,83% do orçamento do Eixo Ceará Sustentável, observa-se um bom nível de realização das metas propostas nas Áreas Temáticas. A Área Temática Meio Ambiente não obteve bons resultados nas metas, enquanto Recursos Hídricos e Energias obtiveram bons indicadores.

A Tabela 32 apresenta o desempenho dos indicadores dos principais Programas de Governo do Eixo Ceará Sustentável.



TABELA 32 – INDICADORES DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS

ÁREA TEMÁTICA - RECURSOS HÍDRICOS				
METAS PRIORITÁRIAS 2016 - 2019	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO 2016	REALIZADO 2016 (*)
PROGRAMA 016 - OFERTA HÍDRICA PARA MÚLTIPLOS USOS				
Ampliação e garantia da capacidade de acumulação hídrica.	Barragem construída	Unidade	7	22
Ampliação e garantia da capacidade de transferência hídrica.	Adutora construída	Km	127,66	183,73
Construção do Cinturão das Águas do Ceará - CAC	Eixo de integração construído	Km	55,00	32,15
PROGRAMA 018 - CLIMATOLOGIA, MEIO AMBIENTE E ENERGIAS RENOVÁVEIS				
Produção de conhecimento técnico-científico sobre tempo, clima, recursos hídricos, meio ambiente e energias.	Estudo e pesquisa realizados	Unidade	4	4
ÁREA TEMÁTICA - MEIO AMBIENTE				
METAS PRIORITÁRIAS 2016 - 2019	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO 2016	REALIZADO 2016 (*)
PROGRAMA 027 - REVITALIZAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS				
Urbanização das margens do Rio Maranguapinho.	Área urbanizada	Unidade	4	0
Urbanização das margens do Rio Cocó.	Área urbanizada	Unidade	2	0
Recuperação da faixa de proteção do mangue e urbanização de áreas na comunidade do Dendê	Área urbanizada	Unidade	1	0
PROGRAMA 064 - RESÍDUOS SÓLIDOS				
Apoio à implementação da coleta seletiva nos municípios.	Município beneficiado	Unidade	63	81
Promoção de ações voltadas à recuperação de áreas degradadas por lixões a céu aberto	Plano elaborado	Unidade	40	40
Promoção de ações de destinação adequada de resíduos sólidos.	Central de tratamento construída	Unidade	1	0
PROGRAMA 066 - CEARÁ MAIS VERDE				
Implementação de ações de florestamento e reflorestamento de áreas degradadas.	Área reflorestada	Ha	1.000,00	80,20
Criação e implementação de unidades de conservação.	Unidade de conservação e implementada	Nº	10	1
Avaliação do impacto econômico da degradação ambiental.	Estudo e pesquisa realizados	Nº	3	0
ÁREA TEMÁTICA - ENERGIAS				
METAS PRIORITÁRIAS 2016 - 2019	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO 2016	REALIZADO 2016 (*)
PROGRAMA 009 - MATRIZ ENERGÉTICA DO ESTADO DO CEARÁ				
Expansão da infraestrutura de distribuição de gás natural.	Rede de distribuição de gás natural instalada	Km	36,80	5,90

Fonte: Mensagem a Assembléia Legislativa 2017.

* dados parciais sujeitos a revisão

Observa-se um mediano nível de realização das metas propostas nos Programas. Alguns indicam iniciativas prioritárias sem qualquer realização e a maior parte com realização muito abaixo do programado, como observado em Revitalização de Áreas Degradadas, Ceará Verde e Matriz Energética do Estado do Ceará.

Apesar da baixa execução do orçamento, a Área Temática de Recursos Hídricos apresentou bons resultados nos Programas Oferta Hídrica para Múltiplos Usos e Climatologia, Meio Ambiente e Energias Renováveis. O Programa Resíduos Sólidos, da Área Temática de Meio Ambiente, também obteve bons resultados.



Na prática, alguns Programas podem ter sido mal planejados no tocante às metas e prioridades para o ano de 2016. Algumas metas que obtiveram reduzida execução podem não ser realmente necessárias para o ano, enquanto outras foram calculadas abaixo do necessário, o que justificaria terem sido superadas.

EIXO CEARÁ DO CONHECIMENTO

Conforme a Tabela 33, O Eixo Ceará do Conhecimento possui recursos orçamentários no montante de R\$ 1.590.262 mil, tendo sido executados 71,00% desse valor autorizado.

TABELA 33 - EXECUÇÃO DOS RECURSOS DO EIXO CEARÁ DO CONHECIMENTO

(R\$ 1.000)

ÁREA DE ATUAÇÃO E PRINCIPAIS PROGRAMAS	ANO 2016			
	VALOR AUTORIZADO (R\$)	VALOR EMPENHADO (R\$)	PERCENTUAL EMPENHADO (%)	PARTICIPAÇÃO NO VALOR TOTAL EMPENHADO (%)
CEARÁ DO CONHECIMENTO	1.590.262	1.129.040	71,00%	100,00%
EDUCAÇÃO BÁSICA	645.151	533.373	82,67%	47,24%
GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	557.588	482.100	86,46%	42,70%
ACESSO E APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS E JOVENS NA IDADE ADEQUADA	67.676	38.962	57,57%	3,45%
INCLUSÃO E EQUIDADE NA EDUCAÇÃO	19.357	11.782	60,87%	1,04%
GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO	530	530	100,00%	0,05%
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	465.496	388.736	83,51%	34,43%
ENSINO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	427.378	361.527	84,59%	32,02%
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NOS NÍVEIS: FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA, TÉCNICO E TECNOLÓGICO	38.118	27.209	71,38%	2,41%
ENSINO SUPERIOR	101.267	81.076	80,06%	7,18%
GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	101.267	81.076	80,06%	7,18%
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	277.488	55.736	20,09%	4,94%
DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA, DA DIFUSÃO TECNOLÓGICA, E DA CULTURA DE INOVAÇÃO	250.583	32.013	12,78%	2,84%
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA DO CEARÁ	26.905	23.723	88,17%	2,10%
CULTURA	100.860	70.119	69,52%	6,21%
PROMOÇÃO DO ACESSO E FOMENTO À PRODUÇÃO E DIFUSÃO DA CULTURA CEARENSE	97.836	67.660	69,16%	5,99%
PRESERVAÇÃO E PROMOÇÃO DA MEMÓRIA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL CEARENSE	1.303	956	73,40%	0,08%
FORTALECIMENTO DO SISTEMA ESTADUAL DE CULTURA DO CEARÁ	10	0	0,00%	0,00%
TELEDIFUSÃO CULTURAL E INFORMATIVA	1.712	1.502	87,76%	0,13%

Fonte: SIOF-SEPLAG

O Eixo Ceará de Conhecimento possui 5 Áreas Temáticas e 13 Programas de Governo. Das 5 Áreas Temáticas, 3 executaram mais de 75% do valor autorizado e uma executou menos de 25%. Dos 13 Programas de Governo, 6 executaram mais de 75% do valor autorizado e 2 abaixo de 25%.

As Áreas Temáticas com maior empenho em relação ao autorizado no ano foram Educação Profissional (83,51%) e Educação Básica (82,67%). A Área Ciência Tecnologia e

Inovação, com orçamento previsto para o ano de R\$ 277.488 mil, executou apenas 20,09% do orçamento anual.

A Tabela 34 apresenta o desempenho dos indicadores das principais Áreas Temáticas do Eixo Ceará do Conhecimento.

TABELA 34 – INDICADORES DAS PRINCIPAIS ÁREAS TEMÁTICAS

ÁREA TEMÁTICA - EDUCAÇÃO BÁSICA			
METAS PRIORITÁRIAS 2016 - 2019	UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO 2016	REALIZADO 2016 (*)
Crianças no 2º ano do ensino fundamental alfabetizados (SPAECE ALFA).	%	93,30	(a)
Percentual de estudantes concludentes do ensino médio com média das proficiências a partir de 460 pontos no ENEM.	%	57,70	(a)
Percentual de jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio	%	61,20	(a)
ÁREA TEMÁTICA - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL			
Número de concluintes nos cursos de qualificação profissional	Nº	20.230	15.410
Número de tecnólogos diplomados	Nº	541,00	541,00
Percentual de estudantes egressos das escolas estaduais de educação profissional inseridos no mercado de trabalho	%	22,80	13,60
ÁREA TEMÁTICA - CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO			
Número de depósitos de propriedade intelectual	Nº	37	13
Número de empresas incubadas	Nº	29	20
Percentual de domicílios com acesso à internet por Banda Larga Fixa (coluna densidade-acesso por 100 hab)	%	21,85	21,37

Fonte: Mensagem à Assembléia Legislativa 2017.

(a) Dados ainda não disponibilizados

Com uma execução de 71,00% do orçamento do Eixo Ceará do Conhecimento, observa-se um nível reduzido de realização das metas propostas nas Áreas Temáticas. Em geral, observa-se que poucas Áreas Temáticas e Programas se aproximaram da realização das metas propostas. Ademais, os dados da Área Temática de Educação Básica não foram disponibilizados na Mensagem à Assembleia Legislativa 2017

A Tabela 35 apresenta o desempenho dos indicadores dos principais Programas de Governo do Eixo Ceará do Conhecimento.



TABELA 35 – INDICADORES DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS

ÁREA TEMÁTICA - EDUCAÇÃO BÁSICA				
METAS PRIORITÁRIAS 2016 - 2019	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO 2016	REALIZADO 2016 (*)
PROGRAMA 008 - ACESSO E APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS E JOVENS NA IDADE ADEQUADA				
Desenvolvimento de ações para promoção da aprendizagem na idade adequada.	Aluno beneficiado	Unidade	502.882	531.773
Implantação dos Centros de Educação Infantil - CEIs.	Centro de Educação Infantil implantado	Unidade	69	2
Qualificação da oferta municipal de Educação Infantil.	Criança beneficiada	Unidade	159.149	272.966
PROGRAMA 023 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA				
Ampliação da oferta de vagas de tempo integral nas escolas estaduais de Educação Básica.	Escola implantada	Unidade	18	26
ÁREA TEMÁTICA - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL				
METAS PRIORITÁRIAS 2016 - 2019	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO 2016	REALIZADO 2016 (*)
PROGRAMA 020 - ENSINO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL				
Ampliação da oferta de Ensino Integrado à Educação Profissional.	Escola implantada	Unidade	6	3
Oferta de ensino de jovens e adultos integrado à educação profissional.	Aluno beneficiado	Unidade	1.320	0
ÁREA TEMÁTICA - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO				
METAS PRIORITÁRIAS 2016 - 2019	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO 2016	REALIZADO 2016 (*)
PROGRAMA 061 - DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA, DA DIFUSÃO TECNOLÓGICA E DA CULTURA DE INOVAÇÃO				
Melhoria da estrutura das unidades de serviços em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I).	Unidade de CT&I estruturada	Unidade	8	2
Ampliação da formação e qualificação profissional em Ciência, Tecnologia e Inovação.	Pessoa capacitada	Unidade	13.300	515
Difusão, popularização e interiorização da Ciência, Tecnologia e Inovação.	Evento realizado	Unidade	84	35

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2017.

* dados parciais sujeitos a revisão

Observa-se um nível reduzido de realização das metas propostas dos Programas. Contudo, os Programas da Área Temática Educação Básica e Gestão e Desenvolvimento da Educação Básica apresentaram bons resultados nos indicadores, com exceção do indicador de Implantação dos Centros de Educação Infantil – CEIs, em que eram previstas 69 unidades implantadas e executaram apenas 2.

Na prática, alguns Programas podem ter sido mal planejados no tocante às metas e prioridades para o ano de 2016. Algumas metas que obtiveram reduzida execução podem não ser realmente necessárias para o ano, enquanto outras foram calculadas abaixo do necessário, o que justificaria terem sido superadas.

EIXO CEARÁ SAUDÁVEL

Conforme a Tabela 36, O Eixo Ceará Saudável possui recursos orçamentários no montante de R\$ 3.211.180 mil, tendo sido executados 77,43% desse valor autorizado.



TABELA 36 - EXECUÇÃO DOS RECURSOS DO EIXO CEARÁ DO SAUDÁVEL

(R\$ 1.000)

ÁREA DE ATUAÇÃO E PRINCIPAIS PROGRAMAS	ANO 2016			
	VALOR AUTORIZADO (R\$)	VALOR EMPENHADO (R\$)	PERCENTUAL EMPENHADO (%)	PARTICIPAÇÃO NO VALOR TOTAL EMPENHADO (%)
CEARÁ SAUDÁVEL	3.211.180	2.486.380	77,43%	100,00%
SAÚDE	2.638.527	2.286.782	86,67%	91,97%
ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE	2.519.514	2.197.868	87,23%	88,40%
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	68.938	53.279	77,29%	2,14%
GESTÃO DO TRABALHO, DA EDUCAÇÃO E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA SAÚDE	40.184	28.311	70,45%	1,14%
FORTALECIMENTO DA GESTÃO, PARTICIPAÇÃO, CONTROLE SOCIAL E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO SUS	9.892	7.325	74,05%	0,29%
ESPORTE E LAZER	65.335	36.495	55,86%	1,47%
ESPORTE E LAZER PARA A POPULAÇÃO	30.794	16.055	52,14%	0,65%
CEARÁ NO ESPORTE DE RENDIMENTO	34.541	20.440	59,18%	0,82%
SANEAMENTO BÁSICO	507.318	163.103	32,15%	6,56%
ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO E DRENAGEM URBANA	306.805	69.263	22,58%	2,79%
ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MEIO RURAL	200.513	93.839	46,80%	3,77%

FONTES: SIOF-SEPLAG

O Eixo Ceará Saudável possui 3 Áreas Temáticas e 8 Programas de Governo. Dos 8 Programas de Governo, 2 apresentaram execução orçamentária acima de 75% do valor autorizado e 1 abaixo de 25%.

Com 86,67% de execução orçamentária no ano, a Área Temática da Saúde obteve no Eixo Ceará Saudável o maior percentual de empenho em relação ao previsto. As demais Áreas Temáticas Esporte e Lazer e Saneamento Básico, terminaram o ano com reduzida execução orçamentária, com respectivos 55,86% e 32,15%.

Apesar do elevado valor autorizado para Programas como Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e Drenagem Urbana (R\$ 306.805 mil) e Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no Meio Rural (R\$ 200.513 mil), observa-se reduzida execução orçamentária, com respectivamente 22,58% e 46,80% do valor autorizado, ambos situados na Área Temática de Saneamento Básico.

A Tabela 37 apresenta o desempenho dos indicadores das principais Áreas Temáticas do Eixo Ceará Saudável.



TABELA 37 – INDICADORES DAS PRINCIPAIS ÁREAS TEMÁTICAS

ÁREA TEMÁTICA -SAÚDE			
METAS PRIORITÁRIAS 2016 - 2019	UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO 2016	REALIZADO 2016 (*)
Proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas pré-natal	%	64,00	69,20
Proporção de partos normais	%	50,00	42,00
Taxa de mortalidade específica por dengue	por 100 mil hab	0,54	0,28
ÁREA TEMÁTICA -ESPORTE E LAZER			
Quantidade de atletas apoiados em competições esportivas	Nº	75	73
Quantidade de municípios atendidos por núcleos de esporte e lazer	Nº	56	56
Público em eventos e esporte e lazer promovidos pelo Estado	Nº	523.958	661.840
ÁREA TEMÁTICA - SANEAMENTO BÁSICO			
Percentual de domicílios atendidos com água potável para consumo humano no meio rural	%	45,84	54,51
Municípios com Plano Municipal de Saneamento Básico elaborado	%	29,18	28,26
População rural atendida com abastecimento de água	%	51,50	42,6 (a)

Fonte: Mensagem a Assembléia Legislativa 2017.

* dados parciais sujeitos a revisão

(a) Dados até outubro/2016

Com uma execução de 77,43% do orçamento do Eixo Ceará Saudável, observa-se um bom nível de realização das metas propostas nas Áreas Temáticas. A maioria dos indicadores da Área Temáticas se aproxima ou atinge as metas propostas

A Tabela 38 apresenta o desempenho dos indicadores dos principais Programas de Governo do Eixo Ceará Saudável.



TABELA 38 – INDICADORES DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS

ÁREA TEMÁTICA - SAÚDE				
METAS PRIORITÁRIAS 2016 - 2019	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO 2016	REALIZADO 2016 (*)
PROGRAMA 057 - ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE				
Ampliação da distribuição de medicamentos das centrais de abastecimento farmacêutico.	Farmácia implantada	Unidade	19	20
Melhoria da estrutura das unidades prestadoras de serviços ambulatoriais e hospitalares.	Unidade de saúde estruturada	Unidade	64	29
Ampliação da oferta dos serviços ambulatoriais de urgência e emergência.	Unidade de Pronto Atendimento (UPA) implantada	Unidade	24	3
PROGRAMA 076 - GESTÃO DO TRABALHO, DA EDUCAÇÃO E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA SAÚDE				
Promoção da melhoria contínua da força de trabalho nos sistemas e serviços de saúde.	Trabalhador de saúde capacitado	Unidade	5.161	4.031
Promoção da formação profissional em saúde.	Trabalhador de saúde formado	Unidade	1.390	160
Capacitação de membros dos conselhos de saúde e comunidades no âmbito da gestão, atenção e vigilância em saúde.	Pessoa capacitada	Unidade	192	474
ÁREA TEMÁTICA - ESPORTE E LAZER				
METAS PRIORITÁRIAS 2016 - 2019	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO 2016	REALIZADO 2016 (*)
PROGRAMA 050 - ESPORTE E LAZER PARA A POPULAÇÃO				
Realização de projetos e eventos esportivos para população	evento realizado	Unidade	90	1192
Ampliação da oferta de equipamentos e instalações para a prática esportiva	Equipamento de esporte e lazer construído	Unidade	74	17
Melhoria da estrutura dos equipamentos e instalações esportivas	parque esportivo modernizado	Unidade	38	17
ÁREA TEMÁTICA - SANEAMENTO BÁSICO				
METAS PRIORITÁRIAS 2016 - 2019	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO 2016	REALIZADO 2016 (*)
PROGRAMA 025 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO E DRENAGEM URBANA				
Ampliação do serviço de abastecimento de água.	Sistema de abastecimento de água	Unidade	7	0
Ampliação do serviço de esgotamento sanitário.	Sistema de esgotamento sanitário ampliado	Unidade	12	1
PROGRAMA 032 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MEIO RURAL				
Implementação de solução domiciliar de acesso à água potável.	Sistema implantado	Unidade	25.200	8.200
Implantação do serviço de abastecimento de água.	Sistema de abastecimento de água implantado	Unidade	378	62
Implantação dos serviços de abastecimento de água com esgotamento sanitário simplificado.	Sistema de abastecimento de água implantado	Unidade	99	16

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2017.

* dados parciais sujeitos a revisão

Observa-se um nível reduzido de realização das metas propostas nos Programas. Grande maioria dos Programas indicam iniciativas prioritárias sem qualquer realização ou bem abaixo do esperado.



Na prática, alguns Programas podem ter sido mal planejados no tocante às metas e prioridades para o ano de 2016. Algumas metas que obtiveram reduzida execução podem não ser realmente necessárias para o ano, enquanto outras foram calculadas abaixo do necessário, o que justificaria terem sido superadas.

EIXO CEARÁ PACÍFICO

Conforme a Tabela 39, O Eixo Ceará Pacífico possui recursos orçamentários no montante de R\$ 620.899 mil, tendo sido executados 81,59% desse valor autorizado.

TABELA 39 - EXECUÇÃO DOS RECURSOS DO EIXO CEARÁ PACÍFICO

(R\$ 1.000)

ÁREA DE ATUAÇÃO E PRINCIPAIS PROGRAMAS	ANO 2016			
	VALOR AUTORIZADO (R\$)	VALOR EMPENHADO (R\$)	PERCENTUAL EMPENHADO (%)	PARTICIPAÇÃO NO VALOR TOTAL EMPENHADO (%)
CEARÁ PACÍFICO	620.899	506.564	81,59%	100,00%
SEGURANÇA PÚBLICA	316.012	281.396	89,05%	55,55%
SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA	277.352	267.402	96,41%	52,79%
GESTÃO DE RISCOS E DESASTRES	35.292	12.573	35,62%	2,48%
SEGURANÇA PÚBLICA CIDADÃ	3.243	1.332	41,08%	0,26%
CONTROLE DISCIPLINAR DOS SISTEMAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E PENITENCIÁRIO	125	89	71,06%	0,02%
JUSTIÇA E CIDADANIA	297.607	220.717	74,16%	43,57%
INFRAESTRUTURA E GESTÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	284.376	213.571	75,10%	42,16%
TUTELA DOS INTERESSES SOCIAIS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS	13.204	7.146	54,12%	1,41%
EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	15	0	0,00%	0,00%
INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL (INTEGRA)	13	0	0,00%	0,00%
POLÍTICA SOBRE DROGAS	7.280	4.451	61,14%	0,88%
PROTEÇÃO CONTRA O USO PREJUDICIAL DE DROGAS	7.280	4.451	61,14%	0,88%

FONTE: SIOF-SEPLAG

O Eixo Ceará Pacífico possui 3 Áreas Temáticas e 9 Programas de Governo. Todas as Áreas Temáticas executaram acima de 50% do valor autorizado, tendo apenas 1 executado acima de 75%. Dos 9 Programas de Governo, 2 executaram acima de 75% do valor autorizado, enquanto 2 executaram menos de 25%.

Com 89,05% de execução orçamentária no ano, a Área Temática da Segurança Pública obteve o maior percentual de empenho em relação ao previsto no Eixo Ceará Pacífico. As demais Áreas Temáticas, Justiça e Cidadania e Política sobre Drogas, terminaram o ano com execução orçamentária de respectivos 74,16% e 61,14%.

Apenas o Programa de Segurança Pública Integrada obteve execução orçamentária próxima de 100% do autorizado no ano. Os demais Programas do Eixo terminaram o ano com execução orçamentária abaixo de 80% do valor autorizado.



A Tabela 40 apresenta o desempenho dos indicadores das principais Áreas Temáticas do Eixo Ceará de Pacífico.

TABELA 40 – INDICADORES DAS PRINCIPAIS ÁREAS TEMÁTICAS

ÁREA TEMÁTICA -SEGURANÇA PÚBLICA			
METAS PRIORITÁRIAS 2016 - 2019	UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO 2016	REALIZADO 2016 (*)
Número de vítimas de crimes referentes à Lei Maria da Penha	Nº	3.484	19.514
Taxa de adolescentes de 12 a 17 anos apreendidos em flagrante, por 100 mil adolescentes	por 100 mil adolescentes de 12 a 17 anos	790,59	672,65
Taxa de Crimes Violentos contra o Patrimônio - CVP (roubo) por 100 mil jovens	por 100 mil mil hab	-	743,17
ÁREA TEMÁTICA -JUSTIÇA E CIDADANIA			
Percentual de internos matriculados no sistema educacional penitenciário	%	10,00	9,54 (a)
Percentual de pessoas presas com reiterada prática delitiva	%	18,21	32,83 (a)
Percentual de pessoas presas de forma provisória sobre a população carcerária	%	39,00	47,38 (a)
ÁREA TEMÁTICA - POLÍTICA SOBRE DROGAS			
Percentual de adolescentes (12 a 17 anos) apreendidos com drogas em relação ao total de adolescentes apreendidos	%	0,04	0,90 (b)
Percentual de adolescentes (12 a 17 anos) autuados em flagrante por tráfico de drogas em relação ao total de adolescentes autuados em flagrante	%	35,47	12,03 (b)
Percentual de autuados em flagrante por tráfico de drogas em relação ao total de pessoas autuadas em flagrante.	%	15,50	16,02 (b)

Fonte: Mensagem a Assembléia Legislativa 2017.

* dados parciais sujeitos a revisão

(a) dados relativos à primeira quinzena de dezembro/2016

(b) dados até novembro/2016

Com uma execução de 81,59% do orçamento do Eixo Ceará Pacífico, observa-se um nível reduzido de realização das metas propostas nas Áreas Temáticas. A maioria dos indicadores não alcançaram ou não se aproximaram do alcance das metas propostas.

A Tabela 41 apresenta o desempenho dos indicadores dos principais Programas de Governo do Eixo Ceará Pacífico.



TABELA 41 – INDICADORES DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS

ÁREA TEMÁTICA - SEGURANÇA PÚBLICA				
METAS PRIORITÁRIAS 2016 - 2019	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO 2016	REALIZADO 2016 (*)
PROGRAMA 001 - GESTÃO DE RISCOS E DESASTRES				
Assistência às vítimas de desastres.	Pessoa assistida	Unidade	245.000	83.462
Apoio às famílias vítimas de áreas colapsadas por desastres.	Família em situação de risco assistida	Unidade	8.100	0
PROGRAMA 003 - SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA				
Promoção da formação profissional para novos integrantes da Segurança Pública.	Profissional formado	Unidade	1.000	1.245
Ampliação da oferta de serviços de policiamento civil.	Delegacia implantada	Unidade	7	1
Melhoria da estrutura das unidades prestadores de serviços de policiamento ostensivo militar.	Quartel estruturado	Unidade	70	8
ÁREA TEMÁTICA - JUSTIÇA E CIDADANIA				
METAS PRIORITÁRIAS 2016 - 2019	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO 2016	REALIZADO 2016 (*)
PROGRAMA 004 - INFRAESTRUTURA E GESTÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO				
Ampliação da oferta de vagas no sistema prisional.	Unidade prisional implantada	Unidade	12	3
Desenvolvimento de ações voltadas à ressocialização e ao apoio à empregabilidade do preso e egresso.	Preso / Egresso beneficiado	Unidade	16.332	1.800

Fonte: Mensagem a Assembléia Legislativa 2017.

* dados parciais sujeitos a revisão

Observa-se um nível reduzido de realização das metas propostas nos Programas. O programa Infraestrutura e Gestão do Sistema Penitenciário, por exemplo, apresentou resultados das metas muito abaixo do programado.

O mesmo desempenho reduzido se apresenta no Programa Segurança Pública Integrada, segundo maior orçamento do eixo, com 96,41% de execução orçamentária, onde dois dos três indicadores não obtiveram bons resultados.

4. Resultado Orçamentário

A análise da execução orçamentária do Estado utiliza como base os dados extraídos da ferramenta de Serviço Modular da Administração dos Recursos do Tesouro (SMART), cujos dados são extraídos do Sistema de Gestão Governamental por Resultados (S2GPR), disponibilizado pela Secretaria da Fazenda (SEFAZ). Cumpre destacar que os números apresentados nas análises têm seus valores representados nominalmente, sem considerar os efeitos da inflação.

4.1. Resultado Orçamentário

A Tabela 42 demonstra as informações orçamentárias consolidadas, extraídas do Relatório Resumido de Execução Orçamentária do ano de 2016. No montante apresentado pela Receita Orçamentária foram excluídos os valores referentes às Receitas Intraorçamentárias. Da Despesa Orçamentária foram extraídos os valores referentes às empresas que não fazem parte do orçamento fiscal (ADECE, CAGECE, CEARÁPORTOS, CEGÁS, COGERH, CEASA, ZPECEARA E METROFOR) e da modalidade 91 (aplicações diretas entre orçamentos).

TABELA 42 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA DO ESTADO DO CEARÁ NO ANO DE 2016

(R\$ 1.000,00)

Descrição	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Realizado (%)
Receita Corrente	21.347.669	21.316.342	99,85%
Receita de Capital	4.264.536	1.752.230	41,09%
Total das Receitas	25.612.205	23.068.571	90,07%
Descrição	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Empenhado (%)
Despesa Corrente	19.782.641	18.835.009	95,21%
Despesa de Capital	6.144.311	3.249.802	52,89%
Reserva de Contingência	1	0	0,00%
Total das Despesas	25.926.953	22.084.811	85,18%
Déficit/Superávit Corrente	1.565.028	2.481.333	
Déficit/Superávit de Capital	- 1.879.775	- 1.497.572	
Déficit/Superávit	- 314.748	983.760	

Fonte: S2GPR-SEFAZ

O Resultado Orçamentário do ano de 2016 foi um superávit de R\$ 983.760 mil, sendo explicado pelo Total da Receita Arrecadada ter sido superior ao Total da Despesa Empenhada no período. De forma mais analítica, observa-se que o elevado Superávit Corrente de R\$ 2.481.333 mil cobriu o Déficit de Capital de R\$1.497.572 mil.

Observa-se um déficit de R\$ 314.748 mil na relação entre a Previsão da Receita Atualizada e Dotação da Despesa Atualizada. O superávit de Previsão Corrente de

R\$1.565.028 mil não foi suficiente para cobrir o déficit de Previsão de Capital de R\$1.879.775 mil.

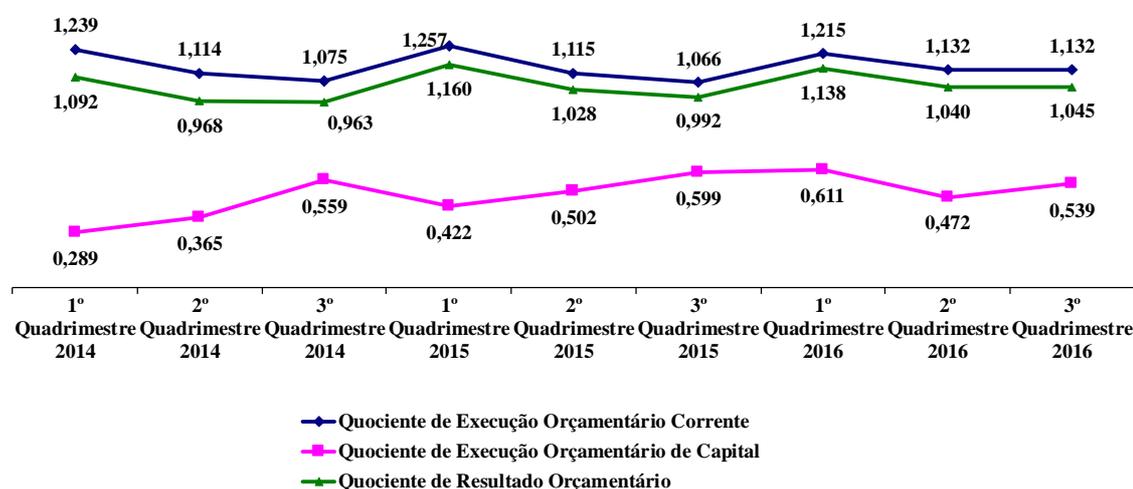
Enquanto a Receita e a Despesa Corrente tiveram arrecadação e execução acima de 95% do previsto no ano, a Receita e a Despesa de Capital demonstraram arrecadação e execução reduzidas, com respectivos 41,09% e 52,89% do previsto.

De forma geral, observa-se que, durante o ano, a frustração de receita de 9,93% da previsão foi compensada pela contenção de 14,82% da dotação atualizada.

4.1.1. Análise dos Indicadores da Execução Orçamentária

O Gráfico 2 informa a evolução dos Quocientes de Resultado Orçamentário, Execução Orçamentária Corrente e Execução Orçamentária de Capital, durante os nove últimos Quadrimestres. Os quocientes são extraídos pelo cálculo da Receita dividida pela Despesa. Caso o resultado seja acima de 1, indica superávit, abaixo de 1 indica déficit.

GRÁFICO 2 - QUOCIENTES ORÇAMENTÁRIOS



Fonte: S2GPR-SEFAZ

O Gráfico 2 reflete uma tendência em onda, onde as linhas Quociente de Resultado Orçamentário e Quociente de Execução Orçamentário Corrente iniciam o primeiro quadrimestre dos anos de 2014 e 2015 em um patamar, e apresentam queda nos dois quadrimestres seguintes, fechando o ano com valor menor que 1, ou seja, déficit orçamentário. Observa-se uma quebra dessa tendência em 2016, onde o Quociente de Resultado Orçamentário se manteve em 1,132 nos dois últimos quadrimestres e o Quociente

de Execução Orçamentário Corrente melhorou, subindo de 1,040 para 1,045 do segundo quadrimestre para o terceiro. Essa alteração na tendência dos quocientes resultou em superávit orçamentário ao final do ano de 2016.

Observa-se que, durante os anos de 2014 e 2015, o déficit do orçamento de capital vem sendo coberto e contrabalanceado pelo orçamento corrente, que possui um volume muito superior de recursos. No momento que o orçamento corrente reduz seu superávit, o Resultado Orçamentário passa a ter déficit, pois o superávit do orçamento corrente passa a não ser suficiente para cobrir o déficit do orçamento de capital.

Apesar do Quociente de Execução de Capital ter terminado o terceiro quadrimestre de 2016 no menor nível, na comparação com o mesmo período de 2014 e 2015, o Quociente de Execução Corrente terminou com o maior nível na mesma comparação.

O Gráfico 2 demonstra maior controle entre receita e despesa corrente arrecadada e executada. Quanto maior a estabilidade das linhas dos quocientes, menor a chance de término do ano em déficit.

Na Tabela 43 observa-se que nos últimos três anos houve grande descompasso entre planejado e executado no orçamento de capital.

TABELA 43 - ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS DE CAPITAL

(R\$ 1.000,00)

Descrição	2014	2015	2016	Média
Receita de Capital Prevista	5.461.692	4.307.267	4.264.536	4.677.831
Receita de Capital Realizada	2.517.312	911.174	1.752.230	1.726.905
Despesa de Capital Dotada	7.445.399	5.782.657	6.144.311	6.457.456
Despesa de Capital Empenhada	4.504.177	3.219.794	3.249.802	3.657.924
Déficit de Capital	-1.986.865	-2.308.620	-1.497.572	-1.931.019

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Com a Despesa de Capital Empenhada na média de R\$ 3.657.924 mil, é necessário que previsão e dotação orçamentárias sejam ajustadas para essa realidade.

Na Tabela 44 observa-se os efeitos de Outras Fontes no orçamento de capital do Estado nos últimos dois anos.



TABELA 44 - ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DE CAPITAL DA FONTE OUTRAS FONTES

(R\$ 1.000,00)

Fonte - Outras Fontes - por ano Receita de Capital	Previsto	Realizado	Diferença Previsto e	Variação Percentual
2015	4.235.052	1.823.079	2.411.973	43,05%
2016	4.228.715	1.748.451	2.480.263	41,35%
Despesa de Capital				
2015	4.229.646	1.908.361	2.321.285	45,12%
2016	4.441.676	1.698.170	2.743.505	38,23%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Observa-se que, em 2016, houve uma frustração de receita R\$ 2.480.263 mil em Outras Fontes, representando uma realização de apenas 41,35% da receita prevista. Ao comparar esse valor com o total de frustração de Receita de Capital no ano de 2016, cujo valor monta 2.512.306 mil, conclui-se que a frustração de Receita de Outras Fontes representa 98,72% da frustração total de Receita de Capital em 2016.

A elevada frustração de Receita de Capital em Outras Fontes acarreta na reduzida realização das Despesas de Capital em relação ao previsto, que termina 2016 com apenas 38,23% de realização.

Essa análise foi observada também no ano de 2015, cujos valores se encontram muito parecidos. São necessárias ações na área de planejamento e execução orçamentária para corrigir essa distorção.

4.1.2. Análise da Previsão da Receita e Fixação da Despesa

A Tabela 45 demonstra as alterações realizadas na previsão inicial da Receita e fixação da Despesa orçamentária durante o exercício de 2016.



TABELA 45 – VARIAÇÃO DA PREVISÃO INICIAL DE RECEITA E FIXAÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA EM 2016

(R\$ 1.000,00)

Descrição	Previsão Inicial para 2016	Variação no Ano	Previsão Atualizada	Variação Percentual
Receita Corrente	25.775.312	- 4.427.643	21.347.669	- 17,18%
Receita de Capital	4.138.602	125.934	4.264.536	3,04%
Receita Total	29.913.915	- 4.301.710	25.612.205	- 14,38%
Despesa Corrente	18.489.848	1.292.793	19.782.641	6,99%
Despesa de Capital	5.584.709	559.602	6.144.311	10,02%
Reserva de Contingência	51.476	- 51.475	1	-100,00%
DESPESA TOTAL	24.126.033	1.800.920	25.926.953	7,46%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Observa-se que, em janeiro de 2016, a Receita e a Despesa Total Previstas montavam, respectivamente, R\$ 29.913.915 mil e R\$ 24.126.129 mil. Durante o ano houve lançamentos que alteraram a previsão orçamentária de ambos, terminando o exercício com redução de R\$ 4.301.710 mil na Receita Prevista Atualizada (14,38%) e um acréscimo de R\$ 1.800.920 mil na Despesa Prevista Atualizada (7,46%).

A redução da previsão de Receita de ICMS e Transferências da União, com respectivamente R\$ 3.023.946 mil e R\$ 2.230.778 mil, ambas Receitas Correntes, contribuíram fortemente para a queda de 14,38% da Receita Total Prevista. Aumentos na previsão de Receitas Diversas e Operações de Crédito Externas - Contratuais, respectivamente de R\$ 708.168 mil e R\$ 152.556 mil, são exemplos de itens que ajudaram a contrabalancear as reduções na previsão da Receita durante o ano de 2016.

Apesar da Despesa de Capital Empenhada (R\$ 3.249.802 mil) ter sido muito inferior à Despesa de Capital Prevista no início do ano (R\$ 5.584.709 mil), houve, no decorrer do exercício, um aumento de R\$ 1.800.920 mil na dotação das despesas. A previsão das Despesas Correntes e de Capital cresceram, respectivamente, 6,99% e 10,02% no decorrer do ano.

4.2. Receitas

4.2.1. Categoria e Origem das Receitas Orçamentárias

A Tabela 46 apresenta a previsão e a arrecadação das receitas do Estado do Ceará por categoria e origem no exercício de 2016, com os respectivos valores absolutos e percentuais.



TABELA 46 – RECEITAS POR CATEGORIA E ORIGEM

(R\$ 1.000,00)

Categoria / Origem	Prevista	Realizada	Percentual Realizado	Participação no Total (%)
Receita Corrente	21.347.669	21.316.342	99,85%	92,40%
Receita Tributária	11.483.507	11.623.754	101,22%	50,39%
Receita de Contribuições	572.071	593.368	103,72%	2,57%
Receita Patrimonial	271.221	406.362	149,83%	1,76%
Receita Agropecuária		17	0,00%	0,00%
Receita de Serviços	58.178	63.175	108,59%	0,27%
Transferências Correntes	7.782.834	7.570.667	97,27%	32,82%
Outras Receitas Correntes	1.179.859	1.058.998	89,76%	4,59%
Receita de Capital	4.264.536	1.752.230	41,09%	7,60%
Operações de Crédito	2.698.036	1.109.696	41,13%	4,81%
Alienação de Bens	1.374	4.002	291,27%	0,02%
Transferências de Capital	1.530.679	638.501	41,71%	2,77%
Outras Receitas de Capital	34.447	31	0,09%	0,00%
Amortização de Empréstimos			0,00%	0,00%
Total Geral	25.612.205	23.068.571	90,07%	100,00%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

A Tabela 46 demonstra que a Receita Corrente é a principal fonte de recursos do Estado, correspondendo a 92,40% do total da Receita Realizada em 2016. As Receitas Correntes Tributária e Transferências Correntes são as origens de Receita que mais participam do total das Receitas Realizadas, com respectivos 50,39% e 32,82%.

Houve arrecadação de 99,85% da Receita Prevista, porém, há de salientar que a previsão dessa receita foi reduzida em R\$ 4.427.643 mil durante o exercício.

A Receita de Capital participou com 7,60% da Receita Total Realizada, tendo as Receitas de operações de crédito e de Transferência de Capital apresentado as maiores participações de arrecadação dentro dessa Categoria.

A Tabela 47 descreve a evolução de algumas origens de Receita, levando em consideração informações dos três últimos anos.

TABELA 47 – EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS ORIGENS DE RECEITA

(R\$ 1.000,00)

Recurso Espécie	Receita Arrecadada			Acréscimo (%)	
	2014	2015	2016	2016/2015	2016/2014
Receita Tributária	9.659.462	10.225.183	11.623.754	13,68%	20,34%
Transferências Correntes	6.394.623	6.677.266	7.570.667	13,38%	18,39%
Operações De Crédito	1.633.747	1.539.757	1.109.696	-27,93%	-32,08%
Transferências De Capital	831.649	373.862	638.501	70,79%	-23,22%
Outras Receitas Correntes	518.247	566.996	1.058.998	86,77%	104,34%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Em relação aos anos anteriores, a maioria das principais Origens de Receitas do Estado vem apresentando crescimento em 2016. Destacam-se Receita Tributária e Transferências



Correntes, respectivamente primeira e segunda em participação na Receita Total do Estado, ambas com crescimento acima de 13% em relação a 2015 e 18% em relação a 2014. As Outras Receitas Correntes obtiveram o maior crescimento nos últimos três anos, 86,77% entre 2015 e 2016 e 104,34% entre 2014 e 2016.

O crescimento da Receita Tributária, em relação a 2015, foi fortemente influenciado pelo aumento da arrecadação de ITCD Principal (R\$ 575.304 mil), ICMS Combustível (R\$ 253.731 mil), Taxa de Prestação de Serviços de Trânsito e Transporte (R\$ 222.555 mil) e ICMS Indústria (R\$ 144.158 mil). As quedas de arrecadação em relação a 2015 das Receitas Tributárias de ICMS Comércio Varejista (R\$ 55.982 mil) e ICMS Construção Civil (R\$ 24.146 mil) são consideradas quase irrelevantes frente à melhora nas demais subalíneas.

Com o montante de R\$ 6.345.216 mil, a Receita de Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE representa 83,81% da Receita de Transferências Correntes em 2016. A referida subalínea apresentou crescimento de 13,22% em relação a 2015, o que em termos absolutos representa um acréscimo de R\$ 741.136 mil na Receita do Estado. Vale ressaltar que dentre os valores do FPE, constam os decorrentes da repatriação dos recursos ilegalmente enviados ao exterior.

O aumento de R\$ 372.809 mil de receita de Depósitos Judiciais foi o responsável por quase a totalidade da elevação de 86,77% das Outras Receitas Correntes em relação a 2015.

A Tabela 48 apresenta o comparativo das principais Receitas de Operações de Crédito nos três últimos anos.



TABELA 48 – RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

(R\$ 1.000,00)

Recurso Especie	2014		2015		2016		% Realização Acumulada
	Previsão	Realização	Previsão	Realização	Previsão	Realização	
Operações de Crédito Externas para Programas de Infraestrutura	1.207.087	27.755	903.249	70.660	738.285	63.607	5,69%
Operações de Crédito Internas para Programas de Infraestrutura	798.614	352.741	221.113	339.521	40.023	72.620	72,18%
Operações de Crédito Internas para Programas de Transportes	56.383	29.994	754.669	1.740	389.000	733	2,71%
Operações de Crédito Externas - PfoRCeará		65.711	215.186	76.556	414.567	365.070	80,56%
Operações de Crédito Externas para Programas de Transportes		206.595	6.000	484.070	56.761	369.810	1.689,70%
Operações de Crédito Internas - PROINVESTE BB	376.299	302.137	129.282	52.646			70,17%
Operações de Crédito Externas para Programas de Turismo	99.663	71.705	85.742	139.186	298.876	20.280	47,73%
Outras Operações de Crédito Externas - Contratuais	169.993		54.171		311.104		0,00%
Operações de Crédito Internas - BNDES - ESTADOS		349.883	12.007	93.405	32.091	32.529	1.079,02%
Operações de Crédito Externas para Programas de Modernização da Administração Pública	2.325	26.078	235.953	24.576	32.883	27.599	28,86%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Nos últimos três anos as Receitas de Capital vêm arrecadando valor bem abaixo do previsto no orçamento. As Operações de Crédito são a origem de maior peso no orçamento de capital, sendo importante analisar os motivos da elevada frustração de receita.

Observa-se na Tabela 48 que receitas relevantes como Operações de Crédito Externas para Programas de Infraestrutura, Operações de Crédito Internas para Programas de Transportes e Outras Operações de Crédito Externas – Contratuais são previstas anualmente e sua realização se aproxima de 0%. Em valores absolutos, a soma da frustração de receita dessas três subalíneas monta R\$ 1.374.049 mil

4.3. Despesas

4.3.1. Categoria Econômica e Grupo de Natureza das Despesas

A Tabela 49 apresenta os valores autorizados e empenhados, referentes à Categoria e Grupo de Despesa no exercício de 2016.



TABELA 49 – PARTICIPAÇÃO DAS CATEGORIAS E GRUPOS DE DESPESA ORÇAMENTÁRIA.

(R\$ 1.000,00)

Categoria / Grupo	Autorizado	Empenhado	Execução Orçamentária	Participação no Total Empenhado
DESPESAS CORRENTES	19.782.641	18.835.009	95,21%	85,28%
Pessoal e Encargos Sociais	9.735.568	9.522.845	97,81%	43,12%
Juros e Encargos da Dívida	453.663	446.076	98,33%	2,02%
Outras Despesas Correntes	9.593.410	8.866.088	92,42%	40,15%
DESPESAS DE CAPITAL	6.144.311	3.249.802	52,89%	14,72%
Investimentos	5.042.728	2.171.505	43,06%	9,83%
Inversões Financeiras	238.334	231.520	97,14%	1,05%
Amortizações	863.249	846.777	98,09%	3,83%
RESERVA DE CONTIGÊNCIAS	1	0	0,00%	0,00%
Reserva de Contingência	1	0	0,00%	0,00%
TOTAL GERAL	25.926.953	22.084.811	85,18%	

Fonte: S2GPR-SEFAZ

As Despesas Correntes representam 85,28% do total de empenho do Estado, enquanto as Despesas de Capital participam com apenas 14,72%. As Despesas de Pessoal e Encargos Sociais e Investimentos, com respectivos 43,12% e 9,83% de participação no total empenhado, representam as despesas de maior volume dentro de suas respectivas Categorias.

Os Grupos das Despesas Correntes apresentam execução acima de 92% do autorizado, refletindo boa coordenação de planejamento e execução orçamentária.

O Grupo de Investimentos apresenta execução de apenas 43,06% da dotação autorizada, o que em termos absolutos representa uma redução de R\$ 2.871.224 mil dos investimentos previstos.

É necessário que ocorram correções no planejamento e execução dos investimentos, haja vista os altos custos de obras paralisadas e prejuízos para a sociedade decorridos de falta de estrutura nas variadas áreas de atuação do Estado e da iniciativa privada.

4.3.2. Comparativo das Despesas por Poder

A Tabela 50 detalha as Despesas por Poder, comparando o percentual empenhado em relação ao total, nos três últimos anos.



TABELA 50 – DESPESAS POR PODER NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

(R\$ 1.000,00)

Despesa por Poder	Despesa Empenhada			Participação no Total 2016	Acréscimo (%)	
	2014	2015	2016		2016/2015	2016/2014
Executivo	19.198.898	18.564.931	20.015.335	90,63%	7,81%	4,25%
Judiciário	882.523	980.095	1.041.843	4,72%	6,30%	18,05%
Legislativo	489.516	546.800	578.442	2,62%	5,79%	18,17%
Ministério Público	261.816	323.947	332.256	1,50%	2,56%	26,90%
Executivo Autônomo	0	107.592	116.935	0,53%	8,68%	
TOTAL	20.832.753	20.523.365	22.084.811	100,00%	7,61%	6,01%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Em um ambiente de contenção de despesas nos últimos três anos em todo o Estado, observa-se que o Poder Executivo foi capaz de conter seus custos de forma efetiva, obtendo um crescimento de apenas 4,25% de 2014 a 2016. Esse fato deve-se à redução das despesas desse Poder entre 2014 e 2015, e um aumento de apenas 7,81% entre 2015 e 2016.

Os Poderes Judiciário e Legislativo aumentaram em média 18% suas despesas nos últimos três anos, sendo a maioria do aumento observado entre 2014 e 2015. No Ministério Público, observa-se um elevado aumento de despesas entre 2014 e 2015, com uma boa contenção de aumento de despesas entre 2015 e 2016.

4.3.3. Elementos de Despesa

4.3.3.1. Elementos de Despesa – Pessoal e Encargos Sociais

A Tabela 51 mostra o detalhamento dos 5 elementos de Despesa de maior valor, nos três últimos anos, referentes ao grupo de Despesa Pessoal e Encargos Sociais.

TABELA 51 – PRINCIPAIS ELEMENTOS DE DESPESA DO GRUPO PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

(R\$ 1.000,00)

Grupo - Pessoal e Encargos Sociais Análise de Elementos de Despesa	Despesa Empenhada			Acréscimo (%)	
	2014	2015	2016	2016/2015	2016/2014
Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	4.261.107	4.659.940	4.805.882	3,13%	12,78%
Aposentadorias Do Rpps, Reserva Remunerada E Reformas Dos Mi	1.783.380	2.014.231	2.177.756	8,12%	22,11%
Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Militar	900.223	1.044.730	1.118.674	7,08%	24,27%
Pensões, Exclusive Do Rgps (52)(A)	633.172	697.392	717.879	2,94%	13,38%
Contratação Por Tempo Determinado	354.658	356.221	315.306	-11,49%	-11,10%
TOTAL	7.932.541	8.772.514	9.135.497	4,14%	15,16%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Os 5 principais elementos de despesa Pessoal e Encargos Sociais representam R\$ 7.932.541mil de um total de R\$ 9.522.845 mil empenhado em 2016. A Despesa Pessoal e Encargos Sociais obteve o maior valor realizado dentro da Categoria de Despesas Correntes.



No comparativo dos três últimos anos, os 5 elementos desse grupo de Despesa obtiveram um crescimento de 15,16% em relação a 2014, e 4,14% em relação a 2015.

Entre os 5 elementos de maior peso nesse grupo de Despesa, os Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil possui o maior volume dos gastos. O referido elemento cresceu apenas 3,13% de 2015 a 2016, porcentagem bem inferior à inflação, demonstrando uma contenção dessas despesas no último ano.

Nos últimos três anos, os elementos Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Militar e Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reformas obtiveram o maior crescimento de Despesa, com respectivamente 24,27% e 22,11%. Entre 2015 e 2016 o aumento foi de, respectivamente, 7,08% e 8,12%.

Com uma redução de 11,49% de seu valor entre 2015 e 2016, apenas o elemento Despesa de Contratação por Tempo Determinado apresentou corte significativo nas despesas entre os demais elementos do Grupo Pessoal e Encargos Sociais.

4.3.3.2. Elementos de Despesa – Outras Despesas Correntes

A Tabela 52 detalha os 10 principais elementos de Despesa de maior valor nos três últimos anos, referentes ao Grupo de Outras Despesas Correntes.

TABELA 52 – PRINCIPAIS ELEMENTOS DE DESPESA DO GRUPO OUTRAS DESPESAS CORRENTES

(R\$ 1.000,00)

Grupo - Outras Despesas Correntes Análise de Elementos de Despesa	Despesa Empenhada			Acréscimo (%)	
	2014	2015	2016	2016/2015	2016/2014
Distribuição Constitucional Ou Legal De Receitas (1)(A)	2.574.568	1.850.773	1.963.601	6,10%	-23,73%
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	1.806.889	1.052.349	1.145.072	8,81%	-36,63%
Locação De Mão-De-Obra	667.603	371.315	429.670	15,72%	-35,64%
Contribuições	501.492	275.815	323.022	17,12%	-35,59%
Outras Despesas De Pessoal Decorrentes De Contratos De Terce	381.793	225.850	272.995	20,87%	-28,50%
Material De Consumo	397.432	212.700	267.120	25,59%	-32,79%
Indenizações E Restituições	227.855	93.767	263.468	180,98%	15,63%
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	227.382	142.071	179.341	26,23%	-21,13%
Material, Bem Ou Serviço Para Distribuição Gratuita (40)(A)	261.034	117.419	133.288	13,52%	-48,94%
TOTAL	7.046.049	4.342.059	4.977.576	14,64%	-29,36%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

No comparativo dos últimos três anos, esses 10 elementos selecionados obtiveram uma redução de 29,36%, porém, entre 2015 e 2016 houve alta de 14,64%.

Praticamente todos os elementos selecionados apresentaram queda em 2016 em comparação a 2014. De forma mais evidente, atribui-se essa redução aos elementos de Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas e Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, com reduções absolutas de, respectivamente, R\$ 610.968 mil e R\$ 661.817 mil.

Entre 2015 e 2016, houve aumento mais acentuado nos elementos de Indenizações e Restituições (180,98%), Material de Consumo (25,59%) e Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (20,87%).

4.3.3.3. Elementos de Despesa – Investimentos

A Tabela 53 detalha os 5 principais elementos de Despesa de maior valor nos últimos três anos, referentes ao grupo de Investimentos.



TABELA 53 – PRINCIPAIS ELEMENTOS DE DESPESA DO GRUPO INVESTIMENTOS

(R\$1000)

Grupo - Investimentos Análise de Elementos de Despesa	Despesa Prevista	Despesa Empenhada	Realização (%)
Obras E Instalações	3.150.700	1.150.855	36,53%
Equipamentos E Material Permanente	641.784	213.127	33,21%
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	345.757	216.641	62,66%
Despesas De Exercícios Anteriores	264.120	230.424	87,24%
Auxílios	199.858	140.642	70,37%
TOTAL	4.602.221	1.951.689	42,41%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Observa-se que a média de realização desses 5 elementos de despesa foi de 42,41%. A execução de R\$ 1.999.845 mil a menos que o previsto no elemento de despesa Obras e Instalações foi significativa para esse resultado. Os demais elementos também reduziram a execução da despesa.

A menor realização foi observada no elemento Equipamento e Material Permanente, que empenhou R\$ 428.658 mil a menos que o previsto, ou seja, apenas 33,21% da dotação inicial.

4.3.3.4. Elementos de Despesa – Amortizações, Juros e Encargos da Dívida

A Tabela 54 detalha os Elementos de Despesa dos últimos três anos, referentes aos grupos de Amortizações e Juros e Encargos da Dívida.

TABELA 54 – ELEMENTOS DE DESPESA DOS GRUPOS AMORTIZAÇÕES E JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS.

(R\$ 1.000,00)

Grupo - Amortizações e Juros e Encargos da Dívida Análise de Elementos de Despesa	Despesa Empenhada			Acréscimo (%)	
	2014	2015	2016	2016/2015	2016/2014
Principal Da Dívida Contratual Resgatado	595.816	689.352	846.777	22,84%	42,12%
Juros Sobre A Dívida Por Contrato	283.327	399.469	426.855	6,86%	50,66%
Outros Encargos Sobre A Dívida Por Contrato	14.336	15.087	19.221	27,40%	34,07%
TOTAL	893.479	1.103.908	1.292.853	17,12%	44,70%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Observa-se na Tabela 54 que os elementos de despesa Amortizações e Juros e Encargos da Dívida estão crescendo em ritmo elevado nos últimos três anos, com aumento de 44,70% entre 2014 e 2016 e 17,12% entre 2015 e 2016.



A Tabela 54 demonstra que o elemento Juros sobre a Dívida por Contrato cresceu 50,66% entre 2014 e 2016, maior crescimento entre os demais elementos, porém, entre 2015 e 2016 o aumento foi de apenas 6,86%.

Houve aumento de 22,84% no pagamento do Principal da Dívida Contratual Resgatado entre 2015 e 2016. O aumento é considerado ainda mais significativo ao observar o acréscimo 42,12% dessa despesa entre 2014 e 2016.

4.3.4. Despesa por Função

A Tabela 55 analisa a execução da Despesa por Função, classificadas conforme a Portaria n° 42/1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e agrupadas de acordo com a área de atuação no exercício de 2016.



TABELA 55 – DESPESAS POR FUNÇÃO EMPENHADAS

(R\$ 1.000,00)

Grupo de Função	Autorizado	Empenhado	Percentual Empenhado	Participação no Total
Legislativa, Judiciária e Essencial à Justiça	2.060.340	2.013.139	97,71%	9,12%
Legislativa	581.892	575.333	98,87%	2,61%
Judiciária	1.063.369	1.041.797	97,97%	4,72%
Essencial à Justiça	415.080	396.010	95,41%	1,79%
Administração Geral	1.111.067	998.575	89,88%	4,52%
Desenvolvimento Social	13.877.131	12.264.797	88,38%	55,53%
Segurança Pública	1.960.456	1.905.974	97,22%	8,63%
Assistência Social	238.457	190.734	79,99%	0,86%
Previdência Social	2.941.535	2.899.381	98,57%	13,13%
Saúde	3.443.655	3.049.362	88,55%	13,81%
Educação	3.121.717	2.879.224	92,23%	13,04%
Cultura	107.357	76.573	71,33%	0,35%
Direitos da Cidadania	614.604	517.494	84,20%	2,34%
Urbanismo	402.145	247.923	61,65%	1,12%
Habitação	69.803	56.372	80,76%	0,26%
Organização Agrária	20.853	10.963	52,57%	0,05%
Saneamento	879.289	385.072	43,79%	1,74%
Desporto e Lazer	77.259	45.724	59,18%	0,21%
Recursos Naturais e Meio Ambiente	362.231	223.296	61,64%	1,01%
Gestão Ambiental	362.231	223.296	61,64%	1,01%
Infraestrutura	2.392.220	1.284.445	53,69%	5,82%
Comunicações	27.415	25.954	94,67%	0,12%
Energia	5.164	4.634	89,74%	0,02%
Transporte	2.359.641	1.253.857	53,14%	5,68%
Desenvolvimento Econômico	1.239.802	599.434	48,35%	2,71%
Trabalho	84.449	62.632	74,17%	0,28%
Ciência e Tecnologia	271.618	50.620	18,64%	0,23%
Agricultura	469.744	354.072	75,38%	1,60%
Indústria	89.198	80.006	89,69%	0,36%
Comércio e Serviços	324.793	52.104	16,04%	0,24%
Subtotal	21.042.792	17.383.686	82,61%	78,71%
Encargos Especiais	4.884.161	4.701.125	96,25%	21,29%
TOTAL GERAL	25.926.953	22.084.811	85,18%	100,00%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Entre os grupos de função que obtiveram menor execução das Despesas previstas para o ano, podem ser destacados os de Desenvolvimento Econômico (48,35%), Infraestrutura (53,69%) e Recursos Naturais e Meio Ambiente (61,64%) .

É importante destacar que o empenho de algumas funções foi bem inferior ao seu valor autorizado no ano, entre essas podemos incluir Comércio e Serviços (16,04%), Ciência e Tecnologia (18,64%), Saneamento (43,79%), Organização Agrária (52,57%), Desporto e Lazer (59,18%) e Gestão Ambiental (61,64%).

Com um empenho de R\$ 1.107.775 mil menor que o previsto, o grupo de função Infraestrutura obteve, em valores absolutos, a menor execução da despesa em relação à previsão, sendo a redução das despesas de Transporte significativa para esse resultado.



O grupo de função Legislativa, Judiciário e Essencial à Justiça obteve o maior nível de empenho em relação ao previsto dentre os demais grupos, com 97,71% de execução da despesa.

A informação das Despesas com maior corte é de grande importância, pois essas se tornam as áreas de atuação mais prejudicadas no ano e que, caso desfavorecidas em 2017, certamente poderão trazer consequências negativas à população.

4.3.5. Despesas de Exercícios Anteriores

A Tabela 56 apresenta a evolução das Despesas de Exercícios Anteriores (DEA), período de 2014 a 2016, onde demonstra um crescimento ano a ano.

TABELA 56 - APLICAÇÃO DE RECURSOS DE DEA POR ITEM DE DESPESA

(R\$ 1,00)

ITENS	ANO						
	2014	% de Participação	2015	% de Participação	2016	% de Participação	Variação
Locação de Mão-de-obra	5.755.750,27	2,84%	15.459.136,91	4,96%	23.006.494,99	4,62%	48,82%
Material de Consumo	8.014.136,39	3,95%	22.322.519,78	7,17%	25.858.475,33	5,19%	15,84%
Obras e Instalações	80.314.565,72	39,58%	112.068.248,10	35,99%	183.338.991,80	36,83%	63,60%
Outros Serviços Pessoa Jurídica	19.083.941,81	9,40%	64.214.071,01	20,62%	119.262.824,21	23,96%	85,73%
Ressarcimento de Desp. de Pessoal Requisitado	28.479.727,76	14,03%	17.182.952,55	5,52%	25.717.368,10	5,17%	49,67%
Vencimento e Vantagens Fixas - Pessoal Civil RPPS	22.028.299,27	10,86%	7.266.988,01	2,33%	956.654,27	0,19%	-86,84%
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização	2.231.579,26	1,10%	8.223.394,37	2,64%	31.808.142,60	6,39%	286,80%
Desp. Diversas	37.018.701,34	18,24%	64.653.783,98	20,76%	87.812.861,28	17,64%	35,82%
TOTAL	202.926.701,82	100,00%	311.391.094,71	100,00%	497.761.812,58	100,00%	59,85%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Nos dois últimos anos (2015 e 2016), pode-se constatar uma variação de 59,85% quando se compara o montante do ano de 2015, R\$ 311.391.094,71, com o valor de R\$ 497.761.812,58 de 2016.

Em 2016, os gastos que apresentaram um maior impacto e variação percentual em relação ao ano anterior foram Obras e Instalações (R\$ 183.338.991,80) com 63,60%, Outros Serviços Pessoa Jurídica (R\$ 119.262.824,21) com 85,73%, Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (R\$ 31.808.142,60) com 286,80%.

A Tabela 57 apresenta as Secretarias que mais empenham DEA, cabendo destacar Secretaria dos Recursos Hídricos (SRH) com R\$ 116.489.439,58, Secretaria da Saúde (SESA)



com R\$ 97.164.352,92, Secretaria da Educação (SEDUC) com R\$ 71.500.046,46 e Secretaria da Infraestrutura (SEINFRA) com R\$ 71.146.055,88.

TABELA 57 - APLICAÇÃO DE RECURSOS DE DEA POR SECRETARIA

(R\$ 1,00)

SECRETARIAS	ANO						
	2014	% de Participação	2015	% de Participação	2016	% de Participação	Variação
SEJUS	12.273.097,52	6,05%	20.853.403,97	6,70%	47.179.027,66	9,48%	126,24%
SAÚDE	29.467.900,73	14,52%	79.805.480,85	25,63%	97.164.352,92	19,52%	21,75%
SEDUC	32.961.437,02	16,24%	27.562.359,81	8,85%	71.500.046,46	14,36%	159,41%
SEINFRA	57.698.703,95	28,43%	37.050.812,89	11,90%	71.146.055,88	14,29%	92,02%
SEPLAG	7.145.082,20	3,52%	26.318.914,50	8,45%	13.703.559,66	2,75%	-47,93%
SRH	13.235.356,99	6,52%	81.944.085,77	26,32%	116.489.439,58	23,40%	42,16%
DIVERSAS SECRETARIAS	50.145.123,41	24,71%	37.856.036,92	12,16%	80.579.330,42	16,19%	112,86%
TOTAL	202.926.701,82	100,00%	311.391.094,71	100,00%	497.761.812,58	100,00%	59,85%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

A Tabela 58 destaca as principais fontes utilizadas para empenho dos DEA, onde predominam a fonte Tesouro com 54,14% e dos Convênios Federais com 22,89%.

TABELA 58 - APLICAÇÃO DE RECURSOS DE DEA POR FONTE

(R\$ 1,00)

FONTE	ANO						
	2014	% de Participação	2015	% de Participação	2016	% de Participação	Variação
TESOURO	122.063.789,41	60,15%	167.655.044,53	53,84%	269.494.198,90	54,14%	60,74%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	53.295.014,10	26,26%	46.314.170,84	14,87%	62.357.627,12	12,53%	34,64%
CONVÊNIOS FEDERAIS	5.880.862,21	2,90%	50.348.856,75	16,17%	113.916.475,68	22,89%	126,25%
SUS	3.658.546,62	1,80%	11.388.904,90	3,66%	29.776.572,40	5,98%	161,45%
DIVERSAS FONTES	21.687.036,10	10,69%	47.073.022,59	15,12%	51.993.510,88	10,45%	10,45%
TOTAL	202.926.701,82	100,00%	311.391.094,71	100,00%	497.761.812,58	100,00%	59,85%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

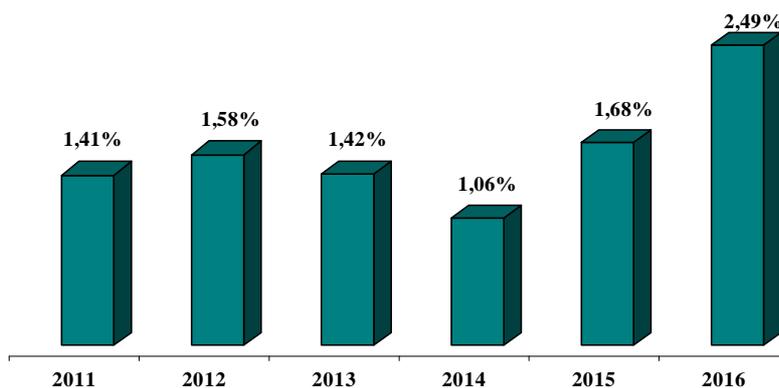
O Indicador do DEA em relação à Despesa Total demonstra a qualidade do planejamento. Como as despesas com DEA são aquelas que ocorrem sem registro e não utilizam o orçamento da época, quanto maior for esse indicador, maior será a fragilidade no controle das despesas orçamentárias, tendo o governo que arcar com despesas que não foram previamente inscritas no orçamento do exercício corrente. A STN apresentou esse indicador em seu



Boletim das Finanças Públicas editado no final de 2016 e calculou, em relação às capitais brasileiras, uma média de 1,82%.

O Gráfico 3 apresenta o indicador do DEA no período de 2011 a 2016, onde se pode verificar uma média de 1,61%.

GRÁFICO 3 - INDICADOR DO DEA EM RELAÇÃO À DESPESA TOTAL



Fonte: S2GPR-SEFAZ

A média do Estado ficou abaixo da média dos municípios, porém, nos últimos anos, o DEA vem crescendo de forma preocupante de modo que chegou em 2016 a um patamar de 2,49%.

4.3.6. Contratos de Gestão

A Tabela 59 apresenta a evolução da aplicação dos recursos dos Contratos de Gestão de 2014 a 2016.

TABELA 59 - APLICAÇÃO DE RECURSOS POR TIPO DE DESPESA

R\$ 1.00

DESPESAS	ANO 2014	% de Participação	ANO 2015	% de Participação	ANO 2016	% de Participação	Varição
PESSOAL	445.805.558,53	67,32%	470.796.539,57	65,95%	522.452.362,96	66,29%	10,97%
CUSTEIO	212.590.011,40	32,10%	224.507.388,48	31,45%	249.140.352,05	31,61%	10,97%
INVESTIMENTOS	3.815.374,47	0,58%	18.614.437,42	2,61%	16.544.071,42	2,10%	-11,12%
TOTAL	662.210.944,40	100,00%	713.918.365,47	100,00%	788.136.786,43	100,00%	10,40%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Pode-se verificar que a despesa predominante é a de pessoal, com um percentual em torno de 66,29%, logo em seguida vem o custeio, com 31,61%, e por último os investimentos com apenas 2,10%. Quando se compara o montante de recursos aplicados em 2016 com 2015,

verifica-se que apresentou uma variação de 10,40%, acima do IPCA (6,29%) de 2016, apesar das medidas de redução de gastos impostas no âmbito do COGERF.

A Tabela 60, apresenta os gastos com Contratos de Gestão por Secretaria onde se pode observar que a Saúde tem predominância, com uma aplicação de 71,29% dos recursos. Esses gastos com saúde estão alocados no Hospital Dr. Waldemar Alcântara (HGWA), 06 Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), Hospital Regional do Cariri (HRC), Hospital Regional do Norte (HRN) e Hospital Regional Sertão Central (HRSC). Logo em seguida, tem-se os contratos com a SEDUC, com 11,12%, para atender demandas de programas de Ensino Médio Integrado e projeto E-Jovem.

TABELA 60 - APLICAÇÃO DE RECURSOS POR SECRETARIA

R\$ 1.00

SECRETARIAS / DESPESAS	ANO 2014	% de Participação	ANO 2015	% de Participação	ANO 2016	% de Participação	Varição
SAÚDE	458.318.439,53	69,21%	501.454.824,22	70,24%	561.855.765,69	71,29%	12,05%
PESSOAL	309.317.789,50	46,71%	339.539.568,92	47,56%	380.288.075,38	48,25%	12,00%
CUSTEIO	147.503.482,48	22,27%	161.915.255,30	22,68%	181.346.878,10	23,01%	12,00%
INVESTIMENTOS	1.497.167,55	0,23%	-	0,00%	220.812,21	0,03%	0,00%
SEDUC	85.300.000,00	12,88%	83.000.000,00	11,63%	87.613.860,46	11,12%	5,56%
PESSOAL	57.757.396,74	8,72%	56.200.046,06	7,87%	59.324.132,45	7,53%	5,56%
CUSTEIO	27.542.603,26	4,16%	26.799.953,94	3,75%	28.289.728,01	3,59%	5,56%
S D A	27.609.005,79	4,17%	42.105.268,86	5,90%	42.716.630,59	5,42%	1,45%
PESSOAL	17.124.627,25	2,59%	15.905.853,12	2,23%	17.871.189,00	2,27%	12,36%
CUSTEIO	8.166.171,62	1,23%	7.584.978,32	1,06%	8.522.182,38	1,08%	12,36%
INVESTIMENTOS	2.318.206,92	0,35%	18.614.437,42	2,61%	16.323.259,21	2,07%	-12,31%
SECULT	22.238.727,75	3,36%	19.614.494,58	2,75%	30.388.333,66	3,86%	54,93%
PESSOAL	15.058.042,46	2,27%	13.281.150,59	1,86%	20.576.213,87	2,61%	54,93%
CUSTEIO	7.180.685,29	1,08%	6.333.343,99	0,89%	9.812.119,79	1,24%	54,93%
STDS	23.564.768,20	3,56%	21.147.275,35	2,96%	19.777.213,79	2,51%	-6,48%
PESSOAL	15.955.916,37	2,41%	14.319.010,23	2,01%	13.391.329,23	1,70%	-6,48%
CUSTEIO	7.608.851,83	1,15%	6.828.265,12	0,96%	6.385.884,56	0,81%	-6,48%
DEMAIS SECRETARIA	45.180.003,13	6,82%	46.596.502,46	6,53%	45.784.982,24	5,81%	-1,74%
PESSOAL	30.591.786,23	4,62%	31.550.910,66	4,42%	31.001.423,02	3,93%	-1,74%
CUSTEIO	14.588.216,90	2,20%	15.045.591,80	2,11%	14.783.559,22	1,88%	-1,74%
INVESTIMENTOS	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	0,00%
TOTAL	662.210.944,40	100,00%	713.918.365,47	100,00%	788.136.786,43	100,00%	10,40%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

A Tabela 61 demonstra a disposição dos recursos por fonte, onde se constata a predominância da fonte Tesouro com 57,24% e, em seguida, a fonte SUS (23,05%) que atende às necessidades da saúde.

TABELA 61 - APLICAÇÃO DE RECURSOS POR FONTE

R\$ 1,00

FONTES	ANO 2014	% de Participação	ANO 2015	% de Participação	ANO 2016	% de Participação	Variação
TESOURO	420.570.477,26	63,51%	359.823.106,67	50,40%	451.128.421,45	57,24%	25,38%
CONVÊNIOS	27.295.554,42	4,12%	40.046.164,92	5,61%	13.110.943,55	1,66%	-67,26%
SUS	127.372.862,04	19,23%	202.216.629,93	28,32%	181.700.387,41	23,05%	-10,15%
DIVERSAS FONTES	86.972.050,68	13,13%	111.832.463,95	15,66%	142.197.034,02	18,04%	27,15%
TOTAL	662.210.944,40	100,00%	713.918.365,47	100,00%	788.136.786,43	100,00%	10,40%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

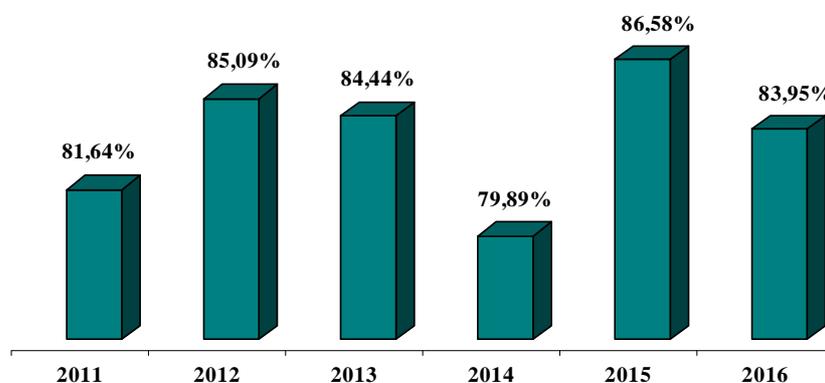
4.3.7. Indicador de Rigidez das Despesas

O indicador de Rigidez das Despesas é calculado utilizando a Despesa de Custeio em relação a Despesa Total. Considerando como Despesas de Custeio os gastos com pessoal, o serviço da dívida (juros, encargos financeiros e amortizações da dívida) e outras despesas correntes, esse indicador tem como objetivo identificar a flexibilidade das despesas de custeio em relação a despesa total. Quanto mais esse indicador se aproximar de 100%, mais preocupante será, pois demonstra um maior comprometimento das despesas com as receitas.

A STN apresentou esse indicador em seu Boletim das Finanças Públicas, editado no final de 2016, e calculou, em relação às capitais brasileiras, uma média de 92%.

O Gráfico 4 apresenta o indicador de rigidez das despesas do Estado do Ceará do período de 2011 a 2016.

GRÁFICO 4 - INDICADOR DE RIGIDEZ DAS DEPESAS



Fonte: S2GPR-SEFAZ



Utilizando a mesma metodologia, calculando para o período de 2011 a 2016 no Estado do Ceará, verificou-se que sua média é de 84% e no último ano o indicador apresentou um resultado de 83,95%.



5. GESTÃO FISCAL

O objetivo deste capítulo é apresentar os resultados dos exames realizados nos demonstrativos integrantes do Relatório de Gestão Fiscal e do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e respectivos anexos, do período de janeiro a dezembro de 2016, com vistas a verificar a conformidade com os padrões estabelecidos pela Portaria nº. 553, de 22 de setembro de 2014, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que aprovou a 6ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais.

5.1. Relatório Resumido da Execução Orçamentária e do Relatório de Gestão Fiscal

O art. 52 da LRF determina que o Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público, sendo publicado pelo Poder Executivo até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, conforme determina a Constituição Federal, em seu § 3º do art. 165, sendo composto de duas peças básicas e de alguns demonstrativos de suporte. As peças básicas são: o Balanço Orçamentário, cuja função é especificar, por categoria econômica, as receitas e as despesas, e o Demonstrativo de Execução das Receitas (por categoria econômica e fonte) e das despesas (por categoria econômica, grupo de natureza, função e subfunção).

O art. 54 da LRF define que, ao final de cada quadrimestre, será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no seu art. 20, o Relatório de Gestão Fiscal - RGF, abrangendo todas as variáveis imprescindíveis à consecução das metas fiscais e à observância dos limites fixados para as despesas e dívida. O § 2º do art. 55 estabelece que o relatório será publicado até 30 (trinta) dias após o encerramento do período a que corresponder, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.

A SEFAZ publicou dados dos demonstrativos do RREO e RGF no Diário Oficial do Estado - DOE do dia 30 de janeiro de 2017. As análises realizadas neste capítulo baseiam-se em dados dos sistemas corporativos que têm números mais atualizados e que deverão constar em republicação dos citados relatórios fiscais.



5.2. Despesas com Saúde

O art. 198 da Constituição Federal, § 2º, alterado pela Emenda Constitucional n.º 29, de 13/9/2000, estabelece que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados, no caso dos Estados e do Distrito Federal, sobre o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, e os incisos I e II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios.

O § 3º do art. 198 determinou qual Lei Complementar estabeleceria os percentuais a serem aplicados e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com a área da Saúde. Nesse sentido, foi publicada a Lei Complementar n.º 141, de 13 de janeiro de 2012.

O art. 6º da Lei Complementar n.º 141/2012 estabelece que os Estados e o Distrito Federal aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 12% (doze por cento) da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam o art. 157, a alínea “a” do inciso I e o inciso II do caput do art. 159, todos da Constituição Federal, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios.

A Tabela 62 apresenta os dados sobre as despesas com saúde em 2016:



TABELA 62 – DESPESAS COM SAÚDE/RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS

(R\$ 1,00)		
ESPECIFICAÇÃO	ANO 2016	%
I. RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS (RLIT)	16.266.218.230	100,00%
(+) Impostos	12.573.536.366	77,30%
(+) Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos dos Impostos	85.101.450	0,52%
(+) Dívida Ativa dos Impostos	38.503.421	0,24%
(+) Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa dos Impostos	14.493.249	0,09%
(+) Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	6.399.574.023	39,34%
(-) Transferências a Municípios	(2.844.990.279)	-17,49%
II. DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE (II=II.1 + II.2)	2.261.011.631	100,00%
II.1 Despesas Total por Subfunção	2.938.095.483	129,95%
. Atenção Básica	45.209.813	2,00%
. Assistência Hospitalar e Ambiental	1.878.841.452	83,10%
. Suporte Profilático e Terapêutico	119.119.584	5,27%
. Vigilância Sanitária	24.080.531	1,07%
. Vigilância Epidemiológica	28.438.915	1,26%
. Outras Subfunções	842.405.189	37,26%
II.2 (-) Despesas Custeadas com Outros Recursos Destinados à Saúde	(677.083.852)	-29,95%
. Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	(646.089.719)	-28,58%
. Recursos de Operações de Crédito	(23.998.759)	-1,06%
. Outros Recursos	(6.995.374)	-0,31%
II.3 (-) Despesas c/ Assistência à Saúde que não atende ao princípio de acesso universal	(125.038)	-0,01%
III. Restos a Pagar de Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde (cancelados em 2016)	0	0,00%
IV. % DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE SOBRE A RLIT	13,90%	
. Percentual Mínimo a Aplicar	12,00%	
. Percentual Aplicado Além do Mínimo	1,90%	
V. VALOR APLICADO ALÉM DO MÍNIMO	309.065.443	

Fonte: S2GPR-SEFAZ

De acordo com o demonstrativo acima, o Estado aplicou 13,90% da RLIT em despesas próprias de saúde, atendendo ao limite mínimo de 12% estabelecido na supracitada legislação, ultrapassando o percentual em 1,90%, o que equivale a um valor de R\$ 309.065.443.

O Gráfico 05 e a Tabela 63 mostram os percentuais aplicados da RLIT em despesas próprias de saúde nos últimos seis anos, evidenciando que o Estado vem cumprindo rigorosamente o limite mínimo de 12%, previsto na legislação.

TABELA 63 - DESPESAS COM SAÚDE DO PERÍODO DE 2011 A 2016

(Em R\$ 1.00)

Despesas com Saúde	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Despesas com Saúde	1.600.158.098	1.541.149.530	1.795.135.998	2.239.936.033	2.053.017.589	2.261.011.631
Receita Líquida de Impostos e Transferências - RLIT - Saúde	9.163.686.990	11.242.657.404	12.527.320.087	13.638.612.301	14.403.056.710	16.266.218.230
% Despesas com Saúde	17,46%	13,71%	14,33%	16,42%	14,25%	13,90%
Limite Constitucional	12,00%	12,00%	12,00%	12,00%	12,00%	12,00%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

GRÁFICO 5 - PERCENTUAIS ANUAIS DE DESPESAS APLICADAS COM SAÚDE



Fonte: S2GPR-SEFAZ

5.3. Despesas com Educação

5.3.1. Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Os artigos 212, da Constituição Federal, e 216, da Constituição Estadual, determinam que o Estado deva aplicar, no mínimo, 25% da Receita resultante de Impostos e Transferências na manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

De acordo com o demonstrativo a seguir, o Estado aplicou 26,65% da RLIT em despesas próprias com educação, superando em 1,65% o limite mínimo estabelecido nas Constituições Federal e Estadual.

A Tabela 64 mostra dados sobre as Despesas com Educação em 2016.



TABELA 64 – DESPESAS COM EDUCAÇÃO

(R\$ 1,00)

RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS	
01. RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS	19.111.209.414,73
Receita de Impostos	12.711.634.485,61
Receita de Transferências Constitucionais e Legais	6.399.574.929,12
02. DEDUÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS	-2.844.990.279,24
Receitas Transferidas aos Municípios	-2.844.990.279,24
03. RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS (1 - 2)	16.266.219.135,49
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	
04. EDUCAÇÃO INFANTIL	2.068.833,08
05. ENSINO FUNDAMENTAL	135.959.929,58
06. ENSINO MÉDIO	1.705.703.800,15
07. ENSINO SUPERIOR	61.427.990,46
08. ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	108.066.276,32
09. OUTRAS SUBFUNÇÕES	875.792.328,65
10. DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DO LIMITE CONSTITUCIONAL	(1.446.655.364,18)
11. TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (4+5+6+7+8+9-10)	4.335.674.522,42
12. MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULT. DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (12 / 3)	26,65%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Verifica-se, conforme exposto na Tabela 65 e no Gráfico 6, o Estado vem cumprindo anualmente o percentual mínimo de aplicação em despesas com educação.

TABELA 65 - DESPESAS COM EDUCAÇÃO DE 2011 A 2016

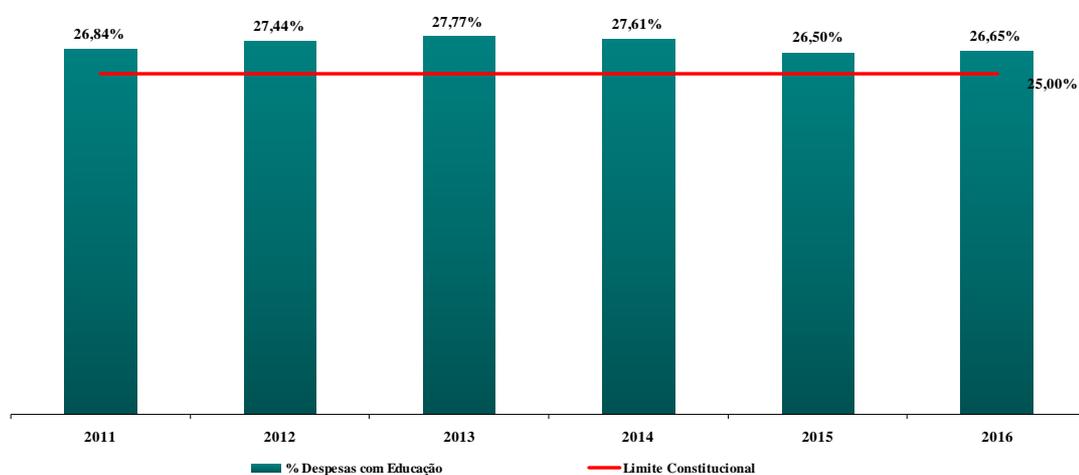
(Em R\$ 1,00)

Despesas com Educação	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Despesas com Educação	2.766.203.000	3.084.718.008	3.479.087.841	3.765.223.631	3.816.777.302	4.335.674.522
Receita Líquida de Impostos e Transferências - RLIT - Educação	10.306.733.000	11.242.657.588	12.527.206.633	13.638.612.595	14.403.056.728	16.266.219.135
% Despesas com Educação	26,84%	27,44%	27,77%	27,61%	26,50%	26,65%
Limite Constitucional	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%

Fonte: S2GPR-SEFAZ



GRÁFICO 6 - PERCENTUAIS ANUAIS DE DESPESAS APLICADAS COM EDUCAÇÃO



Fonte: S2GPR-SEFAZ

A Tabela 66 demonstra os recursos que são utilizados para despesas com ações típicas de manutenção e desenvolvimento do ensino, onde se pode observar que destacam-se os gastos aplicados em Ensino Médio (59,04%), no Ensino Fundamental (4,71%) e no Ensino Profissional não integrado ao Ensino Regular (3,74%).

TABELA 66 - DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ENSINO

(R\$ 1,00)

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		(%)
04. EDUCAÇÃO INFANTIL	2.068.833,08	0,07%
05. ENSINO FUNDAMENTAL	135.959.929,58	4,71%
06. ENSINO MÉDIO	1.705.703.800,15	59,04%
07. ENSINO SUPERIOR	61.427.990,46	2,13%
08. ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	108.066.276,32	3,74%
09. OUTRAS SUBFUNÇÕES	875.792.328,65	30,31%
11. TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (4+5+6+7+8+9)	2.889.019.158,24	100,00%

Fonte: S2GPR-SEFAZ



5.3.2. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB

O art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 53/2006, estabelece que até o 14º (décimo quarto) ano a partir da promulgação da citada Emenda Constitucional, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos, a que se refere o caput do art. 212 da Constituição Federal, à manutenção e desenvolvimento da educação básica e à remuneração condigna dos trabalhadores da educação.

O art. 1º da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, instituiu, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de natureza contábil, nos termos do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

O inciso XII do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias define que uma proporção, não inferior a sessenta por cento (60%) dos recursos do FUNDEB, será destinada ao pagamento dos professores do ensino fundamental em efetivo exercício no magistério.

Em consonância com a Constituição Federal, o art. 22 da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, estabelece que pelo menos sessenta por cento (60%) dos recursos anuais totais dos Fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública.

O Governo do Estado do Ceará estabeleceu um percentual diferenciado por meio da Lei Estadual nº 15.064/2011, conforme artigo 3º transcrito a seguir:

Art. 3º Quando necessário, lei estadual disciplinará a utilização dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB, para garantia do cumprimento dos percentuais a serem comprometidos com pagamento do magistério estadual, conforme especificado abaixo:

I - 77% (setenta e sete por cento) para execução do ano de 2012;

II - 80% (oitenta por cento) para execução dos anos de 2013 e 2014;

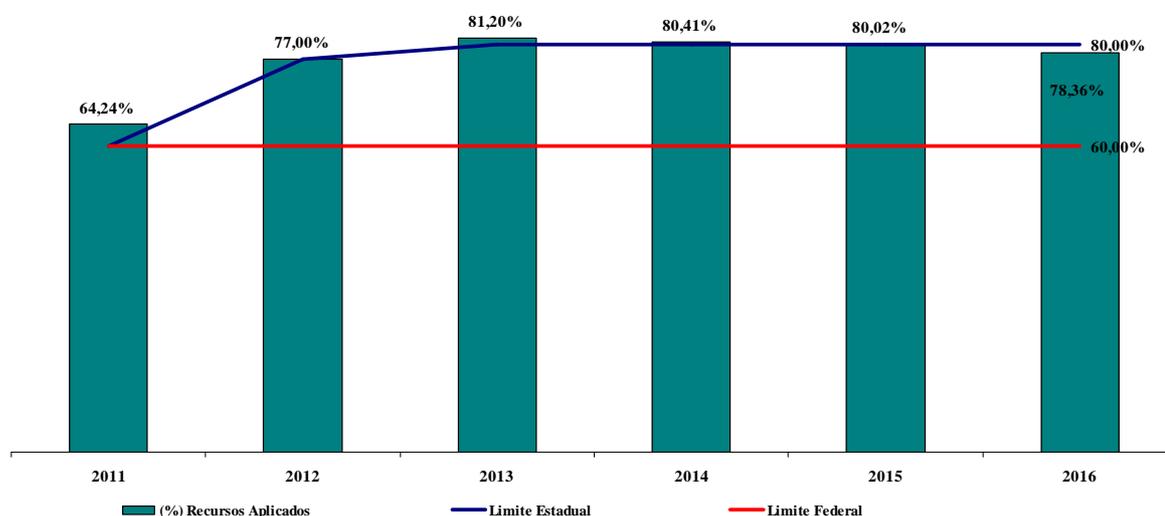
II - 80% (oitenta por cento) para execução até o ano de 2020.

(Nova redação dada pela Lei n.º 15.576, de 07 de abril de 2014).

No Gráfico 7 estão apresentados os percentuais dos recursos do FUNDEB aplicados com despesa de pessoal do magistério, que em 2016 atendeu apenas a legislação federal.



GRÁFICO 7 - PERCENTUAIS ANUAIS DE RECURSOS DO FUNDEB APLICADOS COM DESPESA DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO



Fonte: S2GPR-SEFAZ

A Tabela 67 apresenta os montantes pertinentes a essas informações do FUNDEB no exercício de 2016.

TABELA 67 - DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS DO FUNDEB DO ANO DE 2016

(R\$ 1,00)	
RECEITAS DO FUNDEB	
1. RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB PELO ESTADO	2.971.184.016,68
2. RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.505.451.998,32
2.1 Transferências de Recursos do FUNDEB	1.088.664.329,03
2.2 Complementação da União do FUNDEB	401.635.413,46
2.3 Receita de Aplicação Financeira de Recursos do FUNDEB	15.152.255,83
3. RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (2.1-1)	(1.882.519.687,65)
4. PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.207.950.579,59
Com Ensino Fundamental	100.000.000,00
Com Ensino Médio	786.581.927,16
Outras (Adm, Geral e EJA)	321.368.652,43
5. OUTRAS DESPESAS	351.929.265,03
Com Ensino Fundamental	1.061.725,12
Com Ensino Médio	328.148.574,49
Outras (Adm, Geral, EJA, Educ Especial e Ensino Profissional)	22.718.965,42
6. RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS E DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	28.229.142,57
7. TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (4+5-6)	1.531.650.702,05
8. NA LEGISLAÇÃO FEDERAL O MÍNIMO DE 60% E NA LEGISLAÇÃO ESTADUAL O MÍNIMO É 80% DO FUNDEB APLICADO NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO ((4-6)/2)	78,36%

Fonte: S2GPR-SEFAZ



De acordo com a Tabela 67, a Receita Total do FUNDEB foi de R\$ 1.505.451.998,32, enquanto as despesas com pagamento dos profissionais do magistério, com recursos do Fundo, foram de R\$ 1.207.950.579,59 mais R\$ 28.229.142,57 de restos a pagar com essa rubrica. Comparando-se esses valores, encontra-se o percentual de 78,36% de comprometimento dos recursos do FUNDEB com Despesas de Pessoal, superando em 18,36% o percentual mínimo exigido na Lei Federal, mas não atendeu ao limite da Lei Estadual de 80%, faltando apenas 1,64%.

5.4. Receita Corrente Líquida

Na Lei de Responsabilidade Fiscal, no seu art. 2º, inciso IV, conceitua a Receita Corrente Líquida (RCL) como o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes deduzidas das decorrentes de transferências constitucionais e legais, contribuições para o sistema de previdência dos servidores, receita recebida de compensação entre regimes de previdência e valores pagos ao FUNDEB.

A Tabela 68 apresenta a evolução do montante do RCL de 2011 a 2016. A RCL do ano de 2016 foi de R\$ 17.831.937.422, demonstrando um incremento de 17,50% em relação ao ano anterior, que foi de R\$ 15.176.440.113.

TABELA 68 - EVOLUÇÃO DA RCL DE 2011 A 2016

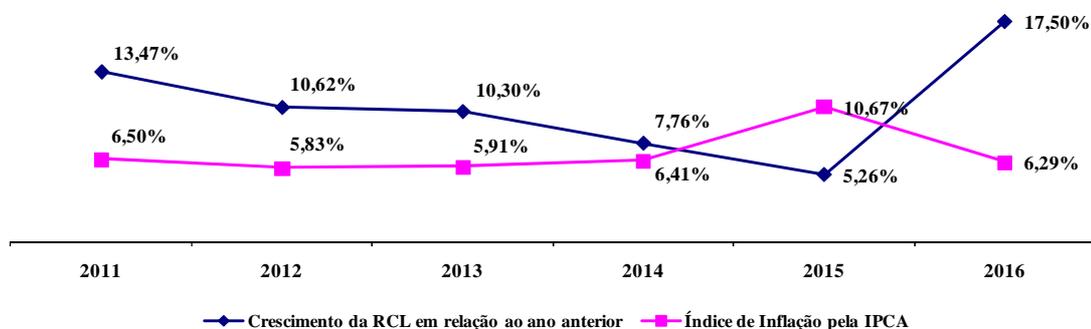
ITEM	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Receita Corrente Líquida - RCL	10.966.435.337	12.130.620.626	13.379.882.290	14.418.477.504	15.176.440.113	17.831.937.422
Variação Acumulada	100%	111%	122%	131%	138%	163%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Embora a tabela anterior mostre que a RCL vem experimentando crescimentos nominais nos últimos anos, o Gráfico 8 apresenta o comportamento da variação ano a ano da RCL do Estado do Ceará comparativamente com a inflação medida pelo IPCA no período de 2011 a 2016. Apenas o ano de 2015 a RCL obteve um crescimento em inferior a inflação. No ano de 2016 voltou ao patamar de anos anteriores com variação de 17,50% em relação ao ano anterior contra uma inflação de 6,29%, revelando assim um ano de ganho real de 10,55%.



GRÁFICO 8 - EVOLUÇÃO DA RCL E ÍNDICES DE INFLAÇÃO IPCA DE 2011 A 2016



Fonte: S2GPR-SEFAZ

Apesar da situação se apresentar favorável para o Estado, o cenário econômico e financeiro do país ainda não está estável, isso exige que o Governo continue sendo rigoroso no planejamento da gestão dos recursos, reduzindo os riscos e mantendo a situação fiscal favorável do Estado com o cumprimento dos indicadores fiscais.

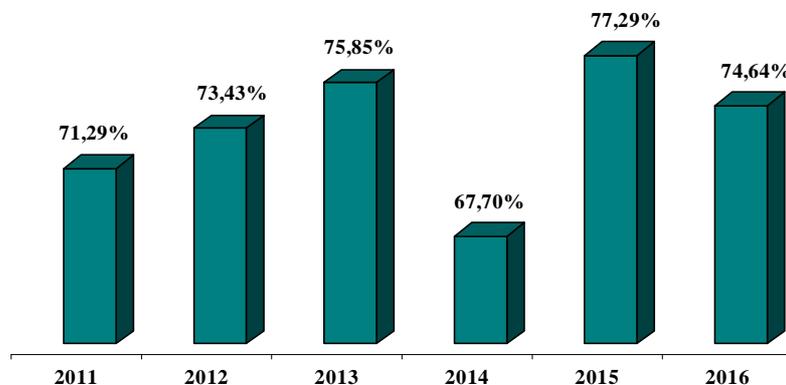
5.4.1. Indicador de Independência Fiscal

O indicador de Independência Fiscal é calculado utilizando a Receita Tributária em relação a RCL. O objetivo desse indicador é verificar o grau de autonomia da receita própria do Estado para financiamento de suas despesas. Quanto mais próximo de 100%, melhor para o Estado.

O Gráfico 9 demonstra que do período de 2011 a 2016 o Estado vem apresentado indicadores acima de 70%, com exceção de 2014. Em 2016 o indicador apresentou uma autonomia fiscal de 74,64%.



GRÁFICO 9 - INDICADOR DE INDEPENDÊNCIA FISCAL



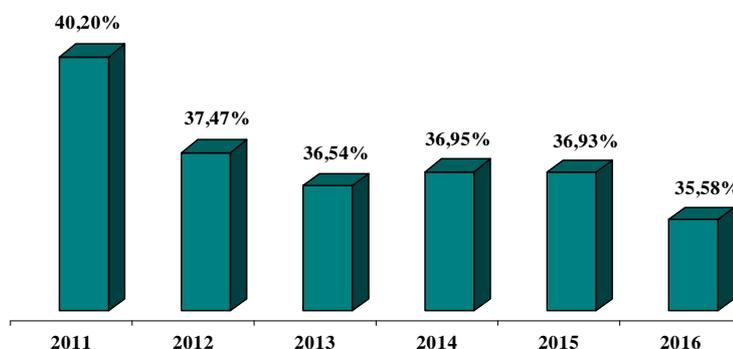
Fonte: S2GPR-SEFAZ

5.4.1. Indicador de Dependência Fiscal

O indicador de Dependência Fiscal é calculado utilizando a Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados (FPE) em relação a RCL. O objetivo desse indicador é verificar o grau de dependência da Receita com Transferência Corrente referente ao FPE para financiamento de suas despesas.

O Gráfico 10 demonstra que do período de 2011 a 2016 o indicador vem demonstrando redução dessa dependência passando de 40,20% em 2011 para 35,58% em 2016.

GRÁFICO 10 - INDICADOR DE DEPENDÊNCIA FISCAL



Fonte: S2GPR-SEFAZ

5.5. Despesas com Pessoal

A Lei de Responsabilidade Fiscal, no seu art. 19, limita a despesa total com pessoal do Estado em 60% da Receita Corrente Líquida, e, no art. 20, faz a repartição desse limite global com os Poderes Executivo (48,6%), Judiciário (6%) e Legislativo (3,4%), incluídos nesse os Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios, além do Ministério Público (2%).

A análise comparativa dessas despesas, em relação ao exercício de 2016, foi feita sempre considerando o percentual sobre a Receita Corrente Líquida.

A Tabela 69 expõe as despesas com pessoal para os Poderes do Estado e o Ministério Público, nos exercícios de 2015 e 2016, e os percentuais desses gastos em relação à RCL.

TABELA 69 - DESPESAS COM PESSOAL

(R\$ 1.00)

Poderes	Despesas (R\$)	Percentual s/ RCL		Limite Prudencial ⁽¹⁾	Limite Máximo
	2016	2016	2015		
Executivo	7.254.728.643	40,68%	45,93%	46,17%	48,60%
Legislativo	396.729.352	2,22%	2,48%	3,23%	3,40%
Judiciário	929.366.195	5,21%	5,69%	5,70%	6,00%
Min. Público	295.922.129	1,66%	1,90%	1,90%	2,00%
Totais	8.876.746.320	49,78%	56,00%	57,00%	60,00%
RCL	17.831.937.422				

Fonte: S2GPR-SEFAZ

(1) Limite Prudencial = 95% do Limite Máximo

(2) Inclui Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios

Pela análise da Tabela 69, observa-se que, em 2015 e 2016, o gasto total com pessoal do Estado atingiu 49,78% da RCL, ficando abaixo dos limites legal e prudencial. Individualmente, os gastos de todos Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e do Ministério Público ficaram também abaixo dos limites legal e prudencial.

Comparando-se com o resultado de 2015, tem-se que o percentual de Despesa com Pessoal do Estado apresentou uma redução de 6,22%, com o percentual sobre a RCL passando de 56,00% para 49,78%. Especificamente em relação ao Poder Executivo, ocorreu uma redução do gasto em 5,25%, passando de 45,93%, em 2015, para 40,68%, em 2016. A Tabela 70 e o Gráfico 20 mostram o comportamento das despesas com pessoal do Poder Executivo no período 2011 a 2016 e sua relação com a RCL.



TABELA 70 - DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO DE 2011 A 2016

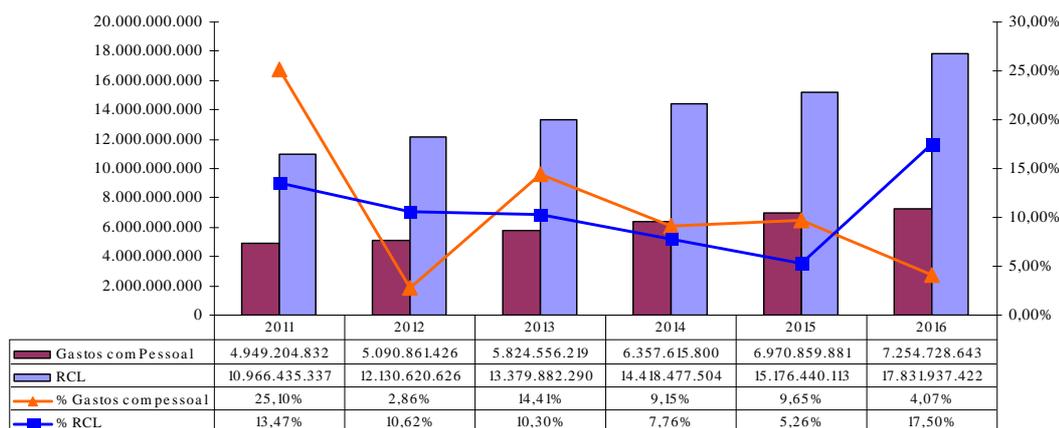
(R\$ 1,00)

Despesa com Pessoal - Poder Executivo	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Despesa com Pessoal	4.949.204.832	5.090.862.447	5.824.556.219	6.357.615.800	6.970.859.881	7.254.728.643
% Despesa com Pessoal	40,94%	46,42%	48,02%	47,52%	45,93%	40,68%
Limite de Alerta	43,74%	43,74%	43,74%	43,74%	43,74%	43,74%
Limite Prudencial	46,17%	46,17%	46,17%	46,17%	46,17%	46,17%
Limite Fiscal Máximo	48,60%	48,60%	48,60%	48,60%	48,60%	48,60%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Com base no Gráfico 11, verificou-se que a Despesa com Pessoal Ativo do Poder Executivo estava crescendo numa proporção maior que a Receita Corrente Líquida, principalmente nos anos 2013, 2014 e 2015, porém no ano de 2016 teve um crescimento de apenas 4,07% contra um crescimento da RCL de 17,50%. Isso ocorreu devido o governo ter reajustado o salário pela inflação apenas dos servidores que recebem o salário mínimo e para alguns servidores o reajuste foi com base no seu crescimento vegetativo, ou seja, decorrente da progressão na carreira.

GRÁFICO 11 - DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO X RCL



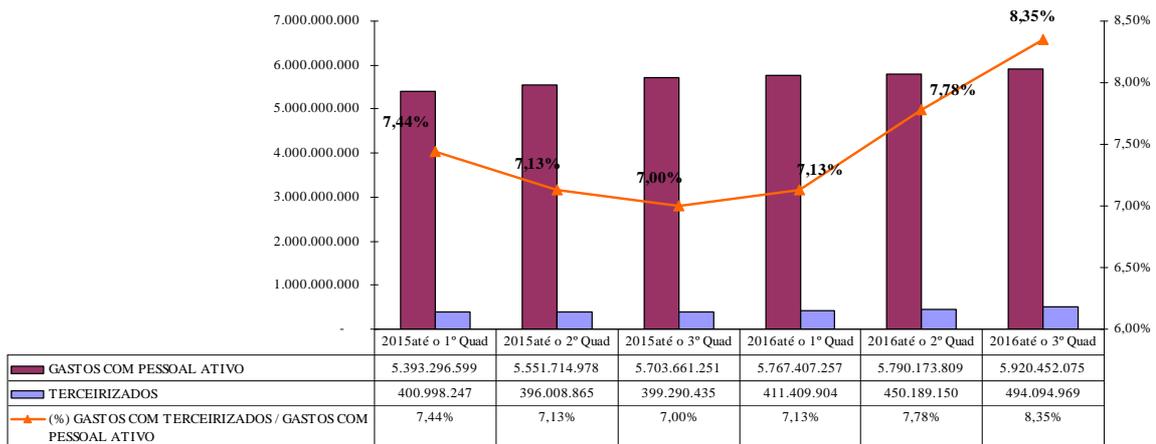
Fonte: S2GPR-SEFAZ

Comparando as despesas com pessoal terceirizado em relação às despesas totais com pessoal ativo, nos últimos dois anos, verifica-se que, a partir do 1º quadrimestre de 2015, as



despesas com terceirização apresentaram um patamar médio de 7% e apenas no último quadrimestre (3º. Quad/2016) apresentou uma elevação, chegando a 8,47%, conforme Gráfico 12.

GRÁFICO 12 - PERCENTUAIS QUADRIMESTRAIS DAS DESPESAS COM TERCEIRIZAÇÃO



Fonte: S2GPR-SEFAZ

Na Tabela 71 serão apresentadas as principais secretarias que utilizam mão-de-obra terceirizada substituindo servidor.

TABELA 71 - DESPESAS COM TERCEIRIZAÇÃO SUBSTITUINDO SERVIDOR POR SECRETARIA

SECRETARIAS	ANO 2014	(%) DO TOTAL	ANO 2015	(%) DO TOTAL	ANO 2016	(%) DO TOTAL	VARIÇÃO
SAÚDE	288.594.605,72	77,66%	310.846.199,35	77,85%	398.586.882,95	80,67%	28,23%
SEDUC	54.616.278,28	14,70%	58.910.451,37	14,75%	63.504.736,92	12,85%	7,80%
SECITECE	12.735.838,50	3,43%	14.762.864,65	3,70%	16.750.289,31	3,39%	13,46%
SEFAZ	8.879.011,29	2,39%	9.131.837,21	2,29%	9.659.426,05	1,95%	5,78%
DEMAIS SECRETARIAS	6.794.450,08	1,83%	5.639.082,77	1,41%	5.593.633,90	1,13%	-0,81%
TOTAL	371.620.183,87	100,00%	399.290.435,35	100,00%	494.094.969,13	100,00%	23,74%

Fonte: S2GPR - SEFAZ

A secretaria da Saúde se destaca devido à contratação de profissionais de saúde por meio de cooperativas (médicos, enfermeiros e auxiliares) e, em seguida, a SEDUC com a contratação de professores temporários.



5.6. Dívida Consolidada Líquida, Operações de Crédito, Serviços da Dívida e Garantias

No que concerne aos limites para a Dívida Consolidada Líquida - DCL, as Operações de Crédito contratadas, o Serviço da Dívida e as Garantias e Contragarantias em relação à Receita Corrente Líquida, as Resoluções n^{os} 40/2001 e 43/2001 do Senado Federal determinam a observância dos seguintes limites para Estados e Municípios:

- Dívida Consolidada Líquida não pode exceder a duas vezes a RCL (Resolução n.º 40/2001, art. 3.º, inciso I);
- O montante global das Operações de Crédito, realizadas em um exercício financeiro, não pode ser superior a 16% da RCL (Resolução n.º 43/2001, art. 7.º, inciso I);
- O comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativos a valores a desembolsar de operações de créditos já contratadas e a contratar, não poderá exceder a 11,5% da RCL (Resolução n.º 43/2001, art. 7.º, inciso II)
- O saldo global das Garantias Concedidas não pode exceder a 22% da RCL (Resolução n.º 43/2001, art. 9.º).

A Tabela 72 apresenta os valores alcançados pelo Estado, em relação a esses limites legais, além das variações no Ativo Disponível e Dívida Consolidada Bruta, nos exercícios de 2015 e 2016:

TABELA 72 - COMPARAÇÃO DOS VALORES ALCANÇADOS PELO ESTADO EM RELAÇÃO ÀS LIMITAÇÕES LEGAIS

ITEM	VALOR		VARIÇÃO 2015/2016	% S/RCL		(%) LIMITE MÁXIMO
	2015	2016		2015	2016	
Disponível (*)	1.743.229.377	2.743.475.897	57,38%	12,09%	15,39%	-
Dívida Consolidada	11.113.041.943	10.518.535.190	-5,35%	77,08%	58,99%	-
Dívida Consolidada Líquida	9.369.812.566	7.775.059.293	-17,02%	64,98%	43,60%	200,00%
Operações de Crédito	1.539.756.897	1.109.696.044	-27,93%	10,68%	6,22%	16,00%
Serviço da Dívida	1.111.791.292	1.292.853.379	16,29%	7,71%	7,25%	11,50%
Garantias e Contragarantias	940.560.197	814.720.722	-13,38%	6,52%	4,57%	22,00%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

(*) Disponibilidade Bruta - Restos a Pagar

Analisando a Tabela 72, observa-se que os percentuais obtidos pelo Estado para a Dívida Consolidada Líquida, Operações de Crédito, Serviço da Dívida e Garantias e Contragarantias, em relação à RCL, obedecem aos limites fixados nas Resoluções n^{os} 40/2001 e 43/2001 do Senado Federal.

5.6.1. Dívida Consolidada Líquida

O valor total da DCL, em 2016, R\$ 7.775.059.293,02, foi menor que o valor em 2015, R\$ 9.369.812.566, perfazendo uma redução de 17,02%. Já o Serviço da Dívida apresentou um incremento de 16,29%, passando de R\$ 1.111.791.292 em 2015 para R\$ 1.292.853.379 em 2016. Esse crescimento do serviço da dívida em parte pode ser explicado pelo aumento de amortização do principal, que passou de R\$ 693.760.021 em 2015 para R\$ 846.777.052 em 2016, um incremento de 22,23%, que contribuiu para a redução da DCL.

Quanto ao comportamento da taxa de juros (TJLP) e da variação do dólar, verificou-se que a taxa de juros na Dívida Contratual interna, que passou de um percentual médio de 7,00% para 7,50%, segundo informações do BNDES, ocorreu devido à elevação da meta da inflação em 2016 e a inclusão de um prêmio de risco. Já a Dívida Contratual externa, teve uma variação negativa, em torno de 17,69% do dólar americano, que passou de uma cotação do início de ano de US\$ 3,948 para US\$ 3,25 no final do ano, conforme informação do site do Banco Central.

Pode-se também perceber que a DCL está distante do limite fiscal de 200%, conforme a Tabela 73 e o Gráfico 13.

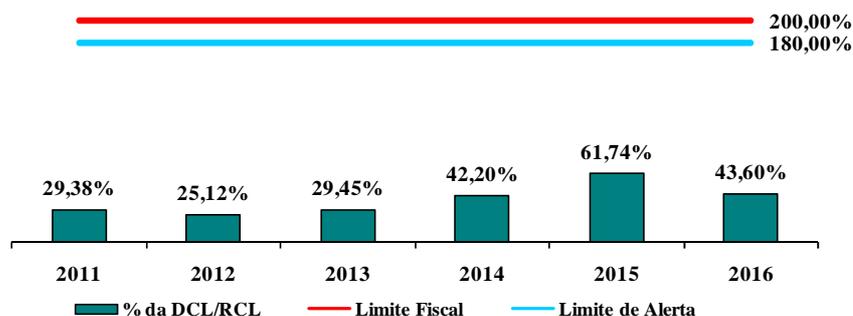
TABELA 73 - EVOLUÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA DE 2011 A 2016

	(R\$ 1,00)					
Dívida Cons. Líquida - DCL	2011	2012	2013	2014	2015	2016
DCL	3.221.715.419	3.360.363.106	3.940.902.395	6.084.983.357	9.369.812.566	7.775.059.293
% da DCL/RCL	29,38%	25,12%	29,45%	42,20%	61,74%	43,60%
Limite Fiscal	200,00%	200,00%	200,00%	200,00%	200,00%	200,00%
Limite de Alerta	180,00%	180,00%	180,00%	180,00%	180,00%	180,00%

Fonte: S2GPR-SEFAZ



GRÁFICO 13 - EVOLUÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA DE 2011 A 2016



Fonte: S2GPR-SEFAZ

5.6.2. Operações de Crédito

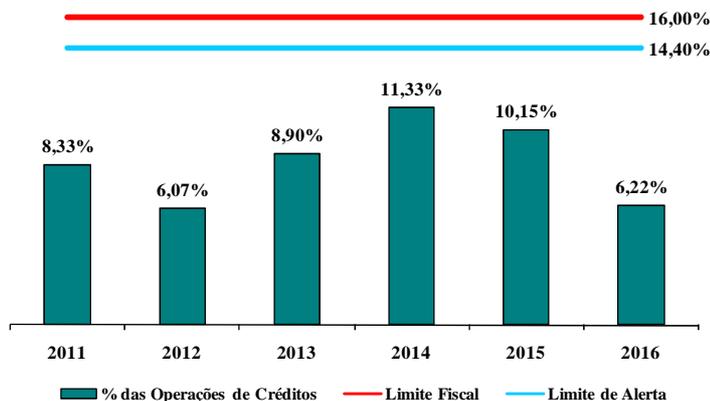
O volume anual das operações de crédito, nos últimos seis anos, manteve-se bem abaixo do limite máximo de 16%, estabelecido pela LRF, conforme demonstrado na Tabela 74 e no Gráfico 14.

TABELA 74 - EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE 2011 A 2016

Operações de Créditos	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Total das Operações de Créditos Internas e Externas	913.072.697	811.527.194	1.190.525.229	1.633.746.799	1.539.756.897	1.109.696.044
% das Operações de Créditos	8,33%	6,07%	8,90%	11,33%	10,15%	6,22%
Limite Fiscal	16,00%	16,00%	16,00%	16,00%	16,00%	16,00%
Limite de Alerta	14,40%	14,40%	14,40%	14,40%	14,40%	14,40%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

GRÁFICO 14 - EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE 2011 A 2016



Fonte: S2GPR-SEFAZ



5.6.3. Serviços da Dívida

O montante anual do serviço da dívida (amortizações mais juros), nos últimos seis anos, manteve-se abaixo do limite máximo de 11,5% da RCL, estabelecido pela Resolução do Senado nº43/2001, conforme Tabela 75 e Gráfico 15.

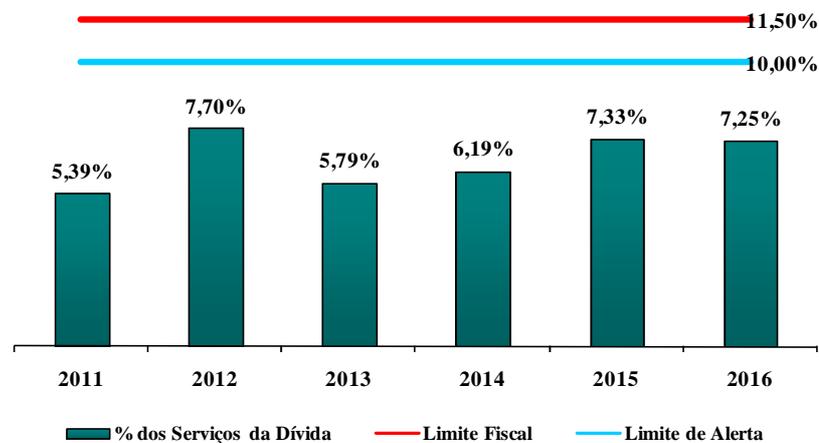
TABELA 75 - EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA

(RS 1,00)

Serviço da Dívida	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Total do Serviço da Dívida	591.081.499	934.139.717	774.153.506	892.435.240	1.111.791.292	1.292.853.379
% dos Serviços da Dívida	5,39%	7,70%	5,79%	6,19%	7,33%	7,25%
Limite Fiscal	11,50%	11,50%	11,50%	11,50%	11,50%	11,50%
Limite de Alerta	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

GRÁFICO 15 - EVOLUÇÃO DOS PERCENTUAIS DO SERVIÇO DA DÍVIDA



5.6.4. Garantias e Contragarantias

As Garantias e Contragarantias, nos últimos seis anos, obedeceram ao limite de 22% da RCL, conforme demonstrado na Tabela 76 e no Gráfico 16.



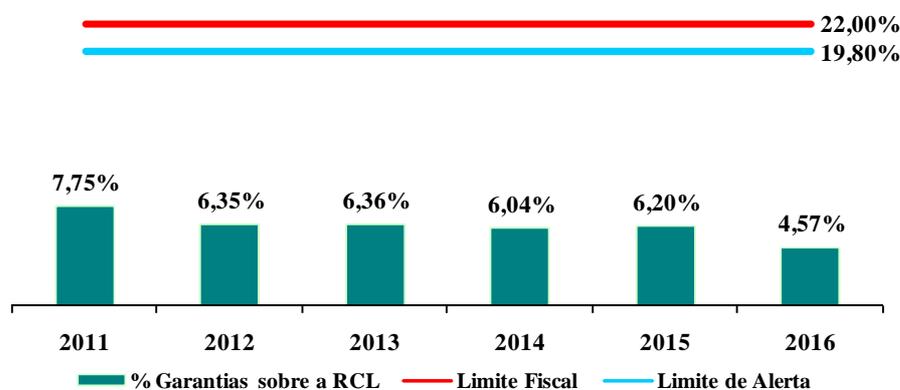
TABELA 76 - EVOLUÇÃO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS

(R\$ 1,00)

Garantias e Contragarantias	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Total das Garantias e Contragarantias	849.512.623	850.047.773	851.191.449	870.955.093	940.560.197	814.720.722
% Garantias sobre a RCL	7,75%	6,35%	6,36%	6,04%	6,20%	4,57%
Limite Fiscal	22,00%	22,00%	22,00%	22,00%	22,00%	22,00%
Limite de Alerta	19,80%	19,80%	19,80%	19,80%	19,80%	19,80%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

GRÁFICO 16 - EVOLUÇÃO DOS PERCENTUAIS DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS



Fonte: S2GPR-SEFAZ

5.7. Receitas de Operações de Crédito em Relação às Despesas de Capital

O art. 167, Inciso III, da Constituição Federal, veda a realização de Operações de Créditos que excedam o montante das Despesas de Capital, ressalvadas, as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.

Ao impedir que o montante das Operações de Crédito em um exercício financeiro exceda o montante das Despesas de Capital, evita-se que sejam realizados empréstimos para financiar despesas correntes como pagamento de funcionários, despesas administrativas e, principalmente, juros. Consequentemente, para que não sejam realizadas Operações de Crédito para pagar juros, é preciso gerar resultado primário capaz de pagar o montante de juros da dívida a cada período. É precisamente por essa razão que a regra é conhecida na literatura internacional como “regra de ouro”, pois esta é uma boa maneira de controlar o endividamento.



No exercício de 2016, a Receita de Operações de Crédito realizadas foram de R\$1.109.696.044,42, enquanto a Despesa de Capital líquida foi no montante de R\$ 2.983.816.090,05.

Conforme Instruções da Portaria n° 577/2008 da STN, para a apuração do cumprimento da regra em comento, deve-se deduzir das Despesas de Capital, aquelas relativas a incentivos fiscais a contribuintes concedidos mediante empréstimos. No ano de 2016, esse valor foi zero, de acordo com respectivo demonstrativo apresentado no anexo XI do Relatório Resumido da Execução. Dessa forma, o valor líquido das Despesas de Capital apurou um resultado de R\$ 2.069.379.623, atendendo a regra de ouro conforme Tabela 77.

TABELA 77 - DEMONSTRATIVO DA REGRA DE OURO

(R\$ 1,00)	
RECEITAS	RECEITAS REALIZADAS
I. RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.109.696.044
DESPESAS	DESPESAS EXECUTADAS
II. DESPESAS DE CAPITAL	3.179.075.667
LIQUIDADAS	2.983.816.090
INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR	195.259.577
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO	(2.069.379.623)

Fonte: S2GPR-SEFAZ

5.8. Receita de Alienação de Bens e Aplicação dos Recursos

O art. 44 da LRF veda a aplicação da Receita de Capital derivada da Alienação de Bens e Direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de Despesa Corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

O art. 53, § 1º, inciso III, da LRF, orienta que o RREO, referente ao último bimestre do exercício, será acompanhado do demonstrativo da variação patrimonial, evidenciando a alienação de ativos e a aplicação dos recursos dela decorrentes.

O demonstrativo publicado para atendimento do dispositivo legal acima mostra que, no exercício de 2016, foram realizadas receitas provenientes de alienação de bens no valor de R\$ 4.002.164,50 e houve um pagamento no valor de R\$ 12.790,45.



Desta forma, o saldo restante para aplicação em Despesas de Capital ou no Regime de Previdência, acumulado com o saldo dos exercícios anteriores, está apresentado na Tabela 78.

TABELA 78 - DEMONSTRATIVO DO SALDO PROVENIENTE DAS RECEITAS COM ALIENAÇÃO DE BENS

(R\$ 1,00)

Descrição	Exercício Anterior	Do Exercício	Saldo a Realizar
Receitas a Aplicar de Alienação de Bens	25.339.707	3.989.374	29.329.081

Fonte: S2GPR-SEFAZ

5.9. Disponibilidades de Caixa

A Disponibilidade de Caixa Bruta é composta, basicamente, por ativos de alta liquidez como Caixa, Bancos, Aplicações Financeiras e Outras Disponibilidades Financeiras. Por outro lado, as obrigações financeiras representam os compromissos assumidos com os fornecedores e prestadores de serviço, incluídos os depósitos de diversas origens. Da Disponibilidade Bruta são deduzidos os recursos de terceiros, como depósitos e consignações, os Restos a Pagar Processados, os Restos a Pagar Não-processados, dentre outros. Vale ressaltar que não são deduzidas somente despesas do ponto de vista contábil, mas sim obrigações fiscais. Dessa forma, os Restos a Pagar Não-processados de exercícios anteriores são também deduzidos.

De acordo com o Demonstrativo das Disponibilidades de Caixa, integrante do Relatório de Gestão Fiscal de 2016, incluídos os valores pertinentes ao regime próprio de previdência, o Estado apresentou, ao final do exercício, disponibilidade bruta na importância de R\$ 3.351.505.307,67.

No campo das obrigações financeiras, utilizando os dados apresentados no Relatório de Gestão Fiscal, foi apurado o valor de R\$ 855.999.894,48.

A disponibilidade de caixa deve constar de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada. Na inscrição, deve-se observar que os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorreu o ingresso. Em 2016, da

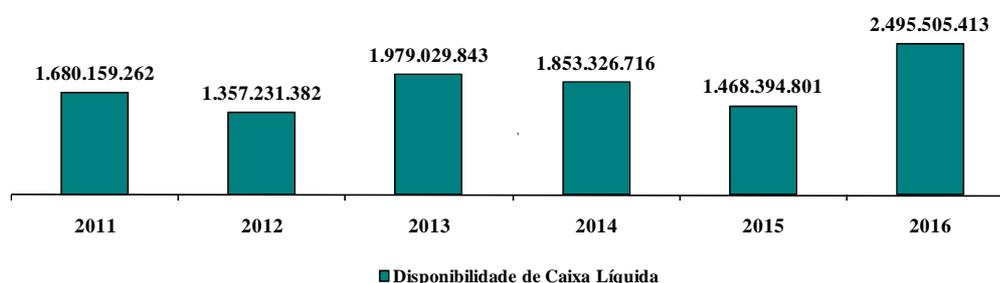


importância de R\$ 3.351.505.307,67, constam como recursos vinculados o montante de R\$ 1.257.679.506,13, tendo como exemplo desses recursos valores do FECOP, as transferências do FUNDEB, do SUS, de convênios, repasse fundo a fundo – FNAS, dentre outros.

Em 31 de dezembro de 2016, auferiu-se o saldo das Disponibilidades Líquidas, que correspondem a R\$ 2.495.505.413,19, obtido a partir do valor total de R\$ 3.351.505.307,67 das Disponibilidades, deduzidas as Obrigações Financeiras no montante de R\$ 855.999.894,48.

De acordo com o Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa, que faz parte do Anexo V dos Relatórios de Gestão Fiscal, o Gráfico 17 demonstra a evolução do saldo da Disponibilidade de Caixa Líquida, ao final de cada um dos exercícios de 2011 a 2016.

GRÁFICO 17 - SALDO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA NO FINAL DE CADA EXERCÍCIO



Fonte: S2GPR-SEFAZ

Assim, quando se analisa o incremento nominal das Disponibilidades de Caixa entre o ano de 2011 (R\$ 1.680.159.262) e o ano de 2016 (R\$ 2.495.505.413), chega-se ao percentual de 48,53%. Comparando esse percentual de crescimento com o índice de inflação acumulada do período de 30,98%, conforme Tabela 79, verifica-se que as disponibilidades de caixa apresentam um ganho real de 13,40%.

TABELA 79 - ÍNDICES DE INFLAÇÃO - IPCA

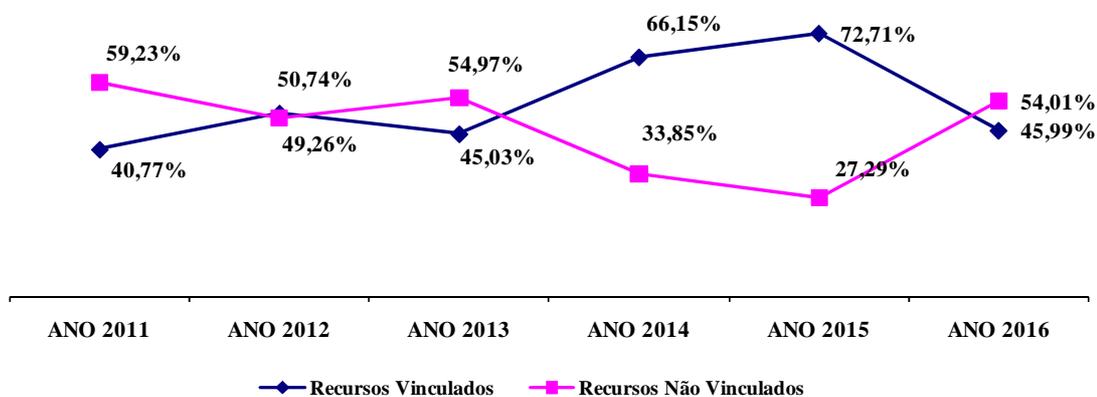
	ANO 2011	ANO 2012	ANO 2013	ANO 2014	ANO 2015	ANO 2016
Índice de Inflação IPCA	6,50%	5,83%	5,91%	6,41%	10,67%	6,29%
Índice de Inflação Acumulada	6,50%	12,33%	18,25%	24,67%	28,94%	30,98%

Fonte: BACEN



Por fim, a Disponibilidade de Caixa possui recursos cujas destinações são vinculadas e não vinculadas. O Gráfico 18 demonstra que apesar das destinações não vinculadas apresentarem queda em 2014 e 2015, no ano de 2016 tiveram um incremento na sua participação em relação ao total das disponibilidades de caixa. Contudo, esse incremento ocorreu devido o Governo apresentar uma maior atenção na gestão dos recursos financeiros e elevação na arrecadação de ITCD não prevista na LOA e impostos decorrentes da repatriação de recursos.

GRÁFICO 18 - DESTINAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA NO FINAL DE CADA EXERCÍCIO



Fonte: S2GPR-SEFAZ

Ressalte-se ainda que ao final do exercício, foram inscritos em restos a pagar não-processados no montante de R\$ 182.580.371,20, que deduzidos da disponibilidade indicada no demonstrativo de R\$ 1.347.796.882,45, resta o valor líquido de R\$ 1.165.216.511,25. Desta quantia, no que tange à origem dos recursos, R\$ 454.412.913,42 correspondem a recursos ordinários do Tesouro, R\$ 489.908.057,97 referente à Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados (FPE), R\$ 205.463.779,65 de Recursos próprios da Administração Indireta e R\$ 15.431.760,21 são decorrentes de arrecadação com venda de selos.



TABELA 80 - DISPONIBILIDADE LÍQUIDA DE CAIXA DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS

	ANO 2011	ANO 2012	ANO 2013	ANO 2014	ANO 2015	ANO 2016
Disponibilidade Bruta de Caixa dos Recursos Não Vinculados	1.638.200.470,26	1.355.994.194,11	1.732.504.319,33	1.223.880.997,60	1.161.730.149,97	2.093.825.801,54
Disponibilidade Líquida de Caixa dos Recursos Não Vinculados	995.226.587,56	779.652.833,78	1.123.745.435,22	627.415.878,97	400.684.019,68	1.347.798.882,45
% da Disp. Líquida em relação à Disponibilidade Bruta	60,75%	57,50%	64,86%	51,26%	34,49%	64,37%
Varição Acumulada	100,00%	78,34%	112,91%	63,04%	40,26%	135,43%

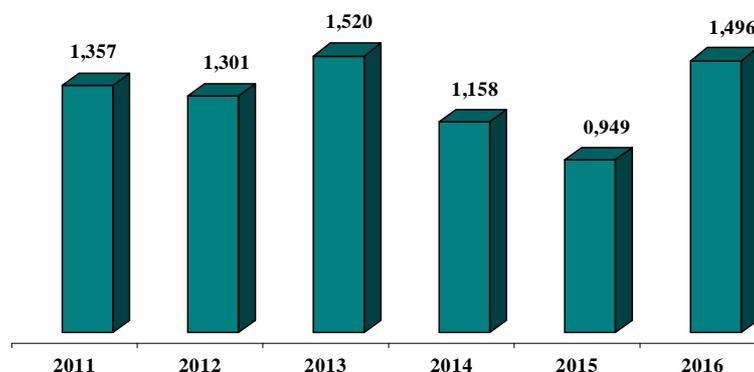
Fonte: S2GPR-SEFAZ

5.9.1. Indicador de Liquidez

O indicador de Liquidez é calculado utilizando a Disponibilidade de Caixa Líquida em relação a Despesa Média Mensal. O objetivo desse indicador é verificar a capacidade de pagamento do Estado, ou seja, para cada R\$ 1,00 de despesa quanto ele teria para pagar.

O Gráfico 19 demonstra a evolução do indicador por um período de 2011 a 2016, onde se verifica um índice médio de 1,30.

GRÁFICO 19 - INDICADOR DE LIQUIDEZ



Fonte: S2GPR-SEFAZ

No ano de 2016, ocorreu um crescimento das disponibilidades numa proporção maior que das despesas, passando para 1,496. Os piores resultados foram em 2014 e 2015 quando chegaram a patamares de 1,158 e 0,949 respectivamente.

5.10. Resultados Primário e Nominal

5.10.1 Resultado Primário

O Resultado Primário apurado no ano indica se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com a arrecadação, ou seja, se as Receitas Primárias são capazes de suportar as

Despesas Primárias, gerando saldo para pagar as despesas com juros, a fim de evitar o aumento da dívida.

A Tabela 81 demonstra os valores estabelecidos para o Resultado Primário desde a previsão na LDO até a execução no final do exercício.

TABELA 81 - PREVISÃO E EXECUÇÃO DO RESULTADO PRIMÁRIO

(Em R\$ 1.000,00)

Descrição	LDO 2016	LOA 2016	Execução 2016
Receita Primária	21.082.355	22.394.910	22.792.322
Despesa Primária	20.601.892	21.963.341	20.974.659
Resultado Primário	480.464	431.569	1.817.662

Fonte: LDO/LOA/RREO

O Anexo de Metas Fiscais da LDO 2016 (Lei nº 15.839, de 27 de julho de 2015) estabeleceu como meta de Resultado Primário o valor de R\$ 480,464 milhões. A Lei Orçamentária Anual para 2016 (Lei nº 15.930, de 29 de dezembro de 2015) no seu Demonstrativo dos Ajustes nas Metas Fiscais da LDO 2015 alterou a meta de Resultado Primário para o valor de R\$ 431,569 milhões, estando tal situação em consonância com o art. 3º, § 1º da LDO 2016, que disciplina que as metas fiscais poderão ser ajustadas pela Lei Orçamentária Anual. Os principais ajustes nas receitas referem-se à: Receita Tributária com elevação dos recursos oriundos do FECOP e realinhamento das taxas destinadas ao Detran, principalmente; Transferências Correntes e de Capital adequada as novas previsões do Governo Federal; nas Operações de Crédito ocorreram alterações em virtude de ajustes nas negociações de contratações de empréstimos ocorridas após o envio da LDO; das Despesas com pessoal com expansão limitada aos parâmetros estabelecidos pela LRF; dos Investimentos estruturantes efetuados principalmente com recursos de convênios federais e operações de crédito. Assim para o cálculo do Resultado Primário, conforme prevê a LDO 2016, foram deduzidos: os investimentos estruturantes e de elevado impacto econômico; os investimentos de projetos do Orçamento Geral da União – OGU; e as despesas destinadas ao combate à seca.

De acordo com o Demonstrativo do Resultado Primário, que integra o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, referente ao período de janeiro a dezembro de 2016, o Resultado Primário do exercício de 2016 foi de R\$ 1.817,66 milhões, superando a meta inicialmente



prevista. Contribuiu para esse resultado o fato das receitas primárias terem obtido um percentual de realização em relação à previsão inicial maior do que o nível de execução alcançado pelas despesas primárias.

A Tabela 82 e o Gráfico 20 apresentam o comportamento de Resultado Primário do período de 2011 a 2016.

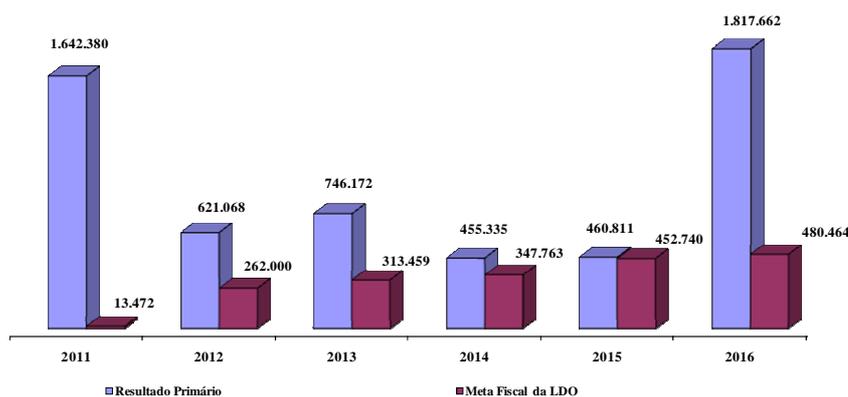
TABELA 82 - EVOLUÇÃO DO RESULTADO PRIMÁRIO DO PERÍODO DE 2010 A 2015

(Em R\$ 1.000,00)

Resultado Primário	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Resultado Primário	1.642.380	621.068	746.172	455.335	460.811	1.817.662
Meta Fiscal da LDO	13.472	262.000	313.459	347.763	452.740	480.464

Fonte: S2GPR-SEFAZ

GRÁFICO 20 - COMPARATIVO ANO A ANO DO RESULTADO PRIMÁRIO COM A META ANUAL



Fonte: Leis de Diretrizes Orçamentárias de 2011 a 2016 e RREO

Da análise deste, constata-se que, neste período, o Estado vem mantendo um histórico favorável no cumprimento das metas estipuladas. Um superávit fiscal evidencia o bom desempenho das receitas, permitindo a cobertura integral de toda a despesa, além de gerar excedente para o pagamento dos juros e parte do principal da dívida pública, indicando auto-suficiência de recursos públicos para a cobertura do serviço da dívida.



5.10.2 Resultado Nominal (Variação do Estoque da Dívida)

A apuração do Resultado Nominal, calculado conforme metodologia estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional, tem por finalidade medir a variação da Dívida Consolidada Líquida (DCL) no exercício.

O Anexo de Metas Fiscais da LDO 2015 estabeleceu como meta para Resultado Nominal o valor de R\$ 529,436 milhões. Esse valor representa previsão de aumento no estoque da Dívida Consolidada Líquida do Estado.

De acordo com o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, referente ao período janeiro a dezembro de 2016, o Resultado Nominal no ano de 2016 demonstrou uma redução no endividamento do Estado, no valor de R\$ 1.594.753 mil, conforme Tabela 83.

TABELA 83 - COMPARATIVO DO RESULTADO NOMINAL

(R\$ 1,00)

Ano	Div. Cons. Líquida	Div. Consolidada
2015	9.369.812.566	11.113.041.943
2016	7.775.059.293	10.518.535.190
Resultado Nominal (Variação Anual)	-1.594.753.273	-594.506.753

Fonte: S2GPR-SEFAZ

A redução da Dívida Consolidada Líquida, em 2016, foi proporcionada principalmente pela queda da Dívida Contratual junto a Instituições Financeiras (Interna e Externa), que passou do valor de R\$ 10.512.642.779 em 2015 para R\$ 9.902.548.744,50, ou seja, uma redução de 5,80%, devido em grande parte pelas amortizações tanto na dívida interna como na externa numa proporção maior que as operações de crédito firmadas no período.

A Tabela 84 demonstra o comportamento do Resultado Nominal ao longo dos últimos seis exercícios, em que se observa um crescimento até 2015.

TABELA 84 - RESULTADO NOMINAL DO PERÍODO DE 2011 A 2016

	(R\$ 1,00)					
Resultado Nominal	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Estoque da DCL	3.221.715.419	3.360.363.105	3.940.902.395	6.084.983.357	9.369.812.566	7.775.059.293
Resultado Nominal do Exercício - Variação da Dívida	541.603.198	138.647.686	580.539.290	2.144.080.962	3.284.829.209	(1.594.753.273)
Meta	(152.483.000)	(152.483.000)	1.082.354.000	347.051.000	556.710.000	529.436.000

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Em 2016 ocorreu uma redução no nível de endividamento do Estado acima da meta estipulada para o exercício, fazendo com que a meta de resultado nominal não fosse alcançada.

5.11. Investimentos Destinados ao Interior do Estado

O art. 210 da Constituição Estadual estabelece que “a Lei de Orçamento do Estado observará, para investimento do setor público estadual do Interior, dotação nunca inferior a cinquenta por cento do valor global consignado para esse fim”. O parágrafo único do mesmo artigo define que “excluem-se da classificação de Municípios do Interior, para fins do caput deste artigo, os Municípios integrantes da Região Metropolitana de Fortaleza.”

Atualmente o Estado do Ceará está dividido em 14 regiões de planejamento, conforme Lei Complementar nº 154, de 20 de outubro de 2015.

Em 2017, o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Estado do Ceará – IPECE publicou o livro, “Panorama Socioeconômico das Regiões de Planejamento do Estado do Ceará”, que tem como objetivo avaliar indicadores territoriais, demográficos, infraestruturais, sociais e econômicos. Segundo essa publicação o enfoque territorial incorporado no planejamento almeja à descentralização das políticas e a integração da ação governamental nas regiões, estimulando a participação social e o fortalecimento das vocações regionais, tendo como objetivo a redução das desigualdades socioeconômicas entre regiões. E ainda, pode-se verificar que a região do Cariri possui o maior número de municípios, vindo em seguida à Grande Fortaleza e o Sertão de Sobral. As regiões que possuem menores quantitativos de municípios são do Sertão dos Inhamuns, Sertão do Canindé e Litoral Leste. Outro detalhe importante divulgado na publicação é em relação a questão demográfica onde em termos absolutos, a Grande Fortaleza possuía em 2000 o maior número de habitantes, sendo seguida pelas regiões do Cariri, Sertão de Sobral, Centro Sul e Vale do Jaguaribe.

Salienta-se que para o ano de 2010 não houve alteração nas posições das cinco primeiras regiões com maior contingente populacional.

Assim, a distribuição dos investimentos do Estado, no exercício de 2016, teve o comportamento evidenciado na Tabela 70.

TABELA 85 - INVESTIMENTOS POR REGIÃO DE PLANEJAMENTO

(R\$ 1,00)

REGIÕES DE PLANEJAMENTO	VR. AUTORIZADO 2016	VR. EMPENHADO 2016	% EMPENHADO	% NO TOTAL EXECUTADO 2016
CARIRI	612.348.713	415.791.972	67,90%	19,48%
CENTRO SUL	113.104.143	80.811.013	71,45%	3,79%
LITORAL LESTE	119.797.939	46.665.430	38,95%	2,19%
LITORAL NORTE	91.098.173	50.836.121	55,80%	2,38%
LITORAL OESTE / VALE DO CURU	137.361.557	83.485.573	60,78%	3,91%
MACIÇO DO BATURITÉ	123.868.232	69.699.900	56,27%	3,27%
SERRA DA IBIAPABA	172.228.515	66.622.232	38,68%	3,12%
SERTÃO CENTRAL	181.101.191	131.380.415	72,55%	6,15%
SERTÃO DE CANINDÉ	51.283.258	26.395.646	51,47%	1,24%
SERTÃO DE SOBRAL	213.981.919	71.016.327	33,19%	3,33%
SERTÃO DOS CRATEÚS	93.924.248	57.648.125	61,38%	2,70%
SERTÃO DOS INHAMUNS	107.572.015	29.390.195	27,32%	1,38%
VALE DO JAGUARIBE	212.890.420	105.376.164	49,50%	4,94%
Subtotal - Interior	2.230.560.322	1.235.119.112	55,37%	57,86%
ESTADO DO CEARÁ	611.090.876	8.748.498	1,43%	0,41%
GRANDE FORTALEZA	2.350.555.172	890.669.256	37,89%	41,73%
Total	5.192.206.370	2.134.536.866	41,11%	100,00%

Fonte: SIOF/SEPLAG

Pela análise da Tabela 85 é possível identificar que 57,86% do valor total empenhado foi destinado ao interior do Estado, percentual esse que atende ao dispositivo constitucional (50%).

Assim, seguindo os dados divulgados na publicação do IPECE pode-se justificar a distribuição dos investimentos do Estado nas regiões de planejamento, onde a Grande Fortaleza (41,73%) foi beneficiada com um maior volume, seguida pelo Cariri (19,48%), Sertão Central (6,15%) e Vale do Jaguaribe (4,94%), as demais regiões apresentaram percentuais de investimentos baixo de 4,00%. As regiões que receberam menores percentuais foram o Sertão dos Inhamuns com apenas 1,38% e o Sertão do Canindé com 1,24%.

Em 2015, a participação na execução orçamentária do interior foi de 57,28% do total dos recursos, patamar superior ao de 2014, que foi de 44,85%. As regiões que obtiveram os



maiores impactos no incremento dos investimentos foram Cariri/Centro Sul, que passou de 17,71% em 2014 para 19,08% em 2015; Litoral Leste/Jaguaribe, que passou de 4,79% em 2014 para 10,16% em 2015; e Sobral/Ibiapina, que passou de 6,48% em 2014 para 10,19% em 2015.



CONCLUSÃO

A Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado do Ceará (CGE) elaborou o Relatório sobre as Contas Anuais do Governo referente ao exercício financeiro de 2016 em cumprimento às disposições legais. As análises foram norteadas pelos mandamentos constitucionais e pelas orientações contidas na Lei Complementar n.º 101/2000, na Lei Federal n.º 4.320/1964 e nos demais normativos legais sobre a matéria.

Considera-se importante frisar, ainda, que as análises tomaram como parâmetro as informações consolidadas do Balanço Geral do Estado. O exame pormenorizado dos atos individuais dos dirigentes e responsáveis pela aplicação dos recursos públicos deve ser realizado por ocasião da análise das contas anuais de gestão.

Por fim, espera-se que o presente Relatório fortaleça os processos de controle interno e de *accountability*, contribuindo efetivamente para a integridade das informações e para a transparência na gestão dos recursos públicos.

Fortaleza, 28 de março de 2017.

Adriana Oliveira Nogueira
Auditora de Controle Interno
Assessora Técnica

Vitor Hugo Gaspar Pinto
Auditor de Controle Interno

Carlos Rubens Moreira da Silva
Auditor do Controle Interno
Orientador de Célula

Kelly Darlane Nepomuceno Ramos
Auditora de Controle Interno
Articuladora

De acordo:

Marcelo de Sousa Monteiro
Coordenador de Ações Estratégicas

De acordo:

Antônio Marconi Lemos da Silva
Secretário Adjunto da
Controladoria e Ouvidoria Geral

De acordo:

José Flávio Barbosa Jucá de Araújo
Secretário de Estado Chefe da
Controladoria e Ouvidoria Geral